



**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
**Central de Compras**

Versão v.30.11.2020.

Processo SEI nº 1500.01.0028955/2021-81

EDITAL DE LICITAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 1501.561 - 108/2022**  
**PLANEJAMENTO SIRP Nº 1501.561 - 108/2022**

**Regime de Execução Indireta: Prestação de Serviços (sem dedicação exclusiva de mão de obra)**

**Critério de Julgamento: Menor Preço**

**Modo de disputa: Aberto e fechado**

***Licitação com participação ampla (sem reserva de lotes para ME e EPP)***

**Objeto:** Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços sob demanda de manutenção preventiva e corretiva em Centrais Telefônicas, aparelhos analógicos e digitais contemplando trocas e fornecimento de peças, além da locação e manutenção de PABX IP Virtualizado, equipamentos de interface para sistemas de telefonia IP (Gateway), terminais telefônicos com tecnologia IP, com configuração e transferência de conhecimento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**EDITAL**

1. PREÂMBULO
2. DO OBJETO
3. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES
4. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
6. DO CREDENCIAMENTO
7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
9. DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO
10. DA PROVA DE CONCEITO
11. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO
12. DOS RECURSOS
13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
14. DO REGISTRO DE PREÇO E DA HOMOLOGAÇÃO
15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
16. DA VIGÊNCIA DA ATA
17. DA CONTRATAÇÃO
18. DA SUBCONTRATAÇÃO
19. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO
20. DO PAGAMENTO
21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
22. DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXO DE EDITAL I - TERMO DE REFERÊNCIA DA LICITAÇÃO

ANEXO A - **CENTRAIS TELEFÔNICAS EM UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS**

## ANEXO B - AVALIAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

## ANEXO C - DEMANDA LOCAÇÃO CENTRAIS TELEFÔNICAS

ANEXO DE EDITAL II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - **Lote 1**

ANEXO DE EDITAL III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - **Lote 2**

ANEXO DE EDITAL IV - MODELOS DE DECLARAÇÕES

ANEXO DE EDITAL V - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ANEXO DE EDITAL VI - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO DE EDITAL VII - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO DE EDITAL VIII - MINUTA DE ATA DE TERMO DE ADESÃO PARA EVENTUAIS ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

ANEXO DE EDITAL IX - MINUTA DE ORDEM DE SERVIÇO

### 1. PREÂMBULO

O ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, torna pública a realização de licitação na modalidade pregão eletrônico do tipo **Menor Preço**, no modo de disputa aberto e fechado, em sessão pública, por meio do site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br), visando o registro de preços para eventual contratação de serviços de Empresa especializada na prestação de serviços sob demanda de manutenção preventiva e corretiva em Centrais Telefônicas, aparelhos analógicos e digitais contemplando trocas e fornecimento de peças, além da locação e manutenção de PABX IP Virtualizado, equipamentos de interface para sistemas de telefonia IP (Gateway), terminais telefônicos com tecnologia IP, com configuração e transferência de conhecimento, nos termos da **Lei Federal nº 10.520**, de 17 de Julho de 2002 e da **Lei Estadual nº. 14.167**, de 10 de Janeiro de 2002 e dos **Decretos Estaduais nº 48.012**, de 22 de julho de 2020 e nº 46.311 de 16 de setembro de 2013.

Este pregão será amparado pela **Lei Complementar nº. 123**, de 14 de dezembro de 2006 e pelas **Leis Estaduais nº. 13.994**, de 18 de setembro de 2001, nº. 20.826, de 31 de julho de 2013, pelos **Decretos Estaduais nº. 45.902**, de 27 de janeiro de 2012, nº 46.559, de 16 de julho de 2014, nº 47.437, 26 de junho de 2018, nº. 47.524, de 6 de novembro de 2018, nº. 37.924, de 16 de maio de 1996, nº 47.727 de outubro de 2019, pela **Resolução SEPLAG nº 93**, de 28 novembro de 2018, pelas **Resoluções Conjuntas SEPLAG/SEF nº 3.458**, de 22 de julho de 2003 e nº 8.898 de 14 de junho 2013, pela **Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576**, de 6 de julho 2016, aplicando-se subsidiariamente, a **Lei Federal nº 8.666**, de 21 de Junho de 1993, e as condições estabelecidas nesse edital e seus anexos, que dele constituem parte integrante e inseparável para todos os efeitos legais.

1.1. O pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio designados na Resolução nº 005, de 24 de Janeiro de 2022.

1.1.1. A sessão de pregão terá início no dia **20 de setembro de 2022**, às **10:00** horas. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

1.2. A sessão de pregão será realizada no sítio eletrônico de compras do Governo do Estado de Minas Gerais: [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br).

### 2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto o registro de preços para a eventual Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços sob demanda de manutenção preventiva e corretiva em Centrais Telefônicas, aparelhos analógicos e digitais contemplando trocas e fornecimento de peças, além da locação e manutenção de PABX IP Virtualizado, equipamentos de interface para sistemas de telefonia IP (Gateway), terminais telefônicos com tecnologia IP, com configuração e transferência de conhecimento, conforme especificações constantes no **Anexo I - Termo de Referência**, e de acordo com as exigências e quantidades estabelecidas neste edital e seus anexos.

2.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras e as especificações técnicas constantes no **Anexo I - Termo de Referência**, o licitante deverá obedecer a este último.

### 3. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES

3.1. Órgão/entidade Gerenciador:

3.1.1. O órgão/entidade gerenciador será a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais - SEPLAG/MG, por intermédio do Centro de Serviços Compartilhados - CSC.

3.2. Órgãos participantes:

3.2.1. Os órgãos e entidades da Administração Pública a seguir são participantes e integram todo o procedimento licitatório e a Ata de Registro de Preços:

3.2.1.1. GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MG

3.2.1.2. ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- 3.2.1.3. SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS
- 3.2.1.4. POLICIA MILITAR DE MINAS GERAIS
- 3.2.1.5. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO
- 3.2.1.6. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO
- 3.2.1.7. SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
- 3.2.1.8. SECRETARIA ESTADO DE MEIO AMB.DESENV SUSTENTAVEL
- 3.2.1.9. SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA E SEGURANCA PUBLIC
- 3.2.1.10. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
- 3.2.1.11. SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
- 3.2.1.12. SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO
- 3.2.1.13. POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
- 3.2.1.14. INST.DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO EST.M.GERAIS
- 3.2.1.15. FUNDACAO JOAO PINHEIRO
- 3.2.1.16. FUND. DE AMPARO A PESQ. DO ESTADO DE MINAS GERAIS
- 3.2.1.17. INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS-IEF
- 3.2.1.18. FUNDACAO DE ARTE DE OURO PRETO-FAOP
- 3.2.1.19. FUNDACAO CLOVIS SALGADO
- 3.2.1.20. INST. EST. DO PATRIMONIO HIST. E ARTISTICO DE MG
- 3.2.1.21. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
- 3.2.1.22. FUNDACAO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
- 3.2.1.23. FUNDACAO DE EDUCACAO PARA TRABALHO DE MINAS GERAIS
- 3.2.1.24. DEPARTAMENTO DE EDIFICACOES E ESTRADAS DE RODAGEM
- 3.2.1.25. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
- 3.2.1.26. FUNDACAO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MG
- 3.2.1.27. INSTITUTO DE METROLOGIA E QUALIDADE DE MG
- 3.2.1.28. UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
- 3.2.1.29. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO NORTE E NORDESTE MG
- 3.2.1.30. AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA RMVA

### 3.3. Órgãos não participantes:

3.3.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Minas Gerais, que não tenha participado do certame licitatório, mediante consulta prévia para manifestação sobre a possibilidade de adesão e autorização do órgão gerenciador, inclusive quanto ao quantitativo, e submeter à anuência do fornecedor beneficiário, o qual deve optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.

3.3.2. A Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional de outros entes federativos, poderão igualmente utilizar-se da Ata de Registro de Preços, como órgão ou entidade não participante, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas no item 3.3.1 e no Decreto Estadual nº 46.311, de 16 de setembro de 2013.

3.3.3. A adesão deverá ser devidamente justificada no processo administrativo do órgão ou entidade não participante, pertinente à licitação, demonstrando a vantagem econômica na adesão à Ata, mencionando ainda a similitude de condições, tempestividade do prazo, suficiência das quantidades e qualidades dos serviços a serem prestados, respeitando, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Estadual nº 46.311, de 16 de setembro de 2013, e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.3.4. Cada adesão por outros órgãos/entidades de direito público não poderá exceder ao quantitativo total registrado para cada item na Ata de Registro de Preços, devendo o órgão gerenciador especificar o quantitativo que autoriza adesão, mantendo registro no procedimento licitatório.

3.3.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, ainda, em sua totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.3.6. Ao órgão ou entidade não participante que aderir à presente ata e ao órgão ou entidade partícipe competem, nos respectivos procedimentos

instaurados, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando todas as ocorrências ao órgão gerenciador, em especial acerca de eventual recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas no edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas às especificações dos serviços licitados, bem como a recusa em aceitar a ordem de serviço ou documento equivalente para a prestação de serviços.

3.4. As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas ou redistribuídas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços, observada como limite máximo a quantidade total registrada para cada item.

3.4.1. Para o remanejamento de quantidades entre órgãos participantes do procedimento licitatório não será necessária autorização do beneficiário da Ata de Registro de Preços.

3.4.2. O órgão gerenciador somente poderá reduzir o quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, com a sua anuência.

#### **4. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

4.1. Os pedidos de esclarecimentos e os registros de impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no site <http://www.compras.mg.gov.br/>.

4.1.1. Os pedidos de esclarecimento e registros de impugnação serão realizados, em caso de indisponibilidade técnica ou material do sistema oficial do Estado de Minas Gerais, alternativamente, via e-mail [comprascentrais@planejamento.mg.gov.br](mailto:comprascentrais@planejamento.mg.gov.br), observados os prazos previstos no item 4.1.

4.1.2. É obrigação do autor do pedido de esclarecimento ou do registro de impugnação informar ao órgão/entidade gestor a indisponibilidade do sistema.

4.2. O pedido de esclarecimento ou registro de impugnação pode ser feito por qualquer pessoa no Portal de Compras na página do pregão, em campo próprio (acesso via botão “Esclarecimentos/Impugnação”).

4.2.1. Nos pedidos de esclarecimentos ou registros de impugnação os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

4.2.2. Podem ser inseridos arquivos anexos com informações e documentações pertinentes as solicitações.

4.2.3. Após o envio da solicitação, as informações não poderão ser mais alteradas, ficando o pedido registrado com número de entrada, tipo (esclarecimento ou impugnação), data de envio e sua situação.

4.2.4. A resposta ao pedido de esclarecimento ou ao registro de impugnação também será disponibilizada via sistema. O solicitante receberá um e-mail de notificação e a situação da solicitação alterar-se-á para “concluída”.

4.3. O pregoeiro responderá no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

4.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

4.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.6. As respostas aos pedidos de impugnações e esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e os licitantes.

4.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.8. As denúncias, petições e impugnações anônimas ou não fundamentadas não serão analisadas e serão arquivadas pela autoridade competente.

4.9. A não impugnação do edital, na forma e tempo definidos nesse item, acarreta a decadência do direito de discutir, na esfera administrativa, as regras do certame.

4.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias úteis. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente na Administração.

## 5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018, no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF.

5.2. É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um licitante na presente licitação.

5.3. Para fins do disposto neste edital, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018 se dará da seguinte forma:

5.3.1. microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nos incisos I e II do caput e § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

5.3.2. agricultor familiar, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

5.3.3. produtor rural pessoa física, conforme disposto na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

5.3.4. microempreendedor individual, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

5.3.5. sociedade cooperativa, conforme definido no art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 4º da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

5.4. **NÃO PODERÃO PARTICIPAR** as empresas que:

5.4.1. Encontrarem-se em situação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

5.4.2. Enquadrarem-se como sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

5.4.3. Estiverem suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar com a Administração, sancionadas com fundamento no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.4.4. Estiverem impedidas de licitar e contratar com o Estado de Minas Gerais, sancionadas com fundamento no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

5.4.5. Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, sancionadas com fundamento no art. 87, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.4.6. Empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, “a”, c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;

5.4.7. Estiverem inclusas em uma das situações previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.4.8. Empresas reunidas em consórcio.

5.5. A observância das vedações para não participação é de inteira responsabilidade do licitante que se sujeitará às penalidades cabíveis, em caso de descumprimento.

5.6. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará, no momento de cadastramento de sua proposta, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.6.1. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

5.6.1.1. Alternativamente ao campo disposto no item 5.6.1, que, para fins de obtenção do tratamento diferenciado e simplificado de que trata a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e o artigo 15 da Lei Estadual 20.826, de 31 de julho de 2013, registra que possui restrição no (s) documento (s) de regularidade fiscal, com o compromisso de que irá promover a sua regularização caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação, conforme determina o inciso XIII do art. 9º da Lei Estadual nº 14.167/2002.

5.6.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.7. Além das declarações prestadas via sistema, o licitante deverá anexar, juntamente com a documentação de habilitação, as seguintes declarações constantes do anexo IV do Edital:

5.7.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;

5.7.2. que está ciente e das condições contidas no Edital e seus anexos;

5.7.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a

partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.7.4. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

## **6. DO CREDENCIAMENTO**

6.1. Para acesso ao sistema eletrônico o fornecedor deverá credenciar-se, nos termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018, por meio do site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br), na opção **Cadastro de Fornecedores**, no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis antes da data da sessão do Pregão.

6.1.1. Cada fornecedor deverá credenciar, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo que o representante receberá uma senha eletrônica de acesso.

6.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAGEF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.4. O fornecimento da senha é de caráter pessoal e intransferível, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor e de cada representante qualquer transação efetuada, não podendo ser atribuídos ao provedor ou ao gestor do sistema eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.4.1. O fornecedor se responsabiliza por todas as transações realizadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e os lances efetuados por seu representante, sendo que o credenciamento do representante do fornecedor implicará responsabilidade pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações, sob pena da aplicação de penalidades.

6.5. Informações complementares a respeito do cadastramento serão obtidas no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) ou pela Central de Atendimento aos Fornecedores, via e-mail: [cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br](mailto:cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br), com horário de atendimento de Segunda-feira a Sexta-feira das 08:00h às 16:00h.

6.6. O fornecedor enquadrado dentre aqueles listados no subitem 5.3 que deseja obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados no Decreto Estadual nº 47.437, de 2018 e pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 6 de julho de 2016 deverá comprovar a condição de beneficiário no momento do seu credenciamento ou quando da atualização de seus dados cadastrais no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF, desde que ocorram em momento anterior ao cadastramento da proposta comercial.

6.6.1. Não havendo comprovação, no CAGEF, da condição de beneficiário até o momento do registro de proposta, o fornecedor não fará jus aos benefícios listados no Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

7.1.1. Os arquivos referentes à proposta comercial e à documentação de habilitação deverão ser anexados no sistema, por upload, separadamente em campos próprios.

7.1.1.1. Os arquivos referentes à proposta comercial e os documentos de habilitação deverão, preferencialmente, ser assinados eletronicamente.

7.1.1.1.1. Para assinatura eletrônica, poderá ser utilizado o Portal de Assinatura Digital disponibilizado pelo Governo de Minas Gerais, de acesso gratuito, disponível em: <http://www.portaldeassinaturas.mg.gov.br>. Dúvidas com relação à utilização do Portal de Assinaturas Digital podem ser encaminhadas para o e-mail [comprascentrais@planejamento.mg.gov.br](mailto:comprascentrais@planejamento.mg.gov.br). A realização da assinatura digital importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica, tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

7.1.2. As orientações para cadastro de proposta e envio dos documentos de habilitação encontram-se detalhadas no Manual Pregão

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo CAGEF, cuja consulta é pública. Nesse caso os licitantes assinalarão em campo próprio no sistema a opção por utilizar a documentação registrada no CAGEF, não sendo necessário o envio dos documentos que estiverem vigentes.

7.4. Os documentos que constarem vencidos no CAGEF e os demais documentos exigidos para a habilitação, que não constem do CAGEF, deverão ser anexados em até 5 arquivos de 20 Mb cada.

7.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.10. O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital e seus anexos, podendo substituí-la ou retirá-la até a abertura da sessão.

## **8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

8.1. O licitante deverá encaminhar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos abaixo, bem como, realizar o upload sua proposta comercial, conforme modelos constantes nos Anexos II e III - Proposta Comercial.

8.1.1. Valor unitário e total do item.

8.1.2. Anexar em PDF arquivo referente à Proposta Comercial contendo especificações do objeto, bem como outras informações pertinentes presentes no Anexo I- Termo de Referência.

8.1.3. Devem ser anexadas informações para a avaliação da proposta inicial constante de folder, catálogo, ficha para os referidos itens/lotes.

8.1.4. O preenchimento dos campos do sistema bem como o arquivo referente a Proposta Comercial anexada deverá se referir, individualmente, a cada lote.

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.3. Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, financeiros e trabalhistas, taxas e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da CONTRATADA.

8.3.1. Deverá ser apresentada planilha que expresse a composição de todos os custos unitários do itens envolvidos em cada lote do presente certame.

8.3.2. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

8.4. Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais que forem isentos do ICMS, conforme dispõe o Decreto nº 43.080, de 2002, deverão informar na proposta, conforme anexo presente no Portal de Compras, os valores com e sem ICMS que serão classificados conforme itens abaixo.

8.4.1. Os fornecedores mineiros deverão informar nas propostas enviadas, pelo sistema eletrônico, as informações relativas ao produto e ao preço resultante da dedução do ICMS, conforme Resolução conjunta SEPLAG/SEF nº 3.458, de 22 de julho de 2003, alterada pela Resolução conjunta SEPLAG/SEF nº 4.670, de 5 de junho de 2014.

8.4.2. A classificação das propostas, etapa de lances, o julgamento dos preços, o registro dos preços e a homologação serão realizados a partir dos preços dos quais foram deduzidos os valores relativos ao ICMS.

8.4.3. Os fornecedores mineiros não optantes pelo Simples Nacional farão suas propostas conforme as disposições contidas nos subitens 8.4.1. e 8.4.2.

8.4.4. O disposto nos subitens 8.4.1. e 8.4.2 não se aplica aos contribuintes mineiros optantes pelo regime do Simples Nacional.

8.4.5. Os fornecedores mineiros de que trata o subitem 8.4.4 deverão anexar às suas propostas comerciais a ficha de inscrição estadual, na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o pregoeiro, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site:



8.4.6. O fornecedor mineiro isento de ICMS, caso seja vencedor, deverá enviar, quando solicitado pelo Pregoeiro, via chat, após a negociação, sua proposta comercial assinada e atualizada com os valores finais ofertados durante a sessão deste Pregão, informando na proposta, além do preço resultante da dedução do ICMS, o preço com ICMS.

## **9. DA SESSÃO DO PREGÃO E DO JULGAMENTO**

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, preservado o sigilo do licitante, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. A análise da proposta que trata o item anterior é uma análise prévia, e não poderá implicar quebra de sigilo do fornecedor, bem como não exime a Administração da verificação de sua conformidade com todas as especificações contidas neste edital e seus anexos, quando da fase de aceitabilidade da proposta do licitante detentor do menor preço para cada lote.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.3.1. Durante o transcurso da sessão pública, serão divulgados, em tempo real, o valor e horário do menor lance apresentado pelos licitantes, bem como todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, sendo vedada a identificação do fornecedor.

9.3.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.4.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.7. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado” em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

9.8. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e transcorrido o período de tempo, aleatoriamente determinado, de até dez minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

9.9. Encerrando o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o licitante da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores de até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.9.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas acima, poderão os licitantes dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

9.10. Após o término dos prazos estabelecidos acima, o sistema ordenará os lances conforme sua vantajosidade.

9.10.1. Na ausência de lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos subitens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.11. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

9.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



9.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.17. **Do empate ficto**

9.17.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação junto ao CAGEF do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.437/2018.

9.17.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.17.3. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.17.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.17.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.18. **Do empate real**

9.18.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.18.2. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços prestados:

9.18.2.1. no país;

9.18.2.2. por empresas brasileiras;

9.18.2.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.18.2.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.18.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

9.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, via chat, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.19.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.19.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.21. **DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

9.21.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO por lote**, apurado de acordo com os Anexos II e III - Proposta Comercial.

9.21.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 48.012/2020.

9.21.2.1. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, para todos os fins aqui dispostos, que não atender às exigências fixadas neste Edital, contenha vícios insanáveis, manifesta ilegalidade ou apresentar preços manifestamente inexequíveis.

9.21.2.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.21.2.2.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.21.2.2.2. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

9.21.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.21.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.21.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade de diligência disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.21.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.21.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço ofertado, bem como as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.21.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.21.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

9.21.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.21.8. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9.21.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço global nem dos unitários.

## **10. DA PROVA DE CONCEITO**

10.1. O licitante classificado em primeiro lugar será convocado a apresentar prova de conceito para realização dos testes necessários à verificação do atendimento das especificações definidas no Termo de Referência.

I - A apresentação e avaliação da prova de conceito não substitui a verificação para fins de recebimento e aceite, prevista no art. 73, da Lei nº 8.666/1993.";

II - A amostra será exigida apenas do licitante classificado em primeiro lugar.

10.2. A especificação detalhada dos procedimentos e dos critérios objetivos de avaliação está no Termo de Referência.

10.3. A data e o local da análise será informada pelo pregoeiro a todos os licitantes por meio do Portal de Compras do Estado - <http://www.compras.mg.gov.br/>.

10.4. O licitante poderá acompanhar a prova de conceito.

10.5. Para fins de publicidade, todo e qualquer licitante poderá ter acesso às informações da análise de cada uma das provas de conceito.

10.6. A não apresentação da prova de conceito sem justificativa ou fora do prazo do Edital implicará desclassificação da proposta.

10.7. Se a prova de conceito apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo

segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da prova de conceito, observada a ordem de classificação, e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **11. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO**

11.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) CADIN – Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais acessível pelo site <http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do>;
- b) CAGEF/CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos acessível pelo site <https://www.fornecedores2.mg.gov.br/portaicompras/fornecedoresimpedidoscon.do>;
- c) Lista de Inidôneos mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU - (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
- d) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Ministério da Economia (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicafweb/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>).

11.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.1.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.1.1.2. A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.1.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.

11.1.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.1.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do CAGEF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto no Decreto nº 47.524/2018.

11.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista nesse edital mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no CAGEF até (2) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento das propostas;

11.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do CAGEF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

11.2.2.1. Caso as comprovações constantes do CAGEF vençam entre a data de envio da documentação concomitante ao cadastro da proposta e o momento da verificação da habilitação, deverá ser solicitado pelo pregoeiro ao licitante o envio da documentação atualizada, por meio de documentação complementar via sistema.

11.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sites eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 48.012/20.

11.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

11.4. A apresentação de documentos físicos originais somente será exigida se houver dúvida quanto à integridade do arquivo digitalizado.

11.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.6. Ressalvado o disposto no item 7.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

11.7. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

11.7.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas das propostas comerciais constantes nos Anexos II e III - Proposta Comercial e das declarações constantes no Anexo IV - Modelos de Declarações.

11.7.1.1. Se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao(s) responsável(is) pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.

11.7.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

11.7.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;

11.7.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

11.7.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

11.7.6. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.7.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

#### 11.8. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

11.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;

11.8.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

11.8.3. Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual sede do licitante, Municipal e perante a Fazenda Estadual de MG;

11.8.3.1. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

11.8.3.2. Se o fornecedor não estiver inscrito no cadastro de contribuintes do Estado de Minas Gerais deverá comprovar a inexistência de débitos relativos a tributos estaduais em Minas Gerais por meio de Certidão de Débito Tributário - CDT, que poderá ser emitida pelo site: [www.fazenda.mg.gov.br](http://www.fazenda.mg.gov.br).

11.8.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

11.8.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.8.6. A comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

11.8.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### 11.9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.9.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, emitida nos últimos 06 (seis) meses;

#### 11.10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

11.10.1. Comprovação de aptidão para prestação de serviços compatíveis com as características e quantidades do objeto da licitação, estabelecidas no **Termo de Referência ANEXO I** a este Edital, por meio da apresentação de atestados de desempenho anterior, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação, vedado o autoatestado, compreendendo os requisitos abaixo relacionados:

11.10.1.1. **Lote 01:** Atestado(s) comprobatório(s) da capacidade técnica da Licitante para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente apresentadas no **subitem 13.3. do Anexo I - Termo de Referência**;

11.10.1.2. **Lote 02:** Atestado(s) comprobatório(s) da capacidade técnica da Licitante para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente apresentadas no **subitem 13.6. do Anexo I - Termo de Referência**.

11.10.2. Os atestados deverão conter:

11.10.2.1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição

emitente (CNPJ, endereço, telefone).

11.10.2.2. Local e data de emissão.

11.10.2.3. Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

11.10.2.4. Período da execução da atividade.

11.10.3. Para atendimento do quantitativo indicado nos subitens do item 11.10.1, é admitido o somatório de atestados, desde que compatíveis com as características do objeto da licitação.

11.10.3.1. O licitante deve disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram executadas as atividades.

#### 11.11. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

11.11.1. O licitante que possuir o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Unidade Cadastradora da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG poderá utilizá-lo como substituto de documento dele constante, exigido para este certame, desde que este esteja com a validade em vigor no CRC. Caso o documento constante no CRC esteja com a validade expirada, tal não poderá ser utilizado, devendo ser apresentado documento novo com a validade em vigor.

11.11.1.1. Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros documentos do CRC, mesmo que estejam com a validade expirada.

11.11.2. Os documentos exigidos para habilitação serão apresentados no momento do cadastramento da proposta, conforme instruções do Portal de Compras <http://www.compras.mg.gov.br/>, e serão analisados após a classificação das propostas.

11.11.2.1. Para fins de habilitação, é facultada ao pregoeiro a verificação de informações e o fornecimento de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos ser juntados ao processo. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos necessários para verificação, o licitante será inabilitado.

11.11.3. Todos os documentos apresentados para a habilitação deverão conter, de forma clara e visível, o nome empresarial, o endereço e o CNPJ do fornecedor.

11.11.3.1. Se o fornecedor figurar como estabelecimento matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

11.11.3.2. Se o fornecedor figurar como filial, todos os documentos deverão estar no nome da filial;

11.11.3.3. Na hipótese de filial, podem ser apresentados documentos que, pela própria natureza, comprovadamente são emitidos em nome da matriz;

11.11.3.4. Em qualquer dos casos, atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ(MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

11.11.4. O não atendimento de qualquer das condições aqui previstas provocará a inabilitação do licitante vencedor, sujeitando-o, eventualmente, às punições legais cabíveis.

11.11.5. Aos beneficiários listados no item 5.3 será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para regularização da documentação fiscal e/ou trabalhista, contado a partir da divulgação da análise dos documentos de habilitação do licitante melhor classificado, conforme disposto no inciso I, do § 2º, do art. 6º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

11.11.5.1. A não regularização da documentação deste item implicará a inabilitação do licitante vencedor, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.11.5.2. Se houver a necessidade de abertura do prazo para o beneficiário regularizar sua documentação fiscal e/ou trabalhista, o pregoeiro deverá suspender a sessão de pregão para o lote específico e registrar no “chat” que todos os presentes ficam, desde logo, intimados a comparecer no dia e horário informados no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) para a retomada da sessão de pregão do lote em referência.

## 12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto

é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2.4. A apresentação de documentos complementares, em caso de indisponibilidade ou inviabilidade técnica ou material da via eletrônica, devidamente identificados, relativos aos recursos interpostos ou contrarrazões, se houver, será efetuada mediante envio para o e-mail [comprascentrais@planejamento.mg.gov.br](mailto:comprascentrais@planejamento.mg.gov.br), e identificados com os dados da empresa licitante e do processo licitatório (nº. do processo e lote), observados os prazos previstos no item 12.1.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

### 13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.1. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.1.2. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.1.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CAGEF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

### 14. DO REGISTRO DE PREÇO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o pregoeiro declarará o licitante vencedor e o sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, disponível para consulta no site [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br).

14.2. O Pregoeiro registrará o preço do licitante vencedor quando inexistir recurso ou quando reconsiderar sua decisão, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

14.3. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais pela autoridade competente, esta registrará o preço do licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.4. Todos os participantes estão convidados e incentivados a realizarem o registro adicional de preços para compor o cadastro de reserva, mesmo que não tenham sido vencedores dos lotes disputados, seguindo a ordem de classificação e desde que manifestem esta intenção ao final da sessão de lances e aceitem fornecer nas mesmas condições e preço do licitante vencedor do certame.

14.4.1. Os licitantes que desejarem ter seus preços registrados deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação da condição de habilitação em pleno atendimento das condições deste edital.

### 15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Os licitantes classificados que manifestarem a intenção de registrar preços, para compor o Cadastro de Reserva à Ata de Registro de Preços, terão suas propostas e documentação de habilitação analisadas e, para tal, deverão encaminhar os referidos documentos, conforme disposto no item 7 do edital.

15.2. O registro adicional de preços em Ata estará condicionado à análise e aceitabilidade da proposta e dos documentos de habilitação.

15.3. Seguir-se-á com a análise da prova de conceito verificando se atende às especificações constantes no Termo de Referência.

15.4. A convocação dos licitantes que registraram seus preços adicionais, para compor o cadastro reserva, respeitará a ordem de classificação constante da ata e ocorrerá, sucessivamente, sempre que seja cancelado ou suspenso o registro do preço do beneficiário da ata.

15.5. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, procederem à **assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços**, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá



efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

15.5.1. O instrumento de contratação, e demais atos firmados com a Administração, serão assinados de maneira eletrônica, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG.

15.5.1.1. Para a assinatura eletrônica, caso ainda não possua cadastro, o(s) licitante(s) interessado(s) deverá(ão) acessar o Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG, por meio do link [www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno](http://www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno), e clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado".

15.5.1.2. Dúvidas com relação ao cadastro no SEI podem ser encaminhadas para o e-mail: [atendimentosei@planejamento.mg.gov.br](mailto:atendimentosei@planejamento.mg.gov.br).

15.5.1.3. A realização do cadastro como Usuário Externo no SEI/MG importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto Estadual nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

15.6. O prazo previsto para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

15.7. O licitante que, convocado para assinar a ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, na forma do art. 81 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

15.8. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

## 16. DA VIGÊNCIA DA ATA

16.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses** a contar da data de sua publicação.

## 17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. Publicada a ata, a contratação será formalizada por instrumentos hábeis, tais como termo de contrato, ordem de serviço, ou documento equivalente, sendo o fornecedor convocado para aceitar ou retirar o documento, de acordo com os arts. 62 e 64 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e ainda, obedecidas as disposições pertinentes do Decreto Estadual nº 46.311, de 16 de setembro de 2013 do Decreto 48.012, de 22 de julho de 2020.

17.1.1. O fornecedor detentor do preço registrado, na contratação, deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação.

17.1.2. Caso o fornecedor detentor do preço registrado não apresente situação regular no ato da emissão do termo de contrato, ordem de serviço, ou documento equivalente, não compareça quando convocado ou não retire o documento no prazo estipulado, será cancelado seu registro na ata e convocados os fornecedores registrados com base nos arts. 11 e 12 do Decreto Estadual nº 46.311, de 16 de setembro de 2013 e, não os havendo, os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, conforme item 15.7.

17.1.3. É facultado à Administração, quando o convocado não aceitar ou retirar o termo de contrato, ordem de serviço, ou documento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

17.2. O representante legal do licitante que tiver registrado em ata a proposta vencedora deverá aceitar ou retirar o termo de contrato, ordem de serviço, ou documento equivalente, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação, através de fax, carta postal ou e-mail, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e das demais cominações legais, conforme disposto no art. 48, § 2º do Decreto Estadual nº 48.012/ 2020.

17.3. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para aceitar ou retirar o termo de contrato, ordem de serviço, ou documento equivalente, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

## 18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar parte do objeto conforme discriminado no **Termo de Referência ANEXO I** a este Edital.

18.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual,



cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

#### **19. DA GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO**

19.1. A CONTRATADA, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

19.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

19.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 19.3.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- 19.3.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 19.3.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- 19.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

19.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em banco oficial em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE;

19.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

19.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.8. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.9. Será considerada extinta a garantia:

- 19.9.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 19.9.2. no prazo de 03 meses após o término da vigência, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistros.

#### **20. DO PAGAMENTO**

20.1. Para os Órgãos/Entidades da Administração Direta ou Indireta do Estado de Minas Gerais, o pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE. Para os demais participantes, o pagamento será realizado a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, de acordo com normativo próprio a que se sujeita, mantendo-se os prazos e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

20.1.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE, após a execução do objeto, a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do relatório da execução do objeto do período a que o pagamento se referir, bem como, demais documentos necessários para a efetiva comprovação da execução do objeto, se houver.

20.1.2. A Administração receberá o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) juntamente com o objeto e deverá realizar a verificação da validade da assinatura digital e a autenticidade do arquivo digital da NF-e (o destinatário tem à disposição o aplicativo "visualizador", desenvolvido pela Receita Federal do Brasil) e a concessão da Autorização de Uso da NF-e, mediante consulta eletrônica à Secretaria da Fazenda o Portal Nacional da NF-e.

20.1.3. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo gestor.

- a) o pagamento se dará de acordo com a apuração do ANS (Acordo de Nível de Serviço);

20.1.4. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento considerado válido pela CONTRATANTE.

20.1.5. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento, de acordo com a variação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

20.2. A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

20.3. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 14.167, de 10 de janeiro de 2002 e no Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012 e no do Decreto 48.012, de 22 de julho de 2020, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.1.1. Advertência por escrito;

21.1.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) lote(s) dos quais o licitante tenha participado e cometido a infração;

21.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

21.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

21.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

21.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 21.1.1, 21. 1.3, 21.1.4, 21.1.5.

21.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos ao infrator e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

21.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.

21.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

21.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

21.7. As sanções relacionadas nos itens 21.1.3, 21.1.4 e 21.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e no CAGEF.

21.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

21.8.1. Retardarem a execução do objeto;

21.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

21.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

21.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

21.9. As sanções dispostas também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.10. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 23 de junho de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

## **22. DISPOSIÇÕES GERAIS**

22.1. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

22.2. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração

de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

22.3. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o **Anexo I - Termo de Referência**, correndo por conta da CONTRATADA as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto da contratação.

22.4. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

22.5. O pregoeiro, no julgamento das propostas e da habilitação, poderá relevar omissões puramente formais e sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos os interessados, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

22.6. A presente licitação somente poderá ser revogada por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.7. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

22.8. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Edital de Licitação e seus anexos no site: [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br).

**JAFER ALVES JABOUR**

Superintendência Central de Compras Governamentais

Centro de Serviços Compartilhados

Secretaria de Planejamento e Gestão



Documento assinado eletronicamente por **Jafer Alves Jabour**, **Superintendente**, em 06/09/2022, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50378922** e o código CRC **792F38A5**.



**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
**Diretoria Central de Gestão de Serviços e Infraestrutura**  
**de TIC**

Versão v.20.09.2020.

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

DATA	Órgão Solicitante	Número da Unidade de Compra
07/07/2022	SEPLAG	

Responsável pela Solicitação	Superintendência ou Diretoria
Nome: Alber Vinicius Duque da Silveira E-mail: alber.vinicius@planejamento.mg.gov.br Ramal para contato: (31) 3915-0834	DCGSITIC

**1. OBJETO:**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços sob demanda de manutenção preventiva e corretiva em Centrais Telefônicas, aparelhos analógicos e digitais contemplando trocas e fornecimento de peças, além da locação e manutenção de PABX IP Virtualizado, equipamentos de interface para sistemas de telefonia IP (Gateway), terminais telefônicos com tecnologia IP, com configuração e transferência de conhecimento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**Lote 1 - Manutenção de Centrais Telefônicas**

Nº	COD. SIAD	Especificação	Quantitativo Mensal/Unitário de Centrais Telefônicas	QTD. X MESES DE CONTRATO (12 MESES)	Validade Mínima
1	114251	MANUTENCAO EM CENTRAL TELEFONICA, 05 RAMAIS	20	240	12 Meses
2	114260	MANUTENCAO DE CENTRAL TELEFONICA, 10 RAMAIS	142	1704	12 Meses
3	114278	MANUTENCAO EM CENTRAL TELEFONICA, 20 RAMAIS	167	2004	12 Meses
4	114286	MANUTENCAO EM CENTRAL TELEFONICA, 30 RAMAIS	162	1944	12 Meses
5	114294	MANUTENCAO EM CENTRAL TELEFONICA, 40 RAMAIS	73	876	12 Meses
6	114308	MANUTENCAO EM CENTRAL TELEFONICA, 50 RAMAIS	47	564	12 Meses
7	114316	MANUTENCAO EM CENTRAL TELEFONICA, 60 RAMAIS	144	1728	12 Meses
8	114324	MANUTENCAO EM CENTRAL TELEFONICA, 70 RAMAIS	39	468	12 Meses
9	114332	MANUTENCAO EM CENTRAL TELEFONICA, 80 RAMAIS	15	180	12 Meses
10	114340	MANUTENCAO EM CENTRAL TELEFONICA, 90 RAMAIS	15	180	12 Meses
11	114359	MANUTENCAO EM CENTRAL TELEFONICA, 100 RAMAIS	12	144	12 Meses
12	114367	MANUTENCAO EM CENTRAL TELEFONICA, 120 RAMAIS	19	228	12 Meses
13	114375	MANUTENCAO EM CENTRAL TELEFONICA, 140 RAMAIS	4	48	12 Meses
14	114383	MANUTENCAO EM CENTRAL TELEFONICA, 170 RAMAIS	2	24	12 Meses
15	114391	MANUTENCAO EM CENTRAL TELEFONICA, 190 RAMAIS	1	12	12 Meses
16	114405	MANUTENCAO EM CENTRAL TELEFONICA, 210 RAMAIS	1	12	12 Meses
17	114413	MANUTENCAO EM CENTRAL TELEFONICA, 230 RAMAIS	3	36	12 Meses
18	114421	MANUTENCAO EM CENTRAL TELEFONICA, 240 RAMAIS	5	60	12 Meses
19	114430	MANUTENCAO EM CENTRAL TELEFONICA, 260 RAMAIS	12	144	12 Meses

Obs: Os modelos das Centrais estão descritos no **ANEXO A - Centrais telefônicas em utilização nas unidades dos órgãos estaduais;**

**Lote 2 - Locação de Centrais Telefônicas, Ramais Virtuais e Telefones IP's.**

	Quantitativo
--	--------------

Item	COD. SIAD	Especificação	Quantitativo Mensal/Unitário de Centrais Telefônicas	Anual de Centrais Telefônicas (Centrais x 24 meses)	Validade Mínima
20	000021156	Locação de Central Telefônica de 10 ramais	311	7.464	24 Meses
21	000021172	Locação de Central Telefônica de 30 ramais	273	6.552	24 Meses
22	000021180	Locação de Central Telefônica de 40 ramais	50	1.200	24 Meses
23	000021199	Locação de Central Telefônica de 50 ramais	152	3.648	24 Meses
24	000021245	Locação de Central Telefônica de 100 ramais	110	2.640	24 Meses
25	000021270	Locação de Central Telefônica de 160 ramais	24	624	24 Meses
26	000021318	Locação de Central Telefônica de 210 ramais	7	168	24 Meses
27	000021342	Locação de Central Telefônica de 260 ramais	21	504	24 Meses
28	000114448	Instalação e configuração de Ramais Virtuais	6350	152.400	24 Meses
29	000037141	Instalação de aparelho Telefônico IP - Terminais IP	4710	113.040	24 Meses

Obs: A demanda estimativa de cada órgão estão disponíveis no **ANEXO C - DEMANDA LOCAÇÃO CENTRAIS TELEFÔNICAS**

## 2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

### 2.1. MANUTENÇÃO DE CENTRAIS TELEFÔNICAS:

2.1.1. A manutenção de centrais telefônicas consiste em prover todos os serviços necessários para o pleno funcionamento dos equipamentos atualmente instalados nos órgãos e entidades do Estado, englobando a manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças da central telefônica e seus periféricos (ramais analógicos, ramais digitais, interfaces celulares, etc...), atualização de softwares, conforme condições técnicas estipuladas neste Termo de Referência.

2.1.2. Nos casos de substituição de qualquer componente ou peça defeituosa, os itens instalados deverão ser integrados aos equipamentos, sem qualquer custo adicional à CONTRATANTE.

2.1.3. Todos os equipamentos fornecidos pela CONTRATADA para substituir equipamentos em função de defeito serão fornecidos sem ônus para a CONTRATANTE e incorporados ao Patrimônio da CONTRATANTE.

2.1.4. Os equipamentos que por ventura vierem a ser substituídos em função de defeitos, deverão ser entregues a CONTRATANTE que providenciará a sua baixa no CMDB.

2.1.5. A CONTRATADA deverá manter, durante todo o período de vigência do contrato, todos os softwares devidamente atualizados.

2.1.6. O serviço compreende também a manutenção da central trânsito instalada no Datacenter da PRODEMGE e demais equipamentos necessários para o correto funcionamento da solução;

2.1.7. As características que a central trânsito possui estão descritas neste Termo de Referência e devem ser minimamente mantidas durante a vigência do contrato, sendo permitida a ampliação de suas característica, de comum acordo entre as partes

2.1.8. O detalhamento do parque atual esta listado no ANEXO A - CENTRAIS TELEFÔNICAS EM UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS.

#### 2.1.9. Da Manutenção Preventiva

2.1.9.1. A Contratada será a única e exclusiva responsável pela manutenção preventiva dos equipamentos descritos no Anexo A. A manutenção deve obedecer às recomendações do Manual de Operação de cada equipamento, porém, sem se limitar a elas e aos serviços abaixo descritos.

2.1.9.2. Verificar o estado geral de conservação dos equipamentos e providenciar substituição dos mesmos sempre que for necessário;

2.1.9.3. Providenciar revisão geral de todos os itens previstos no Manual de Operações, de acordo com a recomendação do fabricante;

2.1.9.4. Efetuar as revisões periódicas, observando as recomendações do fabricante;

2.1.9.5. A Contratada deverá realizar as manutenções preventivas para garantir o pleno funcionamento dos equipamentos e a qualidade dos materiais produzidos.

#### 2.1.10. Da Manutenção Corretiva

2.1.10.1. A Contratada obriga-se a efetuar atendimento técnico dentro do prazo máximo de acordo com o item 15 deste Termo de Referência, após a solicitação por escrito, em casos emergenciais, ou seja, de pane ou quebra de equipamentos que ocasionarem paralisação total nas comunicações;

2.1.10.2. A manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que a substituição de um componente do equipamento for necessária por motivo de desgaste ou quebra, assim como quando surgirem falhas ou defeitos;

2.1.10.3. A Contratada deverá iniciar a manutenção corretiva em um prazo cuja tempestividade atenda o intervalo definido pelo Contratante para o cumprimento dessa tarefa. Caso o período de manutenção do equipamento seja superior a 24 (vinte e quatro) horas, o mesmo deverá ser substituído por equipamento que cumpra todas as especificações técnicas indicadas pelo Contratante;

2.1.10.4. A Contratada deverá arcar com todos os custos decorrentes de acidentes e avarias, exceto os decorrentes do mau uso do equipamento por parte do Contratante. Nesses casos, será de responsabilidade do Contratante arcar com os custos de reparo do equipamento;

2.1.10.5. Verificar o estado geral de conservação dos equipamentos e providenciar substituição dos mesmos sempre que for necessário;

2.1.10.6. Efetuar as revisões periódicas, observando as recomendações do fabricante;

2.1.10.7. A prestação de serviços técnicos de assistência técnica e manutenção corretiva deverá compreender:

- a. Prestação de serviços de manutenção corretiva no local de instalação dos equipamentos e softwares (on-site).
- b. Fornecimento e instalação de atualizações corretivas e evolutivas (upgrade de versões) de softwares necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos descritos, por intermédio de técnico presente on-site.
- c. Qualquer software, atualização ou upgrade de software, que venha a ser instalado, deverá estar devidamente licenciado, ser original do fabricante e de qualidade e características técnicas iguais ou superiores ao existente no equipamento, bem como, compatível com este, devendo ser configurado de modo a deixar o equipamento em perfeitas condições de uso e com todas as funcionalidades de alta disponibilidade e redundância operacionais. A CONTRATANTE poderá rejeitar a instalação de software, atualização ou upgrade de software, que não atenda a estas características.
- d. Substituição de módulos, componentes, peças e materiais defeituosos. Os módulos, componentes, peças e materiais utilizados em substituição aos defeituosos, deverão ser originais do fabricante e de qualidade e características técnicas iguais ou superiores aos existentes no equipamento, bem como compatíveis com este.
- e. Configurações, reprogramação, remanejamento de ramais e mudança de categoria.

#### 2.2. LOCAÇÃO DE CENTRAIS TELEFÔNICAS, RAMAIS VIRTUAIS E TELEFONES IP'S

2.2.1. A fim de subsidiar a elaboração da Proposta Comercial, estamos disponibilizando, **apenas como referência**, o Anexo C com as demandas estimativa de locação dos órgãos/entidades que aderiram ao lote 2. Reiteramos que as informações disponibilizadas não tem caráter vinculativo, característica que não obriga o Estado a contratar o serviço de manutenção nos municípios informados. Não obstante, tais informações devem servir como referência para a elaboração da proposta.

2.2.2. Para a prestação de serviços referente ao lote 2, a CONTRATADA deverá instalar no datacenter da PRODEMGE uma solução de telefonia para a prestação do serviço de locação de Centrais Telefônicas, instalação de Ramais Virtuais e instalação de Ramais IPs.

2.2.3. Devido a criticidade do serviço prestado e com o objetivo de manter a continuidade do serviço, independente de qualquer questão contratual, a Central Trânsito Virtual deverá estar instalada no Datacenter da PRODEMGE, sendo obrigatório o serviço de manutenção da mesma e dos demais equipamentos necessários para o correto funcionamento da solução.

2.2.4. A CONTRATADA deverá manter, durante todo o período de vigência do contrato, todos os softwares devidamente atualizados.

2.2.5. A Central Trânsito Virtual deverá estar dimensionada para permitir as seguintes funções:

2.2.5.1. Autenticar e prover as funcionalidades exigidas para os Ramais Virtuais e ramais IP;

2.2.5.2. Funcionar como central trânsito para conexão entre as novas centrais telefônicas locadas, e a conexão destas com as centrais telefônicas atualmente em uso, mediante interligação com a atual central trânsito (OpenScapeVoice);

2.2.5.3. Autenticar e prover as funcionalidades para os ramais das novas centrais telefônicas locadas, caso o licitante opte por fornecer gateways com sobrevivência.

2.2.6. A Central Trânsito Virtual deverá operar com central trânsito SIP, com tabelas de roteamento de chamadas suficientes para controle das rotas de todas as ligações de saída das novas centrais telefônicas locadas. As chamadas efetuadas para números pertencentes à rede de telefonia do Governo (Interedes), sejam eles de usuários das novas centrais telefônicas locadas ou das atuais centrais telefônicas, deverão ser encaminhadas via conexões SIP, através da rede MPLS e, as chamadas destinadas para números fora da rede de telefonia do Governo (Extraredes) deverão ser cursadas através dos troncos STFC existentes no órgão de origem da ligação.

2.2.6.1. As tabelas de roteamento devem ser únicas e centralizadas na Central Trânsito Virtual, não sendo permitido que seja efetuado através de programação local na central telefônica locada.

2.2.6.2. O usuário deverá digitar o número completo DDD + MCDU-XXXX.

2.2.6.3. A Central Trânsito Virtual deverá ter capacidade para identificar que o número discado pertence à rede de telefonia do Governo das atuais centrais telefônicas e roteá-las para a atual central trânsito (OpenScape Voice).

2.2.7. Todas as conexões entre a Central Trânsito Virtual e as novas centrais telefônicas locadas e com a atual central trânsito (OSV) devem operar unicamente com o protocolo SIP, com quantidade de canais suficiente para permitir o tráfego de ligações Intranete, com perda menor que 1%.

2.2.8. A Central Trânsito virtual deverá ser fornecida com redundância, funcionando no modo ativo-ativo, ou seja, em caso de indisponibilidade do sistema principal o sistema redundante assume, sem que ocorra a queda das ligações em andamento.

2.2.9. A base de dados entre o sistema principal e redundante deve ser única, de forma que todas as funcionalidades / ativações de funcionalidades (desvio, grupos, etc) se mantenham em caso de indisponibilidade do servidor principal.

2.2.10. Todo o software e hardware necessário para a instalação da Central de Trânsito Virtual deve ser fornecido pela CONTRATADA.

2.2.11. Nenhum componente do serviço poderá estar condicionado a questões contratuais. A central telefônica a ser instalada no datacenter da PRODEMGE deverá se manter em funcionamento até o final do último contrato. O sistema de Telefonia instalado na PRODEMGE deve possuir no mínimo as seguintes características:

2.2.11.1. A solução deve implementar o conceito de multi tenancy, que permite que uma mesma instância da plataforma possa atender vários clientes, como por exemplo, as secretarias do Governo. Cada tenant deve possibilitar sua administração de forma independente da outra, de forma a possibilitar que as configurações feitas por uma secretaria, não afete as demais.

2.2.11.2. No mínimo, as seguintes aplicações devem ser hospedadas nos servidores em alta disponibilidade: Ligações de voz entre ramais; Facilidades de telefonia; Audioconferência.

2.2.11.3. Deve suportar integrações com outros sistemas ou serviços através de interfaces como SIP, SOAP, REST, CDR, XML, SNMP, CSTA e SFTP.

2.2.11.4. Deve possuir recursos de classificação e marcação de pacotes, de forma que seja possível realizar a priorização do tráfego de voz através da aplicação dos principais mecanismos de QoS (Quality of Service) com base em endereços de IP de origem/destino, portas TCP (Transmission Control Protocol)/UDP (User Datagram Protocol) de origem e destino ou seguindo os padrões recomendados de ToS (Type of Service), DSCP (Differentiated Services Code Point) e campo CoS (Class of Service) do frame ethernet;

2.2.11.5. Deve permitir a interoperabilidade e a comutação tradicional com a Rede de Telefonia Pública Computada (RTPC). A interconexão com a RTPC deverá obedecer aos padrões de sinalização de troncos digitais vigentes no Brasil (Integrated Services Digital Network – ISDN e R2 Digital – R2D).

2.2.11.6. Deve implementar ferramenta de monitoração da qualidade das chamadas VoIP, informando sobre parâmetros de qualidade de serviço na rede (delay, jitter, perda de pacotes, MOS, etc.).

2.2.11.7. Permitir o provisionamento dos telefones IP de forma automatizada, de tal forma que não seja necessário digitar as configurações manualmente nos aparelhos.

2.2.11.8. Deve implementar arquitetura de Serviços Multimídia sobre rede IP de forma a possibilitar a entrega de aplicações multimídia para dispositivos móveis, conforme RFC 4083.

2.2.11.9. A solução deve suportar os seguintes padrões de mercado (ou padrões equivalentes, com igual função):

- Sinalização criptografada através do protocolo TLS ou IPSEC conforme RFC 2246 ou RFC 2406 e suas atualizações;
- RFC 4566: Session Description Protocol (SDP) e suas atualizações;
- RFC 2460 – IPv6 Specification e suas atualizações
- RFC 2543: Session Initiation Protocol v2 e suas atualizações
- RFC 3261: SIP: Session Initiation Protocol e suas atualizações;
- RFC 3262: Reliability of Provisional Responses in SIP e suas atualizações;
- RFC 3263: Session Initiation Protocol (SIP): Locating SIP Servers e suas atualizações;
- RFC 3264: SDP Offer/Answer Model e suas atualizações;
- RFC 3265: SIP-specific Event Notification e suas atualizações;
- RFC 3311: SIP UPDATE Method e suas atualizações;
- RFC 3323: SIP Privacy Mechanism e suas atualizações;
- RFC 3515: SIP REFER Method e suas atualizações;
- RFC 3711: The Secure Real-time Transport Protocol (SRTP) e suas atualizações;
- RFC 3842: SIP Message Waiting e suas atualizações;
- RFC 4028: Session Timers in SIP e suas atualizações;
- RFC 4566: Session Description Protocol e suas atualizações;
- RFC 4568: Session Description Protocol (SDP) Security Descriptions for Media Streams ou por meio do SDES (Session Description Protocol e Security Descriptions for Media Streams) e suas atualizações;

2.2.12. Deve suportar SIP-based media recording (SIPREC);

2.2.13. Sistema deve permitir back-up sem interrupção do uso do sistema pelos usuários.

2.2.14. As características que a Central Trânsito Virtual possui estão descritas neste Termo de Referência e devem ser minimamente mantidas durante a vigência do contrato, sendo permitida a ampliação de suas características, de comum acordo entre as partes. A manutenção da Central Trânsito Virtual, deverá ser realizada somente a partir da Rede Governo.

2.2.15. Nenhum componente do serviço poderá estar condicionado a questões contratuais. A central telefônica a ser instalada no datacenter da PRODEMGE deverá



se manter em funcionamento até o final do último contrato.

2.2.16. A solução deverá se integrar à central SIP (integrar via entroncamento SIP) conforme as demais centrais PABX instalados no Estado, utilizando dos recursos de integração oferecidos pela central SIP. A comunicação desta solução com as demais centrais PABX deve seguir o modelo de integração ilustrado nas Figuras 1 - Topologia proposta e 2 - Modelo de arquitetura implementado na REDE IP/MPLS;

#### 2.2.17. **LOCAÇÃO DE CENTRAIS TELEFÔNICAS:**

2.2.17.1. O serviço consiste na instalação de uma nova central telefônica, com o fornecimento do equipamento, conforme especificações técnicas estipuladas neste Termo de Referência. Este item contempla o fornecimento, a instalação e configuração completa de todo o dispositivo e seus periféricos (telefones ips/digitais e telefones analógicos), visando a utilização pelos diversos órgãos do Estado de Minas Gerais.

2.2.17.2. As centrais a serem locadas, deverão possuir padrão tecnológico mais atual e com comunicação baseada em tecnologia IP (voz sobre IP) de forma nativa ou seja, sem uso de placas para tal função básica, não podendo possuir tecnologia descontinuada, visando implantações e inovações futuras. Não serão aceitos módulos instalados ou adaptados em computador do tipo PC/Servidores ou equipamentos com arquitetura x86 e com parte ou integralidade dos seus softwares no modelo de licenciamento "Open Source - de código livre", mesmo que estes possam ser considerados sistemas para comunicação de voz.

2.2.17.3. As centrais a serem locadas, deverão possuir a mesma plataforma e o mesmo modelo, portanto o mesmo padrão tecnológico, não podendo possuir tecnologia descontinuada, visando implantações e inovações futuras.

2.2.17.4. As novas centrais a serem instaladas serão definidas pela quantidade de ramais solicitado pelo órgão, conforme item 2.2.2 e deverá atender a todos os requisitos definidos neste termo de referência;

2.2.17.5. O órgão não poderá definir o modelo de central que será instalado. Esta definição ficará a cargo da CONTRATADA com base na quantidade de ramais solicitadas pelo órgão para a sua unidade de governo.

2.2.17.6. A Contratada deverá garantir pelo período de vigência contratual:

##### 2.2.17.6.1. **A Manutenção Preventiva**

2.2.17.6.1.1A Contratada será a única e exclusiva responsável pela manutenção preventiva dos equipamentos descritos no item 2.2.2. A manutenção deve obedecer às recomendações do Manual de Operação de cada equipamento, porém, sem se limitar a elas e aos serviços abaixo descritos;

2.2.17.6.1.2Verificar o estado geral de conservação dos equipamentos e providenciar substituição dos mesmos sempre que for necessário;

2.2.17.6.1.3Providenciar revisão geral de todos os itens previstos no Manual de Operações, de acordo com a recomendação do fabricante;

2.2.17.6.1.4Efetuar as revisões periódicas, observando as recomendações do fabricante;

2.2.17.6.1.5A Contratada deverá realizar as manutenções preventivas para garantir o pleno funcionamento dos equipamentos e a qualidade dos materiais produzidos.

##### 2.2.17.6.2. **A Manutenção Corretiva**

2.2.17.6.2.1A Contratada obriga-se a efetuar atendimento técnico dentro do prazo máximo de acordo com o item 15 deste Termo de Referência, após a solicitação por escrito, em casos emergenciais, ou seja, de pane ou quebra de equipamentos que ocasionarem paralisação total nas comunicações;

2.2.17.6.2.2A manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que a substituição de um componente do equipamento for necessária por motivo de desgaste ou quebra, assim como quando surgirem falhas ou defeitos;

2.2.17.6.2.3A Contratada deverá iniciar a manutenção corretiva em um prazo cuja tempestividade atenda o intervalo definido pelo Contratante para o cumprimento dessa tarefa. Caso o período de manutenção do equipamento seja superior a 24 (vinte e quatro) horas, o mesmo deverá ser substituído por equipamento que cumpra todas as especificações técnicas indicadas pelo Contratante;

2.2.17.6.2.4A Contratada deverá arcar com todos os custos decorrentes de acidentes e avarias, exceto os decorrentes do mau uso do equipamento por parte do Contratante. Nesses casos, será de responsabilidade do Contratante arcar com os custos de reparo do equipamento;

2.2.17.6.2.5A Contratada deverá assumir integral e absoluta responsabilidade pelos equipamentos locados, desobrigando o Contratante de quaisquer ônus, encargos, deveres e responsabilidade por defeitos, vícios aparentes ou ocultos, ou funcionamento insatisfatório dos aludidos bens e acidentes.

2.2.17.6.2.6Verificar o estado geral de conservação dos equipamentos e providenciar substituição dos mesmos sempre que for necessário;

2.2.17.6.2.7Efetuar as revisões periódicas, observando as recomendações do fabricante;

2.2.17.6.2.8A prestação de serviços técnicos de assistência técnica e manutenção corretiva deverá compreender:

- a. Prestação de serviços de manutenção corretiva no local de instalação dos equipamentos e softwares (on-site).
- b. Fornecedor e instalação de atualizações corretivas e evolutivas (upgrade de versões) de softwares necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos descritos, por intermédio de técnico presente on-site.
- c. Qualquer software, atualização ou upgrade de software, que venha a ser instalado, deverá estar devidamente licenciado, ser original do fabricante e de qualidade e características técnicas iguais ou superiores ao existente no equipamento, bem como, compatível com este,

devendo ser configurado de modo a deixar o equipamento em perfeitas condições de uso e com todas as funcionalidades de alta disponibilidade e redundância operacionais. A CONTRATANTE poderá rejeitar a instalação de software, atualização ou upgrade de software, que não atenda a estas características.

- d. Substituição de módulos, componentes, peças e materiais defeituosos. Os módulos, componentes, peças e materiais utilizados em substituição aos defeituosos, deverão ser originais do fabricante e de qualidade e características técnicas iguais ou superiores aos existentes no equipamento, bem como compatíveis com este.

2.2.17.6.3. A contratada deverá promover a manutenção do equipamento e seus periféricos conforme descrito no item 5.1 e prazos definidos no item 15.

#### 2.2.18. INSTALAÇÃO DE RAMAIS VIRTUAIS:

2.2.18.1. A instalação de ramais virtuais contempla o fornecimento do licenciamento e os aplicativos necessários para o correto funcionamento da solução conforme especificações técnicas contidas neste Termo de Referência;

2.2.18.2. Todo ramal virtual deve estar associado a um DDR. O órgão deverá informar o número (DDR) e a central telefônica a qual o DDR estará associado.

2.2.18.3. A CONTRATADA deverá dimensionar a capacidade de insumos necessários a prestação do serviço e informar mensalmente o consumo da capacidade total ofertada para que o órgão contratante possa aumentar ou diminuir a capacidade inicial prevista, conforme a utilização;

2.2.18.4. O Ramal Virtual contratado será habilitado por meio de softphone e APP para celulares Android e IOS;

#### 2.2.18.5. Recursos mínimos previstos para os ramais virtuais:

- Deve habilitar além das funcionalidades de telefonia exigidas, áudio conferência e tarifação.
- Deve possuir a facilidade de visualização de presença, com, no mínimo, os seguintes status: Online, Ausente, Off-line e Ocupado.
- Deve habilitar um usuário SIP na Telefonia Corporativa baseada em Voz sobre IP (VoIP).
- Habilitar toque simultâneo/paralelo, com outro dispositivo que possua, sem necessidade de transferir ou colocar a chamada em espera.
- Possibilitar o uso de facilidades de telefonia tais como: Chamada em espera, Encaminhamento de chamadas, Transferência em caso de não atendimento, captura de chamadas e conferências de áudio;
- Possuir indicação de mensagem no correio de voz;
- Efetuar e receber chamadas de voz utilizando os codecs G.711 (a-law e u-law), G.722, G.729(a ou ab) e Opus.
- Efetuar e receber chamadas de vídeo ponto a ponto com codec H.264 AVC. Para as chamadas de vídeo, deve implementar as resoluções: 360p, 480p e 720p;
- Implementar comunicação segura através dos protocolos Transport Layer Security (TLS) v1.2 para tráfego de sinalização e SRTP para tráfego de voz e vídeo. Para a criptografia de voz e vídeo, deve ser utilizado padrão AES com chaves de 256 bits;
- Permitir visualização do histórico de interações por chamadas de voz (recebidas, efetuadas e não atendidas);
- Deve suportar sistemas operacionais Windows 10 ou superior, iOS e Android.
- Acesso à rede de telefonia pública comutada (PSTN). Deverá permitir que seus usuários disquem e recebam ligações de números fora da organização
- Estacionamento de chamadas. Deverá ser possível colocar uma chamada em espera e atendê-la em outro telefone

#### 2.2.18.5.1. Topologia proposta

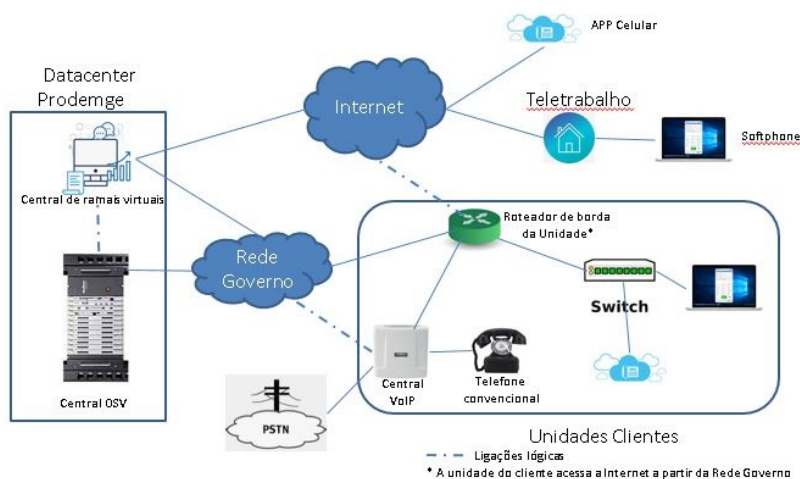


Figura 1 - Topologia proposta

#### 2.2.19. INSTALAÇÃO DE APARELHO TELEFÔNICO IP - TERMINAIS IP:

2.2.19.1. A instalação de ramal IP consiste em instalar um aparelho que permite ao usuário receber ou fazer uma chamada por meio do protocolo SIP. O presente serviço contempla o fornecimento do licenciamento, aparelho e os aplicativos necessários para o correto funcionamento da solução conforme especificações técnicas contidas neste Termo de Referência;

2.2.19.2. Os Telefones IP deverão ser 100% compatíveis com as centrais telefônicas ofertadas e possuir certificado de homologação da ANATEL;

2.2.19.3. Deve implementar os codecs de voz G.711 (a-law e u-law), G.722, G.729(a ou ab) e Opus

2.2.19.4. Deve ser do mesmo fabricante da plataforma de Telefonia Corporativa

baseada em Voz sobre IP (VoIP).

2.2.19.5. Deve possuir capacidade de autoconfiguração por meio de parâmetros através do DHCP.

2.2.19.6. Deve possibilitar a visualização de informações tais como histórico de ligações efetuadas, recebidas e não atendidas.

2.2.19.7. Permitir a visualização do número de "A" no display do aparelho IP com as indicações do nome e o número do chamador (desde que estes números estejam devidamente cadastrados no sistema);

2.2.19.8. Deve possuir teclas de navegação.

2.2.19.9. Deve implementar comunicação segura através dos protocolos Transport Layer Security (TLS) v1.2 para tráfego de sinalização e SRTP para tráfego de voz. Para a criptografia de mídia, deve ser utilizado padrão AES com chaves de até 256 bits.

2.2.19.10. Deve permitir o uso de certificados compatíveis com padrão X.509v3.

2.2.19.11. Deve implementar o protocolo LLDP.

2.2.19.12. Deve ser fornecido com cabo LAN.

2.2.19.13. Os Telefones IP deverão se autenticar em uma Central indicada pelo órgão contratante;

2.2.19.14. Ao solicitar o telefone IP, o órgão deverá indicar a unidade de entrega dos telefones;

2.2.19.15. Todo telefone IP deve estar associado a um DDR. O órgão deverá informar o número (DDR) e a central telefônica a qual o DDR estará associado.

2.2.19.16. O órgão será responsável pela infraestrutura necessária para a ligação do telefone IP;

2.2.19.17. O órgão terá até 5 dias úteis para dar o de acordo que o equipamento entregue é idêntico ao modelo solicitado;

2.2.19.18. Caso o contratante solicite, o ramal IP poderá ser habilitado também por meio de softphone.

2.2.19.19. A CONTRATADA deverá oferecer aparelho telefônico com as seguintes características:

#### 2.2.19.19.1. **Aparelho telefônico IP**

2.2.19.19.1.1. Deve ser homologado pela ANATEL

2.2.19.19.1.2. Display gráfico de no mínimo 128x32 pixels;

2.2.19.19.1.3. Deve possuir, no mínimo, 4 teclas programáveis

2.2.19.19.1.4. Devem ser fornecidos com fonte de alimentação AC 100V-240V

2.2.19.19.1.5. Deve suportar G.722, OPUS, G.711µ / a, G.729A / B

2.2.19.19.1.6. Deve possuir conector de fone de ouvido RJ-9

2.2.19.19.1.7. Deve suportar IPv4 / IPv6, TCP, UDP, ICMP, ARP, RTP, SRTP, 802.1x, atribuição de IP estático / DHCP, IEEE 802.1p/Q, QoS/ToS, HTTP/HTTPS/DHCP, NTP, FTP/TFTP, LDAP, 802.1x, HTTPS, SIP sobre TLS e SRTP;

2.2.19.19.1.8. Deve possuir viva-voz full duplex

2.2.19.19.1.9. Tecla de interrupção de som (mudo);

2.2.19.19.1.10. Tecla de ajuste de volume;

2.2.19.19.1.11. Tecla viva-voz;

2.2.19.19.1.12. Os telefones IP devem ser compatíveis com a Central para que se mantenha as funcionalidades específicas exigidas.

2.2.19.19.1.13. Monofone;

2.2.19.19.1.14. Entrada para headset;

2.2.19.19.1.15. Teclas de discagem;

2.2.19.19.1.16. Suporte de mesa;

2.2.19.19.1.17. Possibilitar a alimentação por PoE padrão 802.3af com consumo de energia classe 1, assim como permitir também uso de fonte de alimentação externa.

2.2.19.19.1.18. Switch Ethernet interno de 2 portas permite uma conexão direta a uma rede Ethernet 10/100/1000 por meio de uma interface RJ-45 com conectividade LAN única para o telefone e um PC. O administrador do sistema pode designar VLANs separadas (802.1Q) para o PC e o telefone, proporcionando maior segurança e confiabilidade do tráfego de voz e dados.

### 2.3. **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO OBJETO**

2.3.1. A contratação compreende a respectiva locação, manutenção, preventiva e corretiva, atualizações de software em Centrais Telefônicas, Ramais Virtuais, Ramais IPs, além de serviços de suporte, para atender às necessidades do Governo do Estado de Minas Gerais. As manutenções e softwares atualizados devem atender, no mínimo, as especificações constantes deste Termo de Referência.

2.3.2. Em alguns casos, para atendimento às demandas de telefonia, existem centrais trânsito secundárias responsáveis pela concentração da comunicação VOIP dentro de um determinado Órgão. Nessa situação, essas centrais trânsito secundárias deverão ser integradas à central trânsito principal instalada no datacenter da Prodemge.

2.3.3. As Centrais PABX instaladas nas Unidades de Governo para atendimento às suas demandas de telefonia (analógica, digital e SIP) deverão se integrar por meio da Rede IP Multisserviços (Rede Governo) utilizando troncos SIP à Solução de Integração SIP instalada no Data Center da PRODEMGE pela PROPONENTE.

2.3.4. Deverá ser dimensionada para suportar, sem comprometimento da

qualidade dos serviços de telefonia, todos os troncos SIP, independe da quantidade de tráfego e canais.

2.3.5. Os aparelhos analógicos, digitais/IP também deverão ter suas manutenções garantidas com demandas de trocas e reposições de acessórios e peças, além de necessidades de configurações e substituições de equipamentos.

2.3.6. O quantitativo correspondente ao cenário atual do parque de centrais dos Órgãos e Entidades Participantes do Processo está descrito conforme Anexo A.

### 2.3.7. **Integração entre as centrais telefônicas**

2.3.7.1. Para a comunicação entre as centrais telefônicas atualmente instaladas no parque do Estado, existe uma solução de integração com uma central trânsito, conforme explicitado no item 4 Solução Atual, e por um Servidor SIP de gerenciamento centralizado, instalado no datacenter da Companhia de Tecnologia de Informação do Estado de Minas Gerais PRODEMGE.

2.3.7.2. A solução de comunicação integrada ou Central Trânsito, a ser instalada no Data Center da PRODEMGE deve estar na última versão de softwares e licenciamentos que a compõem. Deverá ser fornecido e mantido em seu último modelo os softwares e licenciamentos em sua última versão, sem perda das características/features já configuradas e em operação.

2.3.7.3. Para os serviços contemplados no lote 2, será necessária uma integração entre a Central Trânsito Virtual com a Central Transito (OSV).

### 2.3.8. **A solução Centralizada deverá ser fornecida com:**

2.3.8.1. Software de Bilhetagem e de relatórios que permitam o gerenciamento por:

1. Ramal;
2. Centro de Custo;
3. Tipo de ligação.

### 2.3.9. **Sistema de tarifação e bilhetagem automática**

2.3.9.1. Deve ser fornecido software de tarifação e bilhetagem que permita a conferência das contas telefônicas, com as seguintes características:

2.3.9.1.1. A coleta de bilhetes gerados pelas centrais PABX deverá ser realizada através da rede de dados TCP/IP.

2.3.9.1.2. Deve garantir que os bilhetes gerados durante os períodos de sobrevivência local dos gateways sejam automaticamente sincronizados e conciliados, sem perda de informações;

2.3.9.1.3. Cadastro de ramais com identificação de nome do usuário, senha, localização, e-mail, categoria, observações e período de vigência, que permita acompanhamento do histórico de utilização de um ramal.

2.3.9.1.4. Cadastro do organograma da empresa, associando os ramais aos respectivos departamentos.

2.3.9.1.5. Permitir o cadastramento de diversas taxas, que podem ser aplicadas aos ramais, aos centros de custos ou à central.

2.3.9.1.6. Deverá gerar a totalização diária, durante o horário noturno, das seguintes informações do dia anterior: quantidade, valor, duração, tipo das chamadas por usuário, por operadora e por central.

2.3.9.1.7. Deverá gerar a totalização mensal das informações totalizadas diariamente, e permitir que estas informações sejam exportadas nos formatos XLS e PDF no mínimo.

2.3.9.1.8. Deverá permitir a definição de critérios e a flexibilização de informações na emissão de relatórios através da criação e utilização de "filtros" em todos os relatórios com a definição de campos (Data, hora, duração, ramal, tronco, tipo de chamada (Local, LDN, LDI, VC1, VC2, VC3), centro de custo, número discado, estado, localidade, custo com ou sem taxas, fluxo da ligação, grupo de troncos, operadora) e condições (igual a, diferente de, menor que, menor ou igual a, maior que, maior ou igual a, inicie com, não inicie com, termine com, não termine com, contenha, não contenha) e operadores lógicos (E, OU) e parênteses "( )" para consultas e análises mais elaboradas.

2.3.9.1.9. Exibição de ranking de gastos por ramal, ranking de gastos por centro de custos, ranking de gastos por tipo de chamada, evolução de gastos mensal e diária por ramal ou central.

2.3.9.1.10. O Sistema de Tarifação deve permitir que regras de tarifação arbitrárias possam ser definidas manualmente, através de interface amigável, que tenham prioridade sobre as regras e tarifas praticadas pelas operadoras.

2.3.9.1.11. O Sistema deverá permitir a retarifação de ligações sempre que necessário, como por exemplo, quando alguma das tabelas de preços das operadoras for modificada.

2.3.9.1.12. Possibilitar a inclusão/substituição de tarifas por taxas específicas, flexibilizando o controle diretamente pelo usuário sobre a Tarifação e Planos personalizados.

2.3.9.1.13. Serviço de tarifação automática, uma vez que o bilhete foi coletado, o sistema deverá iniciar o processo de reconhecimento, adição e alocação do custo à respectiva entidade hierárquica no sistema.

2.3.9.1.14. Possibilitar o rateio de despesas não relacionadas com telefonia por central ou centro de custos com rateio proporcional à quantidade, custo, duração ou número de ramais.

2.3.9.1.15. Criação de controles de níveis de acesso por usuário (administrador, gestor, operador, visualizador de dados).

2.3.9.1.16. Permitir a criação de usuários que possam apenas visualizar dados do próprio ramal.

2.3.9.1.17. A senha do usuário é armazenada de forma segura e criptografada.

2.3.9.1.18. Possibilidade de recuperar a senha de login através de notificação via e-mail para o próprio usuário.

2.3.9.1.19. Sistema deve permitir back-up sem interrupção do uso do sistema pelos usuários.

2.3.9.2. Deverá ser fornecido e instalado um sistema de tarifação e bilhetagem automática para CPCT/CPA-T;

2.3.9.3. O sistema de tarifação e bilhetagem automática deverá proporcionar facilidade de operação por pessoas com formação básica em microinformática e flexibilidade de manuseio dos arquivos de dados, sendo estes preferencialmente passíveis de conversão para processamento via editores de texto e/ou planilhas de cálculo mais conhecidas dos usuários. Todos os relatórios deverão ser apresentados em português, tanto legendas como conteúdo;

2.3.9.4. Deverá possuir programa de observação de dados de tráfego possibilitando medição e registro diários, em forma de relatórios específicos para análise de custos, ocupação dos troncos e ramais, ocupação das mesas operadoras, tempo de atendimento, avaliação da carga de serviço em períodos pré-determinados;

2.3.9.5. Deverão ser indicadas as seguintes características relativas ao sistema de tarifação e bilhetagem automática:

- Descrição do "hardware" necessário à implementação do sistema;
- Facilidades oferecidas pelo sistema;

2.3.9.6. O sistema deverá possibilitar as facilidades de bilhetagem de entrada, bilhetagem de saída e bilhetagem em rede

2.3.9.7. O sistema de tarifação deverá ser via WEB permitindo qualquer usuário autorizado poder acessar os relatórios, tanto na rede interna de computadores ou externa

2.3.9.8. O sistema deverá permitir o gerenciamento de contas telefônicas de diversos PABX simultaneamente, ou seja, multisite b;

2.3.9.9. O sistema deverá gerenciar todos os tipos de senhas disponibilizados aos equipamentos PABX.

2.3.9.10. Para todos os usuários que possuem ramal do PABX e computador na rede de dados, o sistema deverá mostrar o custo no final da ligação, na tela do computador do usuário.

2.3.9.11. O sistema deverá calcular todo o roteamento (LCR – rota de menor custo) com base nas próprias ligações telefônicas efetuadas, em período definido pelo administrador do sistema. O sistema deve informar qual a redução de custo potencial e preparar as tabelas de LCR a fim de programar o PABX.

2.3.9.12. O sistema deverá permitir a programação de planos celulares empresariais. O sistema deverá calcular ligações através de interfaces celulares para celulares do grupo, como tarifa zero e tarifa especial. Para celulares que não façam parte do grupo, o sistema deverá calcular com base nos respectivos planos de operadoras empregados.

2.3.9.13. Deverá gerenciar o tráfego telefônico de troncos, interfaces celulares, troncos IP e ramais.

2.3.9.14. O sistema deverá possuir, no mínimo, 04 (quatro) níveis de senhas de acesso ao sistema: administrador, técnico, gerente de departamento e usuário de ramal.

2.3.9.15. O sistema deverá possuir sistema de gerenciamento a ser processado em computador com Microsoft Windows.

2.3.9.16. O sistema deverá enviar por e-mail relatórios resumidos, gerenciais ou detalhados para qualquer administrador ou usuário de ramal ou código de projeto.

2.3.9.17. O sistema de gerenciamento deverá possuir uma interface aberta para transferência de dados para os formatos texto e Excel, permitindo escolher os campos do banco de dados a exportar.

2.3.9.18. O sistema deverá emitir relatórios com as seguintes informações: data, hora, duração, número discado, tipo da ligação e localidade.

2.3.9.19. O sistema deverá emitir relatórios gerenciais da empresa, departamento, centro de custo ou grupos de códigos de projetos.

2.3.9.20. O sistema deverá emitir relatórios de ligações não atendidas, para os PABX que fornecem a informação pelo bilhetador.

2.3.9.21. O sistema deverá possuir a possibilidade de pesquisar qualquer ligação por busca de número, ramal, data e hora, tipo, custo, duração ou localidade, por um desses parâmetros ou pela combinação de quantos se desejar.

2.3.9.22. Emitir relatórios gerenciais por ligação local fixa ou celular, DDD fixa ou celular, DDI fixa ou celular (Identificar entre fixa ou celular no mínimo para os países da Europa e América, para os outros informar simplesmente que a ligação é DDI) e ligações de ramal a ramal entre PABX da rede corporativa.

2.3.9.23. Emitir relatórios de ocupação de troncos e interligações IP, em minutos e percentualmente.

2.3.9.24. Emitir relatórios gerenciais por departamento ou centro de custo, com a quantidade e a duração das ligações de entrada e saída, números com maior saída, números com maior entrada e números com maior custo.

2.3.9.25. Emitir relatórios gerenciais gráficos com custo total, duração total, separação por departamentos, centros de custos e operadoras empregadas.

2.3.9.26. Emitir relatórios de ocupação de ramais com intensa utilização, como

atendentes, telefonistas, etc. Esses relatórios devem apresentar dados por hora.

2.3.9.27. O sistema deverá emitir relatório gerencial por custo por ramal, em ordem decrescente, que permita através da tela do resumo buscar imediatamente os detalhes das ligações que geraram o custo.

2.3.9.28. Emitir relatório gerencial por custo por código de projeto, em ordem decrescente, que permita por meio da tela do resumo buscar imediatamente os detalhes das ligações que geraram o custo.

2.3.9.29. Emitir relatório gerencial com custos por mês, por departamento, por ramal, que permita através da tela do resumo buscar imediatamente os detalhes das ligações que geraram o custo.

2.3.9.30. O sistema deverá emitir relatórios gerenciais gráficos com os ramaís que geraram maior custo e maior utilização em minutos.

2.3.9.31. O sistema deverá enviar e-mails de relatórios na periodicidade programada, de acordo com o desejo do usuário, diário, semanal, quinzenal, dos últimos 30 dias em dia especificado ou todo dia primeiro do mês.

2.3.9.32. O sistema deverá permitir que todo usuário de ramal ou código de projeto receba, nos e-mails e periodicidade desejados, um resumo com as chamadas realizadas, separando por local, DDD, DDI ou rede corporativa, analisando se é fixo ou celular. Esse resumo deverá conter, também, os números mais recebidos (ligações de entrada), os números mais chamados e os que geraram maior custo. O objetivo é permitir que todo usuário do PABX tenha seu próprio controle.

2.3.9.33. O sistema deverá permitir que o administrador do sistema receba relatórios gerenciais, por e-mail, dos custos gerados pelos códigos de projeto, quando se atinge um valor programado, para que o administrador eventualmente providencie o bloqueio do código de projeto. Esse bloqueio deverá ser automático pelo sistema de gerenciamento de contas telefônicas, quando o formato do protocolo de comunicação do terminal de programação do PABX é conhecido;

#### **2.3.10. Facilidades do sistema (obrigatórias para a Central Trânsito Virtual e para as Centrais Telefônicas / Gateways)**

2.3.10.1. O sistema deverá possuir no mínimo 15 classes de serviços, para ramaís diferentes, para acesso as facilidades de voz e de dados;

2.3.10.2. Além da discriminação prevista nos itens acima, deverá permitir também a categoria "RESTRITO", na qual seus assinantes poderão efetuar apenas chamadas entre os ramaís da central;

2.3.10.3. Deverá possibilitar serviço noturno de modo que as chamadas externas encaminhadas através das operadoras ausentes sejam automaticamente dirigidas a ramal ou grupos de ramaís pré-determinados;

2.3.10.4. Deverá possibilitar a utilização de troncos analógicos bidirecionais - troncos executivos - com numeração diferenciada, tais que, chamadas a eles dirigidas sejam automaticamente encaminhadas a ramaís específicos;

2.3.10.5. O sistema, por meio de programação, deverá apresentar a possibilidade de se dividir a central em até 3 (três) grupos distintos de troncos, ramaís e facilidades, como se fossem 3 (três) centrais independentes compartilhando a mesma central telefônica;

2.3.10.6. O sistema deverá permitir programar facilidades formando grupos de atendimento com as seguintes características: marcação de logon, logoff e ausência do atendedor, busca cíclica, linear e estatística. Intercalação, monitoração de chamadas.

#### **2.3.11. Sistema de Suprimento de Energia Elétrica:**

2.3.11.1. Para ambos os lotes, a PROPONENTE deverá dar manutenção no sistema de suprimento de energia elétrica para cada Central PABX deste termo de Referência.

2.3.11.2. Especificamente para o lote 2, a PROPONENTE deverá:

2.3.11.2.1. Fornecer e instalar um sistema de suprimento de energia elétrica para cada central PABX/GATEWAY constante do item 3 deste termo de Referência.

2.3.11.2.2. O sistema de suprimento de energia elétrica deverá ser modular, de modo que permita a instalação em quantidades que atendam o consumo inicial da CPCT e recarga das respectivas baterias, bem como permitam o acréscimo de módulos para atendimento de expansões da capacidade de consumo das CPCT e respectivas baterias;

2.3.11.2.3. O sistema deverá possuir conjunto de baterias que deverá garantir, no caso de falha no fornecimento de energia em corrente alternada, a operação do equipamento por 03 (três) horas ininterruptas, supondo-se a descarga correspondente à da hora de maior movimento (HMM) da CPCT;

2.3.11.2.4. O sistema deverá possuir baterias que deverão ser do tipo selada ou livre de manutenção;

2.3.11.2.5. O sistema de suprimento de energia elétrica deverá ter proteção efetiva contra sobretensões e sobrecorrentes;

2.3.11.2.6. O sistema deverá permitir que todos os equipamentos energizáveis deverão ser conectados aos sistemas de aterramento existentes nos locais das instalações;

#### **2.3.12. Condições de Instalação e Testes:**

2.3.12.1. Deverá ser realizada toda a instalação e configuração da solução pela CONTRATADA, sem nenhum custo adicional pela CONTRATANTE.

2.3.12.2. A CONTRATADA deverá interligar os ramaís analógicos da solução, ao quadro telefônico existente no órgão sem nenhum custo adicional pela CONTRATANTE.

2.3.12.3. A instalação dos equipamentos deverá observar as exigências das concessionárias, conforme as Práticas TELEBRÁS (Órgão Oficial Representativo) aplicáveis;

2.3.12.4. Ficará por conta da PROPONENTE o fornecimento de todos os materiais e acessórios necessários à instalação e plena operação dos equipamentos objeto destas especificações;

2.3.12.5. Os projetos técnicos de instalação das Centrais PABX deverão observar o que estabelece as normas vigentes;

### 2.3.13. Características gerais

2.3.13.1. Caso a unidade possua link da Rede Governo, toda ligação intra governo deverá utilizar o link da rede Governo.

2.3.13.2. Caso a unidade possua somente acesso Internet, sem link da Rede Governo, as chamadas intra governo deverão efetuar chamada SIP para a central trânsito do Governo.

2.3.13.3. Deverá ser fornecido um portal para gestão dos serviços, onde o órgão possa solicitar os serviços de maneira rápida. O portal deverá automatizar a geração dos aditivos contratuais para a Ata de registro de preços do Edital.

2.3.13.4. O portal deve prever todo o trâmite eletrônico da documentação para dar celeridade ao processo.

2.3.13.5. O portal deverá gerar relatórios pré-definidos, que podem prever a extração e consolidação de informações das centrais telefônicas, tanto a virtual como as instaladas nas unidades.

2.3.13.6. O DDR dos ramais virtuais será disponibilizado junto aos troncos E1 necessários para a central virtual.

2.3.13.7. O ramal virtual disponibilizado para uma unidade deverá ter o mesmo DDD da localidade para o qual foi solicitado o ramal virtual.

2.3.13.8. Neste caso, pode-se utilizar uma função similar ao siga-me na central da localidade para direcionar as ligações para a central virtual instalada na Prodemge ou outro recurso que a CONTRATADA tenha a sua disposição, desde que este recurso não esteja atrelado a questões contratuais.

2.3.13.9. O serviço de telefonia fixa comutada (STFC) não será parte desta ata de registro de preços. O prestador de serviço será responsável somente pelas centrais telefônicas.

## 3. REQUISITOS MÍNIMOS PARA LOCAÇÃO DE CENTRAL TELEFÔNICA:

### 3.1. GATEWAY TDM/SIP E1 ou PABX - REQUISITOS GERAIS

3.1.1. Para atendimento aos requisitos mínimos para a locação de centrais telefônicas poderão ser ofertadas duas arquiteturas distintas:

3.1.2. Centrais telefônicas híbridas (CPCT): todos os ramais analógicos e digitais/ips da localidade se autenticam na CPCT instalada na própria localidade. A CPCT deverá receber os troncos STFC e estar conectada à Central Trânsito Virtual através de SIP Trunking

3.1.3. Gateways TDM/SIP E1: todos os ramais analógicos e IP se autenticam na Central Trânsito, instalada na PRODENGE. O gateway instalado na localidade deverá receber os troncos STFC, deverá possuir as interfaces FXS para terminais analógicos e estar conectado à Central Trânsito através de protocolo SIP

3.1.4. De forma a realizar a interconexão do sistema de comunicação IP com a rede Pública de Telefonia nas diversas localidades, deve ser considerado para este item o fornecimento de appliance dedicado para a função de gateway nas quantidades previstas neste termo. Não serão aceitos módulos instalados ou adaptados em computador do tipo PC ou equipamentos com arquitetura x86, com interfaces de telefonia tradicional.

3.1.4.1. O equipamento deve permitir a conexão de interfaces de telefonia E1, GSM, FXO, FXS, por meio de módulos externos, sempre com um canal SIP para cada canal analógico.

3.1.4.2. Deve possuir certificado ANATEL.

3.1.4.3. Deve ser do mesmo fabricante da plataforma de Telefonia Corporativa baseada em Voz sobre IP (VoIP).

3.1.4.4. O gateway deve implementar IPV4.

3.1.4.5. O Acesso ao dispositivo deve ser via autenticação por usuário e senha, sendo possível alterar o usuário e senha de acesso ao device remotamente.

3.1.4.6. Deve ser possível o gerenciamento, por meio de um PC via interface Ethernet e remotamente.

3.1.4.7. Deve suportar configuração local ou através de servidor de gerenciamento centralizado GUI utilizando HTTPS. A interface gráfica deve ser visualizada através dos principais navegadores de mercado como: Mozilla, Edge e Google Chrome.

3.1.4.8. Deve possuir SSHv2 para gerenciamento local.

3.1.4.9. Deve implementar protocolos de monitoramento mínimo tais como SNMPv2.

3.1.4.10. Deve suportar atualização de firmware local e remoto, mantendo as configurações.

3.1.4.11. Se ocorrer um erro durante o download do firmware e/ou escrita da memória flash o equipamento deve reverter para a versão anterior de modo a manter seu funcionamento.

3.1.4.12. Assegurar que as sinalizações IP devem obedecer a todos os padrões de mercado, permitindo desta forma a interoperabilidade entre diversos produtos ofertados.

3.1.4.13. As interfaces de conexão E1 para tráfego de voz devem implementar, no



mínimo, aos protocolos ISDN, QSIG, SIP e R2MF. Os módulos de interface devem ser do tipo hot swap.

3.1.4.14. Deve implementar os codec's de voz G.711 (a-law e u-law), G.729 (a ou ab) ou Opus.

3.1.4.15. Deve implementar supressão de silêncio.

3.1.4.16. Deve implementar geração de ruído de conforto.

3.1.4.17. Deve implementar o cancelamento de eco.

3.1.4.18. Deve ter um jitter buffer dinâmico, e o tamanho desse buffer deve ser ajustado dinamicamente de acordo com o atraso de rede detectado.

3.1.4.19. Deve implementar controle de admissão de banda e reserva de banda através de protocolo RSVP.

3.1.4.20. Deve implementar recursos de priorização de tráfego, tais como:

3.1.4.21. Classificação, marcação e priorização de tráfego com base em endereço IP de origem/destino;

3.1.4.22. Portas TCP/UDP de origem e destino;

3.1.4.23. DSCP (Differentiated Services Code Point);

3.1.4.24. Campo CoS (Class of Service) do frame ethernet.

3.1.4.25. Deve implementar controle de admissão de banda dinâmico.

3.1.4.26. Deve implementar 802.1p/q.

3.1.4.27. Deve implementar recursos de áudio como música em espera e atendimento automático com menu de opções.

3.1.4.28. Deve implementar comunicação segura através dos protocolos Transport Layer Security (TLS) v1.2 para tráfego de sinalização e SRTP para tráfego de voz. Para a criptografia de voz, deve ser utilizado padrão AES com chaves de 256 bits.

3.1.4.29. Nas localidades contempladas com troncos digitais para a Rede Pública de Telefonia, a solução deve prover mecanismos de sobrevivência que garantam a comunicação dos ramais locais entre eles e com a rede pública, mesmo nos casos de interrupção de comunicação com os circuitos MPLS.

3.1.4.30. Deve suportar que a configuração de usuários e rotas efetuadas em um servidor central deve ser automaticamente propagado através de replicação para os módulos de sobrevivência remotos, formando único sistema de telefonia em que as configurações possam ser realizadas centralmente.

3.1.4.31. Deve manter a transparência do plano de discagem para os usuários, de modo que as chamadas para os ramais dos demais sites e números externos continue a ser realizada sem alteração na forma de discagem durante o modo de sobrevivência.

3.1.4.32. Caso seja ofertada a opção de uso de gateways, deve manter a transparência do plano de discagem para os usuários, de modo que as chamadas para os ramais dos demais sites e números externos continue a ser realizada sem alteração na forma de discagem durante o modo de sobrevivência.

3.1.4.33. Deve manter todos os serviços básicos de telefonia, descritos neste termo de referência em modo de sobrevivência, além da criptografia das chamadas e conferência de áudio com 6 participantes.

3.1.4.34. Deve prover o processamento do tráfego e alteração automática do roteamento de chamadas no gateway em caso de uma falha na rede MPLS, permitindo que as chamadas com destino a ramais de outras localidades passem a ser encaminhadas através da PSTN.

3.1.4.35. Deve ser fornecido par de cabos coaxiais de comprimento suficiente para conexão com modem da operadora para cada uma das portas E1.

3.1.4.36. Se o equipamento vier com porta E1 com conector RJ45 deve ser fornecido cabo ethernet e balun conversor de ethernet para coaxial para cada uma das portas E1.

3.1.4.37. Deve prover DSP's suficientes para não haver bloqueio nos troncos E1.

3.1.4.38. Deve permitir a implementação de sobrevivência local em caso de perda de comunicação com o servidor de telefonia para todos os ramais.

3.1.4.39. Possuir duas interfaces de rede LAN através de porta ethernet 10/100/1000 Mbps.

3.1.4.40. Possuir fonte interna com tensões de 100 - 240 VAC.

3.1.4.41. **Aparelho Analógico:**

3.1.4.42. Deverá ser fornecido aparelho telefônico analógico de mesa DTMF.

3.1.4.43. Poderá ser substituído por telefone IP a cargo da CONTRATADA sem prejuízo financeiro ou de qualidade par ao Estado

3.1.4.44. **Aparelho IP:**

3.1.4.45. Display gráfico de no mínimo 128x32 pixels;

3.1.4.46. 01 monofone;

3.1.4.47. 01 entrada para headset;

3.1.4.48. Teclas de discagem;

3.1.4.49. Tecla de interrupção de som (mudo);

3.1.4.50. Tecla de ajuste de som;

3.1.4.51. Tecla viva-voz;

3.1.4.52. Suporte de mesa;

3.1.4.53. Possibilitar a alimentação por PoE padrão 802.3af com consumo de

energia classe 1, assim como permitir também uso de fonte de alimentação externa.

3.1.4.54. CODECs: G711A/U, G729A/B

3.1.4.55. codec's de voz G.711 (a-law e u-law), G.729 (a ou ab) ou Opus.

3.1.4.56. Protocolos: SIP, IP, TCP, UDP, ARP, HTTP, HTTPS, cliente DHCP, Cliente DNS, RTP (Real Time Protocol), RTCP (Real Time Control Protocol), SRTP;

3.1.4.57. Switch Ethernet interno de 2 portas permite uma conexão direta a uma rede Ethernet 10/100/1000 por meio de uma interface RJ-45 com conectividade LAN única para o telefone e um PC. O administrador do sistema pode designar VLANs separadas (802.1Q) para o PC e o telefone, proporcionando maior segurança e confiabilidade do tráfego de voz e dados.

3.1.4.58. Os telefones IP devem ser compatíveis com o controlador de chamadas do Sistema de Servidores Centrais de Comunicação ou homologados por ele, para que se mantenha as funcionalidades específicas exigidas.

3.1.4.59. Caso sejam fornecidas centrais PABX, os aparelhos IP's poderão ser substituídos por aparelhos digitais, conforme especificação abaixo.

3.1.4.60. Poderá ser substituído por telefone IP a cargo da CONTRATADA sem prejuízo financeiro ou de qualidade par ao Estado.

3.1.4.61. **Aparelho Digitais:**

3.1.4.62. alimentado a partir da central;

3.1.4.63. com controle de volume e tom de chamada;

3.1.4.64. com interligação a um par de fios;

3.1.4.65. com possibilidade de conexão de terminais de dados ou segundo terminal digital, através de adaptador específico, acoplado na parte inferior do aparelho.

3.1.4.66. com disponibilidade de no mínimo 6 (seis) teclas de funções programáveis com LED indicador;

3.1.4.67. com mostrador de cristal líquido, alfanumérico, com capacidade mínima de 24 caracteres por linha e duas linhas que possibilite indicação de data, hora, duração da chamada, número chamado, número do ramal que iniciou a chamada quando do recebimento de ligações internas e de mensagens;

3.1.4.68. com acesso às funções por meio de menu auto-explicativo;

3.1.4.69. com conversação em viva-voz, com alto-falante e microfone ambientes e no monofone;

3.1.4.70. com estabelecimento de ligações sem retirada do monofone do gancho apenas digitando o número desejado;

3.1.4.71. Sistema de suprimento de energia elétrica, conforme item 2.3.11 do Termo de Referência;

3.1.4.72. A solução deverá possuir implementação de seleção e acesso a Rota de Menor Custo ("LCR - Least Cost Routing"). Entende-se por Rota de Menor Custo a capacidade do sistema de permitir/bloquear o acesso de cada usuário às rotas principais/alternativas, bem como estabelecer prioridade de ocupação de rotas segundo regras pré-definidas, possibilitando utilizar rotas diferentes segundo o horário, dia da semana ou operadora telefônica;

3.2. **CARACTERISTICAS MINIMAS DA SOLUÇÃO**

3.2.1. Além dos pontos descritos no item 3.1 deste Termo de Referência, o equipamento deverá possuir a seguinte especificação mínima por faixa:

3.2.2. **GATEWAY ou PABX com 10 Ramais**

3.2.2.1. O sistema deverá atender no mínimo as especificações descritas no item 3.1 deste Termo de Referência com as seguintes características mínimas:

3.2.2.2. 10 (dez) portas para ramais podendo ser: analógicos e seus respectivos aparelhos, ramais digitais/ramais IP e seus respectivos aparelhos ou um misto de ambas as tecnologias desde que sejam atendidos no mínimo com 30% de ramais IP.

3.2.2.3. Deve ser fornecido com 01 (uma) interface E1 ou troncos Analógicos de acordo com a necessidade do cliente;

3.2.2.4. 02 interfaces celulares com 02 canais, conforme item 5.5, do Termo de Referência a seguir;

3.2.2.5. Capacidade de manter 10 ramais em modo de sobrevivência.

3.2.3. **GATEWAY ou PABX com 30 Ramais**

3.2.3.1. O sistema deverá atender no mínimo as especificações descritas no item 3.1 deste Termo de Referência com as seguintes características mínimas:

3.2.3.2. 30 (trinta) portas para ramais podendo ser: analógicos e seus respectivos aparelhos, ramais digitais/ramais IP e seus respectivos aparelhos ou um misto de ambas as tecnologias desde que sejam atendidos no mínimo com 30% de ramais IP.

3.2.3.3. Deve ser fornecido com 01 (uma) interface E1 ou troncos Analógicos de acordo com a necessidade do cliente;

3.2.3.4. 04 interfaces celulares cada uma com 02 canais de comunicações, conforme item 5.5 do Termo de Referência, a seguir;

3.2.3.5. Capacidade de manter 30 ramais em modo de sobrevivência.

3.2.4. **GATEWAY ou PABX com 40 Ramais**

3.2.4.1. O sistema deverá atender no mínimo as especificações descritas no item 3.1 deste Termo de Referência com as seguintes características mínimas:

3.2.4.2. 40 (quarenta) portas para ramais podendo ser: analógicos e seus respectivos aparelhos, ramais digitais/ramais IP e seus respectivos aparelhos ou um misto de ambas as tecnologias desde que sejam atendidos no mínimo com 30% de

ramais IP.

3.2.4.3. Deve ser fornecido com 01 (uma) interface E1 ou troncos Analógicos de acordo com a necessidade do cliente;

3.2.4.4. 06 interfaces celulares cada uma com 02 canais de comunicações, conforme item 5.5 do Termo de Referência, a seguir;

3.2.4.5. Capacidade de manter 40 ramais em modo de sobrevivência.

#### 3.2.5. **GATEWAY ou PABX com 50 Ramais**

3.2.5.1. O sistema deverá atender no mínimo as especificações descritas no item 3.1 deste Termo de Referência com as seguintes características mínimas:

3.2.5.2. 50 (cinquenta) portas para ramais podendo ser: analógicos e seus respectivos aparelhos, ramais digitais/ramais IP e seus respectivos aparelhos ou um misto de ambas as tecnologias desde que sejam atendidos no mínimo com 30% de ramais IP.

3.2.5.3. Deve ser fornecido com 01 (uma) interface E1 ou troncos Analógicos de acordo com a necessidade do cliente;

3.2.5.4. 06 interfaces celulares cada uma com 02 canais de comunicações, conforme item 5.5 do Termo de Referência, a seguir;

3.2.5.5. Capacidade de manter 50 ramais em modo de sobrevivência.

#### 3.2.6. **GATEWAY ou PABX com 100 Ramais**

3.2.6.1. O sistema deverá atender no mínimo as especificações descritas no item 3.1 deste Termo de Referência com as seguintes características mínimas:

3.2.6.2. 100 (cem) portas para ramais podendo ser: analógicos e seus respectivos aparelhos, ramais digitais/ramais IP e seus respectivos aparelhos ou um misto de ambas as tecnologias desde que sejam atendidos no mínimo com 30% de ramais IP.

3.2.6.3. Deve ser fornecido com 01 (uma) interface E1 ou troncos Analógicos de acordo com a necessidade do cliente;

3.2.6.4. 08 interfaces celulares cada uma com 02 canais de comunicações, conforme item 5.5 do Termo de Referência, a seguir;

3.2.6.5. Capacidade de manter 100 ramais em modo de sobrevivência.

#### 3.2.7. **GATEWAY ou PABX com 160 Ramais**

3.2.7.1. O sistema deverá atender no mínimo as especificações descritas no item 3.1 deste Termo de Referência com as seguintes características mínimas:

3.2.7.2. 160 (cento e sessenta) portas para ramais podendo ser: analógicos e seus respectivos aparelhos, ramais digitais/ramais IP e seus respectivos aparelhos ou um misto de ambas as tecnologias desde que sejam atendidos no mínimo com 30% de ramais IP.

3.2.7.3. Deve ser fornecido com 01 (uma) interface E1 ou troncos Analógicos de acordo com a necessidade do cliente;

3.2.7.4. 08 interfaces celulares cada uma com 02 canais de comunicações, conforme item 5.5 do Termo de Referência;

3.2.7.5. Capacidade de manter 160 ramais em modo de sobrevivência.

#### 3.2.8. **GATEWAY ou PABX com 210 Ramais**

3.2.8.1. O sistema deverá atender no mínimo as especificações descritas no item 3.1 deste Termo de Referência com as seguintes características mínimas:

3.2.8.2. 210 (duzentos e dez) portas para ramais podendo ser: analógicos e seus respectivos aparelhos, ramais digitais/ramais IP e seus respectivos aparelhos ou um misto de ambas as tecnologias desde que sejam atendidos no mínimo com 30% de ramais IP.

3.2.8.3. Deve ser fornecido com 01 (uma) interface E1 ou troncos Analógicos de acordo com a necessidade do cliente;

3.2.8.4. 10 interfaces celulares cada uma com 02 canais de comunicações, conforme item 5.5 do Termo de Referência;

3.2.8.5. Capacidade de manter 210 ramais em modo de sobrevivência.

#### 3.2.9. **GATEWAY ou PABX com 260 Ramais**

3.2.9.1. O sistema deverá atender no mínimo as especificações descritas no item 3.1 deste Termo de Referência com as seguintes características mínimas:

3.2.9.2. 260 (duzentos e sessenta) portas para ramais podendo ser: analógicos e seus respectivos aparelhos, ramais digitais/ramais IP e seus respectivos aparelhos ou um misto de ambas as tecnologias desde que sejam atendidos no mínimo com 30% de ramais IP.

3.2.9.3. Deve ser fornecido com 01 (uma) interface E1 ou troncos Analógicos de acordo com a necessidade do cliente;

3.2.9.4. 12 interfaces celulares cada uma com 02 canais de comunicações, conforme item 5.5 do Termo de Referência;

3.2.9.5. Capacidade de manter 260 ramais em modo de sobrevivência.

## 4. **SOLUÇÃO ATUAL:**

4.1. Por meio da infraestrutura da Rede IP Multisserviços, órgãos e entidades do Governo utilizam o serviço de voz sobre IP (VoIP). São mais de 700 Centrais telefônicas PABX nas diversas Unidades de Governo interconectadas a uma Central de Trânsito SIP, atualmente instalada no Data Center da PRODEMGE.

4.2. O Anexo A deste Termo de Referência possui as descrições da Estrutura Atual do Projeto VoIP com descrição das localidades e capacidades de equipamentos existentes. Existem ainda centrais que não estão integradas a Central Trânsito, mas

compõe o parque atual do Estado.

#### 4.3. Arquitetura do Sistema VoIP:

4.3.1. A arquitetura do sistema de comunicação de Voz sobre IP (VoIP) está projetada de forma a garantir o melhor desempenho e qualidade ao serviço de VoIP (QoS), bem como manter a segurança e eficiência na comunicação entre as centrais PABX SIP do Governo de Minas Gerais.

4.3.2. A figura abaixo ilustra o modelo de arquitetura implementado na Rede IP/MPLS do Governo de Minas Gerais:

### ARQUITETURA

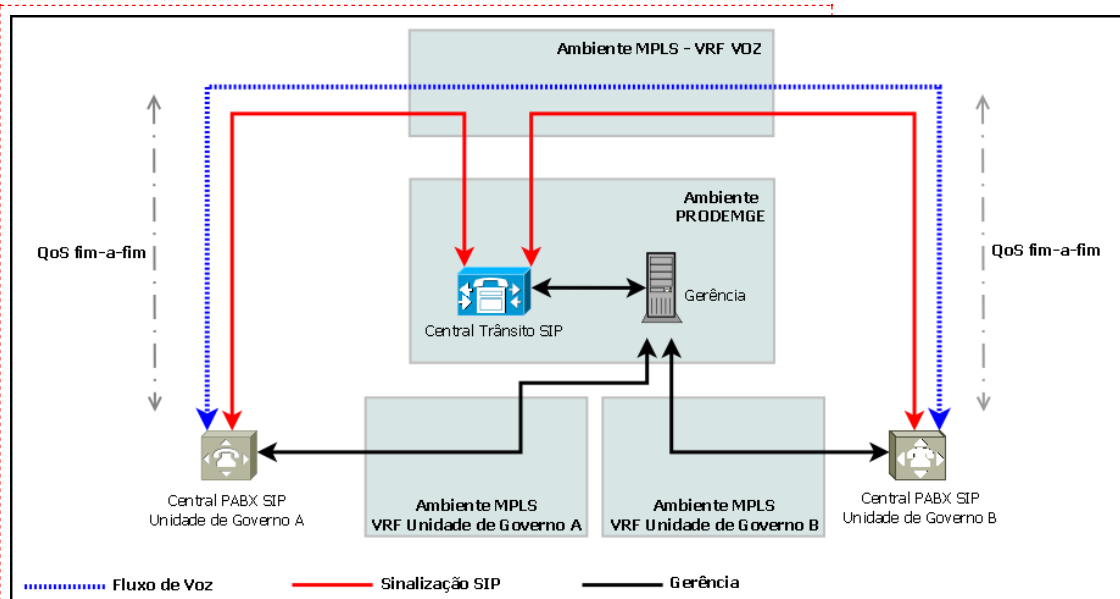


Figura 2 Modelo de arquitetura implementado na REDE IP/MPLS

#### 4.3.3. Aspectos técnicos e operacionais da arquitetura do Sistema de VoIP:

- Dentro da Rede IP/MPLS do Governo é aplicado uma classe de serviços exclusiva para a sinalização SIP e outra para o streaming de voz.
- A sinalização SIP entre as centrais PABX SIP e a central trânsito SIP é encaminhada através da VRF exclusiva e dedicada para o serviço de voz sobre IP, dentro da Rede IP/MPLS do Governo de Minas Gerais.
- Após o estabelecimento da chamada, o fluxo de áudio é encaminhado através da VRF destinada ao serviço de voz sobre IP, diretamente entre as centrais PABX SIP de origem e destino, não havendo recebimento ou envio do fluxo de áudio através da Central Trânsito SIP instalada no Datacenter da PRODEMGE.
- O tráfego de dados gerado na gerência das centrais PABX SIP é encaminhado através da VRF destinada à respectiva Unidade de Governo.
- A interface ethernet da central PABX SIP destinada à gerência é conectada à infraestrutura de rede da Unidade de Governo e recebe o endereçamento IP da rede de dados.
- A interface ethernet da central PABX SIP destinada à sinalização SIP e ao fluxo de áudio é diretamente conectada ao roteador da Unidade de Governo e recebe o endereçamento IP da rede de voz.

4.4. A solução atual de Central Trânsito SIP, softswitch Open Scape Voice, é fornecida pelo fabricante Siemens e atua como ponto central da Rede VoIP do Estado de Minas Gerais e prevê que as chamadas sejam completadas utilizando o protocolo SIP.

4.5. Em seu funcionamento a Solução de VoIP prevê ainda que as sessões de áudio sejam estabelecidas diretamente entre as centrais de origem e destino, enquanto a Central Trânsito SIP media a sinalização, conforme na RFC 3261.

4.6. A solução também prevê as comunicações com a Central de Trânsito SIP da Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves - CAMG que concentra grande parte das ligações VoIP da Rede.

4.7. A figura abaixo representa a topologia da solução de VoIP adotada atualmente no Estado de Minas Gerais.

### I. CENÁRIO OPEN SCAPE VOICE

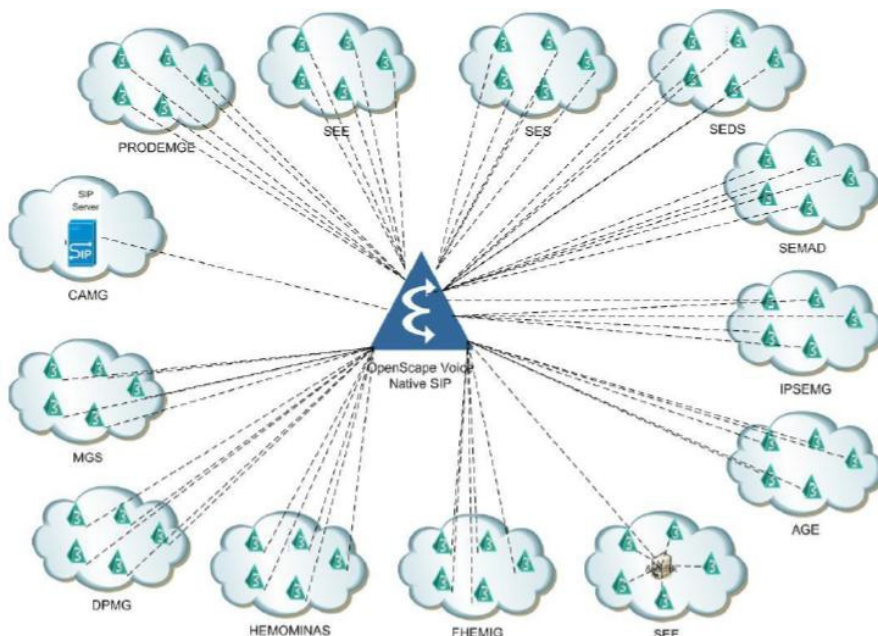


Figura 3 – Topologia da Rede VoIP do Estado de Minas Gerais.

## 5. REGRAS DE NEGÓCIO:

5.1. Esse item descreve a regra de negócio relativo aos serviços cobertos e não cobertos pela manutenção, prazos de atendimento, bem como a definição dos Níveis de manutenção durante o período de vigência dos contratos.

### 5.2. Descrição dos serviços a serem cobertos pela manutenção de 1º, 2º e 3º níveis:

5.2.1. Durante o período de vigência do contrato, ocorrendo utilização normal dos equipamentos, os seguintes serviços e peças deverão estar cobertos pelo referido contrato e pelo serviço de manutenção, a saber:

1º nível - suporte telefônico 24 horas por dia, 07 dias por semana, inclusive, finais de semanas e feriados. O atendimento às solicitações de serviço, deverá ser feito por intermédio de uma central de atendimento da empresa e/ou técnico de plantão;

2º nível – diagnóstico e eliminação de problemas de hardware e software, sempre que for tecnicamente possível, por meio de ação remota ou, quando for inviável a solução remota, execução dos serviços de manutenção corretiva no local da instalação dos equipamentos;

3º nível - conserto ou reposição de componentes e/ou partes desses, que comprovadamente apresentarem defeito, por outro original (novo) e dentro das regras de negócio estabelecidas neste edital e pelas especificações técnicas do fabricante, de forma a garantir as características funcionais do equipamento;

### 5.3. Descrição dos serviços que não estarão cobertos pela manutenção:

5.3.1. Durante o período de vigência dos contratos, ocorrendo utilização incorreta dos equipamentos, os seguintes serviços e peças não estarão cobertos pelo serviço de manutenção, a saber:

- a. Danos aos equipamentos causados por:
  - I. acidentes decorrentes de operação indevida ou negligência;
  - II. manutenção ou armazenagem inadequadas;
  - III. operação anormal ou em desacordo com as especificações;
  - IV. obras civis mal acabadas;
  - V. má qualidade das bases em que se assentem;
  - VI. influências de natureza química, eletroquímica, elétrica, climática ou atmosférica, tais como: enchentes, inundações, descargas elétricas e raios, incêndio, terremoto, sabotagem, vandalismo ou interferências indevidas causadas pela rede pública ou interna de telefonia ou por fornecimento de energia elétrica e outros casos fortuitos ou de força maior previstos na legislação;
  - VII. serviços que impliquem em modificação da configuração do equipamento, tais como: remanejamentos, mudanças de local de instalação, visita técnica para alteração de base de dados, ampliações, atualizações de software e outras alterações que venha a solicitar;
  - VIII. serviços de controle, atualização, geração de cópias de segurança "back-up", arquivo e tradução de programas e documentações técnicas;
  - IX. serviços e materiais para rede telefônica primária e secundária, bem como sua documentação.

5.4. Prazos de atendimento será conforme definido no item 15 deste Termo de Referência.

### 5.5. Interfaces Celulares:

5.5.1. A PROPONENTE deverá dar manutenção de interfaces celulares com troca dos chips (o chip será fornecido pelo órgão contratante) para cada Central PABX constante do item 3 deste termo de Referência.

5.5.2. A regra de negócio para os equipamentos adaptadores de linha – interface celular – deverá obedecer aos critérios estabelecidos no QUADRO 1, a seguir.

**QUADRO 01**

LOTE	ITEM	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE	
1 e 2	6.12.2	INTERFACE ADAPTADORA PARA LINHAS CELULARES	Conforme Plataforma discriminada	
Fabricante		Marca	Modelo	
SUBITEM	DESCRIÇÃO		UNID PADRÃO	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA
CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS	1.1	Linhas celulares para PABX IP ou componentes de comunicação unificada e centrais de controle	--	Obrigatório
	1.2	Conecta a circuito de linha analógico	--	Obrigatório
	1.4	Tecnologia GSM	--	Obrigatório
	1.5	Integração direta com SIM Card de qualquer operadora, dispensando uso de aparelho celular. Integração direta com SIM Card de qualquer operadora, dispensando uso de aparelho celular.	--	Obrigatório
	1.6	A interface deverá ter opções de modos de operação independentes das facilidades do PABX IP ou componentes de comunicação unificada a qual estiver conectada.	--	Obrigatório
CARACTERÍSTICAS FÍSICAS	2.1	Módulo individual de interface celular	Portas de Comunicação	01 ou 02
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	3.1	Tensão de entrada	Volts	110/220
	3.2	Consumo máximo	Wats	10
	3.3	Tensão de laço terminal	Vcc	40 +-10%
	3.4	Corrente de laço em curto circuito	mA	25 +- 5mA
	3.6	Corrente de chamada	VRMS	65 +-15%
	3.7	Potência máxima de transmissão	Hz	25
			W	2
			1710-1880	425
	3.8	Tom de sinalização	DBm	-19
	3.9	Resistência de laço máxima	Sensorial	Obrigatório
				425
CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS	4.1	Recomenda a utilização de divisores de frequências em casos onde se faz necessária a utilização de antenas externas e compartilhadas por mais de uma interface, porém também podem ser utilizadas antenas individuais, eliminando assim o uso de divisores de frequência	--	Obrigatório
DOCUMENTAÇÃO	5.1	Documentação em vias digitais, contendo orientações para configuração (setup), instalação, operação, administração.	--	Obrigatório
GARANTIA	6.1	Prazo de garantia On-Site	Meses	Durante a vigência contratual
ENTREGA	7.1	Prazo máximo de entrega do equipamento	Dias	Juntamente com o equipamento

5.5.3. As interfaces celulares que venham a ser instaladas pela CONTRATADA

ganhadora do lote 2, devem seguir os padrões descritos no quadro e passarão a fazer parte da lista dos equipamentos que serão considerados "Locados", não podendo estes formarem valores adicionais diferentes dos apresentados na proposta por tipo de Central Telefônica ou Gateway.

5.5.4. Interfaces celulares a serem instaladas nos equipamentos, objeto deste Termo de Referência, conforme definição estabelecida na regra de negócio das plataformas.

## **6. AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS (SERVICE LEVEL AGREEMENT) LOTES 1 E 2**

6.1. Considerando a necessidade de criação de mecanismos de apuração e medição do grau de desempenho dos serviços ofertados pela (s) empresa (s) contratada (s), nos termos do Decreto nº. 46.311, de 2013, será realizada Avaliação da Prestação dos Serviços pelos órgãos contratantes, que deverão avaliar a qualidade dos níveis de serviços de acordo com o ANEXO B, deste Edital. Para tanto, ficam estipulados os seguintes Fatores (F<sup>1</sup>, F<sup>2</sup>, F<sup>3</sup>, F) e as Magnitudes (Baixa, Média, Alta e Altíssima) para a avaliação e desempenho dos serem a serem ofertados, conforme a seguir:

F<sup>1</sup> - Baixa Criticidade;

F<sup>2</sup> - Média Criticidade;

F<sup>3</sup> - Alta Criticidade;

F<sup>4</sup> - Altíssima Criticidade.

6.2. A partir desses fatores e magnitudes a avaliação será definida a NOTA MENSAL DE AVALIAÇÃO - NMA, alusiva à empresa contratada, conforme critérios dispostos no ANEXO B, com requisitos a serem preenchidos de acordo com o modelo de FICHA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO - FAD a ser seguido pelo (s) órgão (s) contratante (s), disposto no ANEXO B, a partir da lavratura e assinatura do contrato, com a (s) empresa (s) vencedora (s).

6.2.1. A FAD, de acordo como ANEXO B, deste edital, toda vez que for preenchida - em função de ocorrência registrada - pelo (s) órgão (s) contratante (s), deverá ser encaminhada ao órgão gestor - SEPLAG, para análise e providências administrativas subsequentes;

6.2.2. No caso de identificação de ocorrências de mesma natureza durante o período de 30 (trinta) dias, conforme estabelecido no ANEXO B, poderá haver mais de um registro mensal resultando-se na reincidência da ocorrência prevista, obedecendo aos critérios estipulados nesse item.

6.3. Poderá ser aplicada sanção à empresa contratada por inexecução total ou parcial do contrato se a NMA for inferior ou igual a 08 (oito), conforme o disposto no ANEXO B, garantida a defesa prévia de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 87 e seu §2º da Lei Federal nº. 8.666, de 1993.

## **7. DOS LOTES:**

7.1. A composição do objeto se encontra distribuído em 02 (dois) lotes, conforme especificações descritas neste Termo de Referência.

### **7.2. LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:**

7.3. Justifica-se a não realização de exclusividade e de cotas reservadas no presente certame, qual seja, para Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte pelo fato de que, os itens ao serem separados por cotas, poderão representar prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. Da mesma forma se justifica a não separação por lotes. Apesar de não ter a reserva, o processo licitatório abrangerá empresas interessadas, independente do porte, desde que se encontrem aptas a participação do certame nos termos estabelecidos no Edital, com vistas a ampliar a competitividade entre os concorrentes.

## **8. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

8.1. Considerando a necessidade de manutenção do parque de centrais telefônicas, foi efetivado Edital de Licitação Pregão Eletrônico para Registro de Preços Planejamento SIRP Nº 093/2017 cujo objeto de Contratação de Empresa especializada para prestação de serviços de Manutenção preventiva, corretiva e atualizações de software nas Centrais Telefônicas do Estado, e integração desses equipamentos lotados nas unidades regionais dos órgãos e entidades a uma central/servidor de trânsito SIP (Session Initiation Protocol) instalada no Data Center do Estado. O propósito foi a implementação e operação da solução VoIP, o que representou economia para o Estado em seus gastos com telefonia.

8.2. Os contratos oriundos da Ata de Registro de preço 186/2017 de manutenção das centrais telefônicas do Estado, começarão a ter suas vigências encerradas, se fazendo necessário a instituição de novo processo licitatório para garantir a continuidade dos serviços VoIP atualmente em operação.

8.3. A adoção da forma de contratação por meio de ata de Registro de Preços se justifica, uma vez que, o serviço, objeto da licitação, se apresenta como contínuo e de natureza essencial, abrangendo e integrando muitos órgãos e entidades do Governo do Estado de Minas Gerais em um serviço de comunicação corporativa baseada na tecnologia VoIP, conforme artigo 4º, incisos I e II do Decreto nº 46.311/2013.

8.4. A licitação prevê a contratação do objeto em dois lotes, sendo o primeiro visando a manutenção das Centrais Telefônicas atuais do Estado, garantindo assim o funcionamento dessas centrais, já o segundo visa a modernização do parque atual, já que contempla a locação de novas Centrais Telefônicas. A Central Telefônica deve manter total compatibilidade e interoperabilidade com as demais centrais telefônicas, tanto em aspectos técnicos quanto nos serviços de manutenção e operação da



solução VoIP como um todo.

8.5. Importante destacar que esse processo visa dar continuidade à solução de VoIP em operação atualmente, conforme explicitado neste Termo de Referência.

8.6. Outros pontos importantes são: a abrangência do projeto contemplando praticamente todo o Estado de Minas Gerais e possíveis outras localidades nacionais e pela expectativa de redução de custos pelo objeto em escala.

8.7. **Identificação das necessidades de negócio:**

8.7.1. O Governo do Estado de Minas possui diversos órgãos/entidades que necessita de sistemas de telefonia para atendimento ao público.

8.7.2. Necessidade de comunicação interna entre os órgãos/entidades em um mesmo estado da federação, ou para outras estados.

8.7.3. Necessidade de automação no atendimento ao público, para diminuir os tempos de atendimento e economizar recursos com a contratação de atendentes.

8.7.4. Unificar as contas de acesso dos usuários para uso dos sistemas de telefonia.

8.7.5. Controlar de forma eficiente as ligações realizadas, para economizar com ligações não relacionadas com os negócios dos diversos órgãos/entidades.

8.8. **Demais necessidades:**

8.8.1. Atender as unidades dos diversos órgãos/entidades do poder executivo do Estado de Minas que ainda não dispõem de PABX IP.

8.8.2. Integrar os sistemas de telefonia VOIP nos diversos órgãos/entidades do poder executivo do Estado de Minas.

8.8.3. Ampliar a quantidade de terminais VOIPs em algumas localidades.

8.8.4. Substituir centrais telefônicas obsoletas, e que não possuem peças de reposição, que não tem garantia, e que também não possuem suporte do fabricante.

8.8.5. Criar rotas de menor custo de tarifação a partir da integração do sistema.

8.9. **Resultados e Benefícios a Serem Alcançados:**

8.9.1. Instalação de Centrais Telefônicas em localidades ainda não atendidas;

8.9.2. Ampliação de Centrais Telefônicas em algumas localidades;

8.9.3. Integração do sistema de Centrais Telefônicas;

8.9.4. Padronização para Central Telefônica Unificada;

8.9.5. Substituição de centrais obsoletas;

8.9.6. Implementação de Ramais Virtuais devido as questões do teletrabalho.

9. **ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

9.1. **Requisitos de Negócio**

9.1.1. Possibilitar o atendimento ao público externo.

9.1.2. Possibilitar a comunicação interna nas de governo, sem custo com operadoras.

9.1.3. Possibilitar a comunicação entre os órgãos/entidades do poder executivo do Estado de Minas Gerais, através de PABX IP, trafegando por dentro da Rede IP Multisserviços, sem gastos com operadora;

9.1.4. Possibilitar a economia de recursos, através do controle de permissões de ligações telefônicas;

9.1.5. Possibilitar atendimento automatizado, de ligações telefônicas externas, com redirecionamento de chamadas.

9.2. **Requisitos de Capacitação - Transferência de Conhecimento**

9.3. Durante toda a execução contratual deverá ser realizada a transferência de conhecimento para a equipe dos órgãos e entidades que realizarem as contratações;

9.4. A transferência de conhecimento deverá conter todos os elementos suficientes a contemplar a necessidade de transferir à equipe dos órgãos contratantes, todo o conhecimento e condições para o uso cotidiano e, se necessário, a continuidade dos serviços em caso de rescisão ou interrupção contratual.

10. **JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE**

10.1. Para o presente certame, optou-se pela modalidade de Pregão Eletrônico considerando que este é aplicado para contratação de serviços comuns em conformidade com a Lei nº 10.520/2002. Importante destacar que as especificações utilizadas são usuais e amplamente praticadas no mercado, estando definido os padrões de desempenho e qualidade. Por fim, destacamos que o serviço em questão será adquirido mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, sob o registro de preço.

10.2. Aliado a isso, ao se adotar o sistema de registro de preço, fica assegurada uma maior possibilidade de se obter menores preços a serem adquiridos pelos os órgãos/entidades participantes e não participantes que aderirem a Ata de Registro de Preços. Para corroborar tal entendimento o Decreto Estadual nº 46.311 de 16 de setembro de 2013 estabelece que:

*"Art. 4º Será adotado, preferencialmente, o SRP quando:*

*(...)*

*II - For conveniente a compra de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade ou a*

*programas de Governo."*

10.3. O Decreto Estadual nº 46.311, de 16 de setembro de 2013, em seu art. 3º, caput, define o Registro de Preços como um conjunto de procedimentos para registro formal de preços, objetivando contratações futuras pela Administração Pública. Assim, considerando que Registro de Preços não é modalidade de licitação, o referido diploma legal estabelece no art. 3º, § 2º que para registro de preços de bens e serviços comuns será utilizada, obrigatoriamente, a modalidade pregão, salvo o disposto em legislação específica.

10.4. O Decreto Estadual 48.012, de 22 de julho de 2020, que regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão, estabelece:

*"Art. 1º Este decreto regulamenta a licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo.*

*§ 1º É obrigatória a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da Administração direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais nas licitações de que trata o caput."*

10.5. Sobre a caracterização do objeto como sendo serviços comuns, o mesmo diploma legal considera bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no objeto do edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado, tais como exemplificados no Art. 3º, inciso II do Decreto Estadual nº 48.012, de 22 de julho de 2020.

10.6. Diante das considerações acima expostas, reforçamos que as especificações do objeto deste Termo de Referência são usuais no mercado e os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Edital de Licitação. Temos o entendimento pela caracterização de serviços comuns, possibilitando assim, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

## **11. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:**

11.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os serviços de forma independente.

## **12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

12.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características, quantidades e prazos do objeto da licitação, através da apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento do objeto da presente licitação, com indicação da quantidade fornecida, da qualidade do material, do atendimento, do cumprimento de prazos e demais condições do fornecimento.

12.2. Para os Lotes 1:

12.3. Entende-se por compatibilidade das características, a prestação de serviços de comunicação, com manutenções de Centrais Telefônicas PABX. Neste contexto, será exigido a comprovação de fornecimento de instalação e/ou manutenção para, no mínimo, 10% ou mais centrais telefônicas do mesmo porte da demanda apresentada no Anexo A deste Termo de Referência.

12.4. Para comprovação do quantitativo fornecido poderão ser apresentados tantos atestados quantos necessários para comprovar que todo o quantitativo indicado na cláusula já tenha sido fornecido pelo licitante.

12.5. Para o Lote 2:

12.6. Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a Contratada tenha executado, ou esteja executando, satisfatoriamente fornecimento e instalação e/ou manutenção de Central Privada de Comutação Telefônica ou GATEWAY com, no mínimo, 10% da capacidade dos PABX/GATEWAY solicitados no Anexo C Termo de Referência.

12.7. O licitante deve disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram executadas as atividades, nota fiscal.

## **13. CRITÉRIOS DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:**

### **13.1. Lotes 1 e 2**

13.1.1. O licitante deverá apresentar, até a abertura da sessão do pregão juntamente com a proposta, catálogo ou manual publicado pelo fabricante do equipamento ofertado, em língua portuguesa ou inglesa, com as informações sobre o atendimento de cada requisito exigido na especificação técnica.

13.1.2. Poderá ser aceita cópia de documento publicado no sítio do fabricante na Internet que comprove as especificações do equipamento, desde que da mesma conste o endereço eletrônico de acesso irrestrito, devendo estar disponível para acesso ao público em geral e passível de verificação durante a sessão do pregão.

13.1.3. Todas as declarações do fabricante para a comprovação de especificação técnica deverão ser acompanhadas de documentos (catálogo ou manual publicado pelo fabricante do equipamento ofertado), em língua portuguesa ou inglesa.

### 13.2. Lote 2

13.2.1. Após a aceitação do menor valor ofertado, e visando a conclusão acerca da aceitabilidade da proposta, a sessão será suspensa para que o fornecedor detentor da melhor oferta do lote 2 possa apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a suspensão da sessão pública, o produto ofertado para realização de Prova de Conceito, conforme procedimentos descritos no Item 14 do Termo de Referência (PROVA DE CONCEITO EXCLUSIVO LOTE 2) deste Termo de Referência.

13.2.2. Caso os produtos ofertados não atendam às especificações exigidas neste edital, o fornecedor detentor da melhor oferta por lote terá sua proposta desclassificada, sendo convocado o fornecedor subsequente, que tiver ofertado menor preço, para realizar os procedimentos relativos à aceitabilidade da proposta e assim sucessivamente, até a validação de um produto que atenda os requisitos exigidos.

13.2.3. Após a prova de conceito, as amostras deverão ser retiradas pelo fornecedor. No prazo de 30 dias corridos.

13.2.3.1. Decorrido o prazo de 30 dias corridos, as amostras não mais poderão ser reclamadas; neste caso, a Administração Pública poderá descartá-las, sem direito a ressarcimento.

### 14. PROVA DE CONCEITO EXCLUSIVO LOTE 2

14.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado, data e local de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

14.2. A prova de conceito consiste na apresentação e demonstração da solução ofertada.

14.3. A POC será avaliada por uma Comissão designada pela SEPLAG.

14.4. O Licitante deverá indicar no mínimo um profissional capaz de realizar a apresentação dos requisitos e executar procedimentos de teste, que ficara à disposição da Administração Pública durante todo o período de testes, para dirimir dúvidas e acompanhar a homologação da solução.

14.5. Caso a apresentação não atenda aos itens exigidos, a Proposta do Licitante será considerada inaceitável.

14.6. O fornecedor que deixar de apresentar os produtos ofertados para realização da Prova de Conceito, conforme procedimentos nos termos aqui apresentados, terá a sua proposta desclassificada.

14.7. Não será aceita a proposta do Licitante que tiver a POC rejeitada, que não a concluir ou que não realizá-la no prazo estabelecido.

14.8. Na hipótese de a proposta do Licitante ser desclassificada, por não atendimento das especificações técnicas requeridas, serão convocadas as demais Licitantes, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação das propostas, seguindo-se aos mesmos moldes descritos nos itens anteriores.

14.9. O Licitante vencedor que vier a ser contratada ficará obrigada ao cumprimento integral de das especificações definidas no Termo de Referência e na sua Proposta, ainda que algum item não tenha sido objeto de verificação na POC.

### 14.10. AVALIAÇÃO DA PROVA DE CONCEITO

14.10.1. A POC consiste na apresentação e demonstração da solução ofertada, sobretudo dos itens que compõem a Planilha constante neste item.

14.10.2. O objetivo da POC será a comprovação do atendimento das funcionalidades descritas neste Termo de Referência.

14.10.3. Para realização da POC, a solução demonstrada pelo Licitante deverá conter todos requisitos funcionais e não funcionais apresentados.

14.10.4. A solução será considerada aprovada se demonstrar o atendimento integral a todos os requisitos funcionais e não funcionais previstos.

14.10.5. A Administração Pública, disponibilizará infraestrutura apropriada (sala, monitor ou projetor, tomadas elétricas) para a execução da POC.

14.10.6. Para a realização da POC, o licitante deverá trazer consigo toda base de teste necessária para a execução dos itens constantes da tabela de avaliação.

14.10.7. Ao final da POC, a Comissão responsável emitirá o respectivo **Parecer Técnico** relativo à sua execução, o qual será divulgado nos termos determinados pelo edital.

Requisito	Detalhes	Atende (S/N)	Observação
Alta disponibilidade	Verificar a redundância ativo-ativo. Comutação sem queda de ligações em curso.		
Operação nativa IP	Funcionamento da plataforma utilizando protocolo SIP baseado em software sem necessidade de gateways de conversão de protocolo.		
Conexão SIP com a atual central trânsito	Testar o encaminhamento de chamadas para a atual rede de telefonia através da central trânsito em uso.		
Conexão SIP com centrais locadas	Verificar o encaminhamento de chamadas entre centrais da rede governo através da central trânsito virtual. Verificar o correto encaminhamento de chamadas para destinos fora da rede governo através da conexão STFC		

	de entrada.		
Ramais virtuais	Verificar o atendimento às funcionalidades exigidas.		
Ramais virtuais	Verificar se em caso de desligamento da central da unidade, o ramal virtual continua em funcionamento		
Telefones IP	Verificar o atendimento às funcionalidades exigidas. Verificar o encaminhamento de chamadas DDR tanto para o ramal IP quanto para o ramal virtual conectados à central telefônica.		
Facilidades	Demonstração do funcionamento das facilidades solicitadas		
Criptografia dos arquivos de áudio	Demonstrar a ativação da criptografia de forma que o arquivo se torne inacessível diante ao acesso direto. Deve-se apresentar documentação que descreva as especificações da criptografia de modo que esteja condizente com o exigido.		
Modo sobrevivência	Teste do modo de sobrevivência dos equipamentos em caso de falha da conexão com a Central Transito Virtual.		

#### 15. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

##### 15.1. PRAZO PARA MANUTENÇÃO DAS CENTRAIS TELEFÔNICAS LOTES 1 E 2:

15.1.1. Esse item descreve os prazos que deverão ser cumpridos, (em horas úteis) quanto ao aspecto do atendimento a partir do contato efetuado (abertura do chamado).

Magnitude	Localidade Pólo – Região Metropolitana de Belo Horizonte (horas úteis)	Localidade Não-Pólo (horas úteis)
Alta	4	8
Média	8	12
Baixa	12	16

15.1.1.1. Entende-se por **alta** magnitude o equipamento fora de funcionamento ou em vias de entrar neste estado;

15.1.1.2. Entende-se por **média** magnitude o equipamento parcialmente paralisado ou com uma falha que dificulte, porém não inviabilize seu funcionamento;

15.1.1.3. Entende-se por **baixa** magnitude as falhas que afetem troncos, ramais, interligações ou periféricos. Serviços de alteração de base de dados também são considerados como de baixa magnitude;

15.1.1.3.1. Apesar das horas úteis serem compreendidas no período de (08:00 às 18:00h), de segunda à sexta-feira, os tempos de solução do problema deverão ter suporte conforme item “Tempo de Solução” acima;

15.1.1.4. Por questões de segurança e funcionamento dos sistemas, deverá ter um plantonista aos finais de semanas e feriados.

15.1.1.5. Entende-se por localidade Polo as localidades situadas em municípios localizados na região metropolitana de Belo Horizonte, conforme divisão dos Territórios Regionais do Estado de Minas Gerais;

15.1.1.6. Entende-se Por localidade Não-Polo as localidades que não se enquadram no item e acima;

15.1.2. As entregas deverão ser feitas a partir da demanda da Contratante.

15.1.3. Os locais corretos serão descritos pelos ÓRGÃOS/ENTIDADES contratantes, conforme Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço emitidos.

##### 15.2. PRAZO PARA INSTALAÇÃO DE CENTRAIS TELEFÔNICAS, INCLUINDO FORNECIMENTO, CONFIGURAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO:

15.2.1. O prazo de instalação de novas centrais telefônicas será em até 10 dias úteis para localidades polo e 15 dias úteis para localidades não polo contatos do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

15.2.2. O prazo de instalação de novas centrais, que representem grandes volumes, poderá ser objeto de negociação entre a Contratante e Contratada.

15.2.3. As entregas deverão ser feitas a partir da demanda da Contratante.

15.2.4. Os locais corretos serão descritos pelos ÓRGÃOS/ENTIDADES contratantes, conforme Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço emitidos.

15.2.5. A CONTRATADA obriga-se a entregar os bens citados no contrato e a promover a sua montagem e instalação nos locais determinados pela Contratante.

##### 15.2.6. PRAZO PARA INSTALAÇÃO DE RAMAIS VIRTUAIS:

15.2.6.1. O prazo para instalação de ramais virtuais será em 1 dia útil contado do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

##### 15.2.7. PRAZO PARA INSTALAÇÃO DE APARELHO TELEFÔNICO IP - TERMINAIS IP

15.2.7.1. O prazo para instalação de ramais virtuais será em até 5 dia

úteis, contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

15.2.7.2. Os materiais, objeto desta licitação, poderão ser entregues parceladamente, inclusive dentro de um mesmo item da Nota de Empenho, desde que a entrega total não ultrapasse o prazo estipulado neste Edital

#### **15.3. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

15.3.1. A execução dos serviços especificados no objeto deste Termo de Referência deverão ser efetivados dentro dos limites territoriais do Estado de Minas Gerais e em municípios de outros Estados brasileiros conforme demanda descrita neste Termo de Referência, em horário comercial, nos locais indicados pelos órgãos Contratantes, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.3.2. Os locais corretos serão descritos pelos ÓRGÃOS/ENTIDADES contratantes, conforme Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço emitidos.

#### **15.4. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:**

15.4.1. Os serviços serão recebidos:

15.4.1.1. Provisoriamente, no ato da prestação em que se observará:

7.3.1.1.1 A escolha da metodologia de trabalho e os produtos utilizados deverão ficar a cargo da empresa, devendo estar em consonância com as determinações Federais, Estaduais e Municipais legais e normativas vigentes. (adequar ao serviço a ser prestado)

15.4.1.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade da prestação e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 5 dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.

15.4.2. O recebimento/aprovação dos serviços pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se a Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.

15.4.3. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações, e caso seja encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela Contratada.

15.4.4. Definitivamente, após recebimento provisório, para verificação da integridade e realização de testes de funcionamento, se for o caso, e sendo aprovados, nos exatos termos do edital e da proposta vencedora, será efetivado o recebimento definitivo mediante expedição de termo circunstanciado e recibo aposto na Nota Fiscal (1ª e 2ª vias), que ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis.

#### **15.5. DESPESAS DE LOCOMOÇÃO, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO E INSUMOS:**

15.6. As despesas com locomoção, alimentação, pernoites, e demais insumos necessários para realização das atividades de manutenção preventiva, corretiva ou atualizações de software correrão por conta da CONTRATADA e devem estar incluídas no custo do serviço demandado.

#### **16. DO PAGAMENTO:**

16.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, no prazo de até **30 (trinta)** dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.

16.2. O modelo de remuneração é o modelo que define o valor a ser recebido pela contratada, ao final de cada mês, a título de pagamento pela prestação do serviço. O valor será o resultado obtido nesta licitação, além de incidir os valores obtidos através do ANS (Acordo de Nível de Serviço), conforme Anexo B.

16.3. Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à contratante, após a execução do objeto, a respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada do relatório da execução do objeto do período a que o pagamento se referir, se houver.

16.3.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE, após a execução do objeto, a Fatura de Locação ou Manutenção de Equipamentos, quando para este fim, e a DANFE – Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica-, quando do fornecimento de insumos.

16.3.2. A Administração receberá o DANFE juntamente com o objeto e deverá realizar a verificação da validade da assinatura digital e a autenticidade do arquivo digital da NF-e (o destinatário tem à disposição o aplicativo “visualizador”, desenvolvido pela Receita Federal do Brasil) e a concessão da Autorização de Uso da NF-e, mediante consulta eletrônica à Secretaria da Fazenda o Portal Nacional da NF-e.

16.3.3. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado à prévia conferência pelo gestor.

16.3.4. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento considerado válido pela CONTRATANTE.

16.4. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o fornecimento tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

16.5. A CONTRATADA deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos no Edital.

16.6. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Administração, o valor devido será atualizado financeiramente, entre as datas do vencimento e do

efetivo pagamento, de acordo com a variação do Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE,

#### **17. DO CONTRATO:**

17.1. Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal do licitante declarado vencedor será convocado para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, de acordo com os arts. 62, da Lei 8.666/93 e art. 4º, XXI, da Lei 10.520/2002.

17.2. Para o lote 1, o contrato a ser firmado entre as partes terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, podendo ser prorrogado por idêntico período até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante celebração de termos aditivos, conforme dispõe o art. 57, II da lei n.º 8.666/93.

17.3. Para o lote 2, o contrato a ser firmado entre as partes terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, podendo ser prorrogado por idêntico período até o limite máximo de 48 (quarenta e oito) meses, mediante celebração de termos aditivos, conforme dispõe o art. 57, IV da lei n.º 8.666/93.

17.4. Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente com base no IPCA, observado o interregno mínimo de 12 meses, contados da apresentação da proposta, conforme disposto na Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 8.898/ 2013 e nos arts. 40, XI, e 55, III, da Lei nº 8.666/93, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.4.1. O direito a que se refere o item 17.3 deverá ser efetivamente exercido mediante pedido formal da contratada até 180 dias após o atingimento do lapso de 12 meses a que se refere o caput desta cláusula sob pena de preclusão do direito ao seu exercício.

17.4.2. Os efeitos financeiros retroagem à data do pedido apresentado pela contratada.

17.4.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, manter-se-á o marco inicial descrito no item 17.2 ou 17.3.

17.4.4. Desde que devidamente justificado e expressamente previsto no termo aditivo, o direito ao reajuste poderá ser exercido em momento posterior, até o encerramento do vínculo contratual.

#### **17.5. REAJUSTE:**

17.5.1. Os preços são irrevogáveis no prazo inferior a 12 (doze) meses, sendo que os valores estipulados para os serviços poderão ser reajustados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, após o citado período, contados a partir da data-limite de apresentação da proposta comercial.

#### **17.6. ADITIVO CONTRATUAL:**

17.7. Caso haja necessidade de Aditivo de Contrato, que corresponda a acréscimo/decrécimo de equipamentos para manutenção do CONTRATANTE, obedecidos os limites legais, deverão ser observados os custos apresentados na Proposta Comercial da CONTRATADA ou demonstrados em Planilha de Formação de Custos adequada apresentada junto à assinatura do Contrato.

#### **18. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA:**

18.1. Atendendo às exigências contidas no inciso III do art. 58 e §§ 1º e 2º, do artigo 67 da Lei nº. 8.666 de 1993, será designado pela autoridade competente, agente para acompanhar e fiscalizar o contrato, como representante da Administração.

18.1.1. Será designado o servidor: [inserir nome do servidor/MASP]

18.2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência à CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

18.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

18.4. O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

18.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato serão encaminhadas à autoridade competente da CONTRATANTE para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.

18.5.1. Caberá ao gestor os controles administrativos/financeiros necessários ao pleno cumprimento do contrato.

#### **19. DAS GARANTIAS:**

19.1. Constatada a necessidade de reparo ou troca de peças e/ou equipamentos, ela deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a notificação do defeito à CONTRATADA feita pelo CONTRATANTE.

19.2. A CONTRATADA deverá manter canal de comunicação – telefone ou e-mail – durante o prazo de garantia com o CONTRATANTE.

### 19.3. **Garantia Contratual:**

I - A CONTRATADA prestará garantia dos serviços durante a execução do contrato, nos termos do artigo 56 da Lei nº. 8.666/93, em uma das modalidades abaixo citadas, no montante de 5% (cinco por cento) do valor contratado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste contrato:

- a. caução em dinheiro;
- b. caução em Título da Dívida Pública, considerando apenas o seu valor de mercado certificado por Bolsa de Valores;
- c. seguro garantia, no qual deverá constar cláusula de cancelamento do seguro somente com a anuência do CONTRATANTE; sendo que uma cópia autenticada desta apólice deverá ser encaminhada à Diretoria de Administração Financeira e Contábil da Superintendência de Gestão e Finanças ou unidade equivalente.
- d. fiança bancária fornecida por banco regularmente cadastrado pelo Banco Central-BACEN.

II - Se a modalidade escolhida for à caução em dinheiro, este deverá ser recolhido pela CONTRATADA junto ao Tesouro do Estado de Minas Gerais, por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), e, quando da devolução, após a execução do contrato, será atualizado monetariamente de acordo com a variação "pro-rata-tempore" do IPCA.

III - A CONTRATADA deverá apresentar o comprovante de depósito bancário à Superintendência de Gestão e Finanças ou unidade equivalente.

IV - Se a opção recair por fiança bancária, deverá constar do documento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes do Código Civil.

V - A garantia prestada pela CONTRATADA deverá garantir a continuidade do serviço contratado, bem como as obrigações assumidas pela CONTRATADA, durante todo o período de vigência deste contrato.

VI - Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, ou reduzido em termos reais por desvalorização da moeda de forma que não mais represente 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data em que for notificado.

VII - A garantia será liberada ou restituída após a execução do contrato, quando as obrigações forem consideradas cumpridas em todos os termos deste contrato e aditivos, caso ocorram. Considerar-se-á executado o contrato quando da emissão de declaração pelo CONTRATANTE de que a prestação dos serviços encerrou-se de maneira satisfatória, o que deverá ocorrer após o término da vigência contratual e comprovação pela CONTRATADA do recolhimento de todos os tributos e encargos trabalhistas.

VIII - A liberação da caução em dinheiro ou carta de fiança bancária somente ocorrerá após expressa autorização do CONTRATANTE.

IX - É facultado à CONTRATADA, no curso da execução deste contrato, substituir a modalidade de garantia por outra, dentre as previstas nesta cláusula, mediante autorização expressa do CONTRATANTE.

### 20. **DA SUBCONTRATAÇÃO:**

20.1. Levando em consideração as dimensões territoriais de Minas Gerais e os prazos estimados para solução dos chamados, a CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar parcela do objeto conforme descrito abaixo;

20.2. A subcontratação somente será admitida para serviços de instalação para empresas que sejam autorizadas pela CONTRATADA e pela fabricante dos equipamentos fornecidos;

20.3. A subcontratação não exime a contratada das obrigações e responsabilidades decorrentes da contratação;

20.4. O futuro contratado responderá por todos os atos do subcontratado;

20.5. Em qualquer hipótese de subcontratação permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

### 21. **OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES**

#### 21.1. **Da Contratada:**

21.1.1. Prestar os serviços nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento.

21.1.2. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao CONTRATANTE para ateste e pagamento.

21.1.3. Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado.

21.1.4. Caso o chamado não seja solucionado em até 24 horas úteis, a CONTRATADA deverá substituir o equipamento em até 2 dias úteis.

21.1.5. Assegurar ao CONTRATANTE o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento.

21.1.6. Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos materiais, responsabilizando-se pelo transporte, acondicionamento e descarregamento dos materiais.

21.1.7. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.

21.1.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência.

21.1.9. Não transferir para o CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Termo de Referência.

21.1.10. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

21.1.11. Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do objeto contratado.

21.1.12. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;

21.1.13. Arcar com todas as despesas relativas a instalação dos aparelhos, estando incluso todos os materiais e mão de obra necessária para a seu funcionamento;

21.1.14. O transporte de eventuais remoções e as instalações de equipamentos quando houver necessidade de alteração de local de utilização, correndo às suas expensas todos os custos e despesas decorrentes;

21.1.15. Arcar com todas as despesas e encargos fiscais, previdenciários, sociais, seguros obrigatórios, seguro contra roubo, furto, danos materiais e pessoais, inclusive de terceiros;

21.1.16. Executar as manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos, incluindo os serviços de troca de peças, atualização de software, quando for o caso, bem como a substituição de peças desgastadas;

21.1.17. Manter a regulação dos equipamentos, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de falhas. A constatação de inadimplemento dessas exigências ensejará a substituição imediata do equipamento, sob pena de sanções ou rescisão contratual;

21.1.18. Realizar manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os equipamentos em perfeitas condições de operacionalidade, segurança, limpeza e higiene;

21.1.19. Substituir o equipamento que apresentar o mesmo defeito no máximo 3 (três) vezes em 90 (noventa) dias por outro com as mesmas características e capacidade;

21.1.20. Substituir o equipamento a qualquer tempo, caso se faça necessário, por motivos de reparos mecânicos, má conservação, condições de segurança, higiene ou limpeza. O Contratante poderá inspecionar regularmente os equipamentos e, se constatar alguma irregularidade, notificar a Contratada;

21.1.21. Entregar e retirar os equipamentos substituídos sem cobrança de taxa;

21.1.22. Manter em serviço somente profissionais capacitados, portando crachá de identificação individual, no qual deverá constar o nome da Contratada, o n.º de registro, a função e a fotografia do empregado portador;

## **21.2. Da Contratante:**

21.2.1. Acompanhar e fiscalizar a serviços, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

21.2.2. Rejeitar, no todo ou em parte os itens entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA.

21.2.3. Comunicar a CONTRATADA todas as irregularidades observadas durante o recebimento dos itens solicitados.

21.2.4. Notificar a CONTRATADA no caso de irregularidades encontradas na entrega dos itens solicitados.

21.2.5. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

21.2.6. Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.

21.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

21.2.8. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.

21.2.9. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

21.2.10. Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

## **22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

22.1. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual n.º 14.167, de 10 de janeiro de 2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.1.1. advertência por escrito;

22.1.2. multa de até:

22.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por cento) por dia, até o trigésimo dia de



atraso, sobre o valor do objeto não executado;

22.1.2.2. 10 % (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia de execução exigida;

22.1.2.3. 20% ( vinte por cento) sobre o valor da prestação de serviços após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entrega do objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas ;

22.1.2.4. 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

22.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

22.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da lei 10.520, de 2002;

22.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

22.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 22.1.1, 22.1.3, 22.1.4, 22.1.5.

22.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos ao INFRATOR e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

22.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei 8.666, de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 2002.

22.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

22.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

22.7. As sanções relacionadas nos itens 22.1.3, 22.1.4 e 22.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP.

22.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:

22.8.1. Retardarem a execução do objeto;

22.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;

22.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.

22.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

## **23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

23.1. Será adotado o orçamento sigiloso para o projeto em questão.

Responsável pela elaboração

**Alber Vinicius Duque da Silveira**

**Matricula: M1478293-2**

Diretoria Central de Gestão de Serviços e Infraestrutura de TIC

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Superintendência Central de Governança Eletrônica

Aprovação

**Wesley Costa Nogueira**

**Masp: M1082167**

Diretor Central de Gestão de Serviços e Infraestrutura de TIC

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Superintendência Central de Governança Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Alber Vinicius Duque da Silveira, Servidor(a) Público(a)**, em 23/08/2022, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wesley Costa Nogueira, Diretor**, em 25/08/2022, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **51854963** e o código CRC **E46DD046**.

Referência: Processo nº 1500.01.0028955/2021-81

SEI nº 51854963



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Diretoria Central de Gestão de Serviços e Infraestrutura de TIC

Anexo nº A - do Termo de Referência/SEPLAG/DCGSITIC/2022

PROCESSO Nº 1500.01.0028955/2021-81

## ANEXO A - CENTRAIS TELEFÔNICAS EM UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS

A fim de subsidiar a elaboração da Proposta Comercial, estamos disponibilizando, **apenas como referência**, o anexo A com as demandas com os municípios onde se encontram as Centrais Telefônicas, os endereços completos serão informados pelos órgãos no momento da contratação, tais informações estão agrupadas de acordo com a planta hoje instalada.

Reiteramos que as informações disponibilizadas **não tem caráter vinculativo, característica que não obriga o Estado a contratar o serviço de manutenção nos municípios informados**. Não obstante, tais localidades devem servir como referência para a elaboração da proposta.

ORGÃO	COD. SIAD	CIDADE	MARCA/MODELO	CAPACIDADE DA CENTRAL	QTD.	QTD X MESES CONTRATO (12 MESES)
AGE	114391	Belo Horizonte	Simenes Hipath 3000	190 RAMAIS	1	12
AGE	114260	Belo Horizonte	Simenes Hipath 3000	10 RAMAIS	1	12
AGE	114260	Brasília	Simenes Hipath 3000	10 RAMAIS	1	12
AGE	114278	Divinópolis	Simenes Hipath 3000	20 RAMAIS	1	12
AGE	114278	Governador Valadares	Simenes Hipath 3000	20 RAMAIS	1	12
AGE	114278	Ipatinga	Simenes Hipath 3000	20 RAMAIS	1	12
AGE	114278	Juiz de Fora	Simenes Hipath 3000	20 RAMAIS	1	12
AGE	114278	Montes Claros	Simenes Hipath 3000	20 RAMAIS	1	12
AGE	114260	Patos de Minas	Simenes Hipath 3000	10 RAMAIS	1	12
AGE	114278	Uberaba	Simenes Hipath 3000	20 RAMAIS	1	12
AGE	114308	Uberlândia	Simenes Hipath 3000	50 RAMAIS	1	12
AGE	114278	Varginha	Simenes Hipath 3000	20 RAMAIS	1	12
ARMVA	114286	Ipatinga	Siemens Hipath 3000	30 RAMAIS	1	12
DEER	114430	BELO HORIZONTE	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	260 RAMAIS	1	12
DEER	114430	BELO HORIZONTE	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	260 RAMAIS	1	12
DEER	114430	BELO HORIZONTE	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	260 RAMAIS	1	12

			BUSINESS			
DEER	114316	BELO HORIZONTE	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	60 RAMAIS	1	12
DEER	114286	ABAETE	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	ARAÇUAÍ	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	ARAXÁ	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	ARINOS	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	BARBACENA	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	BR. DE MINAS	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	CAPELINHA	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	CORONEL FABRIC	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	CURVELO	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	DIAMANTINA	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	FORMIGA	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	GUANHÃES	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	ITABIRA	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	ITAJUBÁ	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	ITUIUTABA	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	JANAUBA	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	JANUARIA	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	JEQUITINHONHA	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	JOAO PINHEIRO	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	JUIZ DE FORA	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	MANHUMIRIM	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	MONTE CARMELO	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
			MARCA UNIFY,			

DEER	114286	MONTES CLAROS	OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	OLIVEIRA	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	PARÁ DE MINAS	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	PARACATU	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	PASSOS	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	PATOS DE MINAS	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	PEDRA AZUL	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	PIRAPORA	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	PONTE NOVA	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	SALINAS	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	TEOFILO OTONI	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	UBÁ	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	UBERABA	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	UBERLANDIA	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	VARGINHA	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	GOV.VALADARES	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
DEER	114286	POÇOS DE CALDAS	MARCA UNIFY, OPENScape BUSINESS	30 RAMAIS	1	12
FAOP	114278	Ouro Preto / MG	Intelbras Conecta	20 RAMAIS	1	12
FAOP	114278	Ouro Preto / MG	Intelbras Conecta	20 RAMAIS	1	12
FAOP	114308	Ouro Preto / MG	Intelbras Impacta 94	50 RAMAIS	1	12
FJP	114286	Belo Horizonte	Siemens Hipath 3000	30 RAMAIS	1	12
FJP	114294	Belo Horizonte	Siemens Hipath 3000	40 RAMAIS	1	12
FJP	114430	Belo Horizonte	Siemens Hipath 3000	260 RAMAIS	1	12
FAPEMIG	114430	Belo Horizonte	SIEMENS HIPATH 3800	260 RAMAIS	1	12
FCS	114251	Belo Horizonte	SIEMENS HIPATH 2998	05 RAMAIS	1	12
FCS	114251	Belo Horizonte	SIEMENS HIPATH 2998	05 RAMAIS	1	12
FCS	114260	Belo Horizonte	SIEMENS HIPATH 2999	10 RAMAIS	1	12
FCS	114367	Belo Horizonte	SIEMENS HIPATH 3000	120 RAMAIS	1	12
FHEMIG	114367	Belo Horizonte	OpenScape X5	120 RAMAIS	1	12

FHEMIG	114332	Bambui	OpenScape X8	80 RAMAIS	1	12
FHEMIG	114324	Barbacena	OpenScape X8	70 RAMAIS	1	12
FHEMIG	114316	Barbacena	OpenScape X8	60 RAMAIS	1	12
FHEMIG	114421	Belo Horizonte	OpenScape X8	240 RAMAIS	1	12
FHEMIG	114367	Belo Horizonte	OpenScape X5	120 RAMAIS	1	12
FHEMIG	114375	Belo Horizonte	OpenScape X8	140 RAMAIS	1	12
FHEMIG	114332	Belo Horizonte	OpenScape X8	80 RAMAIS	1	12
FHEMIG	114332	Belo Horizonte	OpenScape X8	80 RAMAIS	1	12
FHEMIG	114332	Belo Horizonte	OpenScape X8	80 RAMAIS	1	12
FHEMIG	114294	Belo Horizonte	OpenScape X5	40 RAMAIS	1	12
FHEMIG	114316	Belo Horizonte	OpenScape X8	60 RAMAIS	1	12
FHEMIG	114375	Belo Horizonte	OpenScape X8	140 RAMAIS	1	12
FHEMIG	114332	Belo Horizonte	OpenScape X8	80 RAMAIS	1	12
FHEMIG	114413	Belo Horizonte	OpenScape X8	230 RAMAIS	1	12
FHEMIG	114340	Belo Horizonte	OpenScape X8	90 RAMAIS	1	12
FHEMIG	114294	Betim	OpenScape X8	40 RAMAIS	1	12
FHEMIG	114278	Contagem	OpenScape X5	20 RAMAIS	1	12
FHEMIG	114332	Juiz de Fora	OpenScape X8	80 RAMAIS	1	12
FHEMIG	114367	Patos de Minas	OpenScape X8	120 RAMAIS	1	12
FHEMIG	114332	Sabara	OpenScape X8	80 RAMAIS	1	12
FHEMIG	114340	Tres Coracoes	OpenScape X8	90 RAMAIS	1	12
FHEMIG	114332	Uba	OpenScape X8	80 RAMAIS	1	12
GMG	114324	BELO HORIZONTE	HIPATH 3000	70 RAMAIS	1	12
GMG	114324	BELO HORIZONTE	HIPATH 3000	70 RAMAIS	1	12
GMG	114278	BELO HORIZONTE	HIPATH 3000	20 RAMAIS	1	12
Hemominas	114251	Além Paraíba	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	05 RAMAIS	1	12
Hemominas	114251	Frutal	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	05 RAMAIS	1	12
Hemominas	114251	Passos	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	05 RAMAIS	1	12
Hemominas	114260	Contagem	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	10 RAMAIS	1	12
Hemominas	114260	Betim	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	10 RAMAIS	1	12
Hemominas	114286	Diamantina	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	30 RAMAIS	1	12
Hemominas	114286	Divinópolis	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	30 RAMAIS	1	12
Hemominas	114286	Governador Valadares II	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	30 RAMAIS	1	12
Hemominas	114286	Belo Horizonte - HJK	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	30 RAMAIS	1	12
Hemominas	114286	ITUIUTABA	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	30 RAMAIS	1	12
Hemominas	114286	Manhuaçu	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	30 RAMAIS	1	12
Hemominas	114286	Patos de Minas	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	30 RAMAIS	1	12
Hemominas	114286	Poços de Caldas	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	30 RAMAIS	1	12
Hemominas	114286	Ponte Nova	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	30 RAMAIS	1	12
Hemominas	114286	Pouso Alegre II	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	30 RAMAIS	1	12

Hemominas	114286	Belo Horizonte - Shopping Estação	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	30 RAMAIS	1	12
Hemominas	114308	Pouso Alegre I	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	50 RAMAIS	1	12
Hemominas	114308	São João Del Rey	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	50 RAMAIS	1	12
Hemominas	114308	Sete Lagoas	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	50 RAMAIS	1	12
Hemominas	114308	Uberaba I	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	50 RAMAIS	1	12
Hemominas	114316	Belo Horizonte - Carandaí	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	60 RAMAIS	1	12
Hemominas	114324	Governador Valadares I	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	70 RAMAIS	1	12
Hemominas	114324	Montes Claros	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	70 RAMAIS	1	12
Hemominas	114332	Juiz de Fora	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	80 RAMAIS	1	12
Hemominas	114359	CETEBIO - Lagoa Santa	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	100 RAMAIS	1	12
Hemominas	114367	Uberlândia	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X5	120 RAMAIS	1	12
Hemominas	114421	Belo Horizonte - HBH	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X8	240 RAMAIS	1	12
Hemominas	114421	Belo Horizonte - ADC	SIEMENS HIPATH 3000 / OpenScape Business X8	240 RAMAIS	1	12
IDENE	114251	Governador Valadares	SIEMENS HIPATH 3000	05 RAMAIS	1	12
IDENE	114260	Araçuaí	SIEMENS HIPATH 3001	10 RAMAIS	1	12
IDENE	114260	Janaúba	SIEMENS HIPATH 3002	10 RAMAIS	1	12
IDENE	114260	Januária	SIEMENS HIPATH 3003	10 RAMAIS	1	12
IDENE	114260	Jequitinhonha	SIEMENS HIPATH 3004	10 RAMAIS	1	12
IDENE	114260	Salinas	SIEMENS HIPATH 3005	10 RAMAIS	1	12
IDENE	114278	Diamantina	SIEMENS HIPATH 3006	20 RAMAIS	1	12
IDENE	114278	Montes Claros	SIEMENS HIPATH 3007	20 RAMAIS	1	12
IDENE	114278	Teófilo Otoni	SIEMENS HIPATH 3008	20 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Ituiutaba	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Uberlândia	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Uberlândia	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Januária	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Curvelo	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Curvelo	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Conselheiro	Unify/Openscape	10 RAMAIS	1	12

IEF	114260	Pena	Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Passos	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Arinos	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Joao Pinheiro	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	São Francisco	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Timóteo	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Frutal	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Sete Lagoas	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Guanhães	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Itamarandiba	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Viçosa	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Viçosa	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Caratinga	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Manhuaçu	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Lavras	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Patos De Minas - Rosário	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Carangola	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Araxá	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Capelinha	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Patrocínio	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Pompeu	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Arcos	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Divisa Alegre	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Pará De Minas	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Joao Monlevade	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Poços De Caldas	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Paracatu	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Oliveira	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Serro	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Divinópolis	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	São Romão	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Pirapora	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Nova Lima	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Lagoa Santa	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Salinas	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12



IEF	114260	Janaúba	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Muriae	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Jaíba	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Conselheiro Lafaiete	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Uberaba	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Juiz De Fora	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Nanuque	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Diamantina	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Caxambu	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114260	Pouso Alegre	Unify/Openscape Business	10 RAMAIS	1	12
IEF	114316	Barbacena	Unify/Openscape Business	60 RAMAIS	1	12
IEF	114316	Patos De Minas	Unify/Openscape Business	60 RAMAIS	1	12
IEF	114316	Montes Claros	Unify/Openscape Business	60 RAMAIS	1	12
IEF	114316	Governador Valadares	Unify/Openscape Business	60 RAMAIS	1	12
IEF	114316	Teófilo Otoni	Unify/Openscape Business	60 RAMAIS	1	12
IEF	114316	Januária	Unify/Openscape Business	60 RAMAIS	1	12
IEF	114316	Sete Lagoas	Unify/Openscape Business	60 RAMAIS	1	12
IEF	114340	Varginha	Unify/Openscape Business	90 RAMAIS	1	12
Iepha	114340	Bh	Simens 3000	90 RAMAIS	1	12
IPEM	114260	Belo Horizonte	Openscape Business V2 Modelos X5	10 RAMAIS	1	12
IPEM	114324	Contagem	Openscape Business V2 Modelos X8	70 RAMAIS	1	12
IPEM	114260	Uberândia	Avaya IP Office Release 10	10 RAMAIS	1	12
JUCEMG	114413	BELO HORIZONTE	SIEMENS / HIPATH 3000	230 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	BETIM	LEUCOTRON IP ACTIVE	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	BELO HORIZONTE	LEUCOTRON IP ACTIVE	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	SETE LAGOAS	LEUCOTRON IP ACTIVE	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	BELO HORIZONTE	LEUCOTRON IP ACTIVE	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	SANTA LUZIA	LEUCOTRON IP ACTIVE	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	MONTES CLAROS	LEUCOTRON IP ACTIVE	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	TEÓFILO OTONI	LEUCOTRON IP ACTIVE	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	BARBACENA	LEUCOTRON IP ACTIVE	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	SÃO JOÃO DEL REI	LEUCOTRON IP ACTIVE	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	BOM DESPACHO	LEUCOTRON IP ACTIVE	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	BELO HORIZONTE	LEUCOTRON ISION IP 1600	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	BELO HORIZONTE	LEUCOTRON ISION IP 1600	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	DIREÇÃO DAS NEVES	LEUCOTRON ISION IP	60 RAMAIS	1	12

PCMG	114316	RIBEIRAO DAS NEVES	2000	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	BELO HORIZONTE	LEUCOTRON ISON IP 2000	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	BELO HORIZONTE	LEUCOTRON ISON IP 1600	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	CONTAGEM	LEUCOTRON ISON IP 1600	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	BELO HORIZONTE	LEUCOTRON ISON IP 1600	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	BELO HORIZONTE	LEUCOTRON ISON IP 1600	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	BELO HORIZONTE	LEUCOTRON ISON IP 1600	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	ALFENAS	LEUCOTRON ISON IP 1600	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	BELO HORIZONTE	LEUCOTRON ISON IP 1600	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	BELO HORIZONTE	LEUCOTRON ISON IP 1600	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	FORMIGA	LEUCOTRON ISON IP 1600	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	BELO HORIZONTE	LEUCOTRON ISON IP 1600	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	BELO HORIZONTE	LEUCOTRON ISON IP 1600	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	SÃO SEBASTIAO DO PARAISO	LEUCOTRON ISON IP 1600	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	CONTAGEM	LEUCOTRON ISON IP 1600	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	OURO PRETO	LEUCOTRON ISON IP 1600	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	LAVRAS	LEUCOTRON ISON IP 1600	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	LEOPOLDINA	SIEMENS 3550	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	UBERLANDIA	SIEMENS 4000	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	FRUTAL	LEUCOTRON LDS	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	IPATINGA	LEUCOTRON LDS	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	CARATINGA	LEUCOTRON LDS	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	JANUARIA	LEUCOTRON LDS	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	ALMENARA	LEUCOTRON TDS	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	VARGINHA	SIEMENS HICOM 100	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	TRES CORAÇÕES	LEUCOTRON LDS	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	PARA DE MINAS	SIEMENS 3550	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	GOVERNADOR VALADARES	SIEMENS 3500	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	TAIOBEIRAS	SIEMENS HICOM 100	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	ITAUNA	INTELBRAS 6020	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	DIVINOPOLIS	LEUCOTRON LDS	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	ARACUAI	SIEMENS HIPATH 1120	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	CATAGUASES	SIEMENS HIPATH 1120	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	BELO HORIZONTE	UNIFY	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	BELO HORIZONTE	UNIFY	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	BELO HORIZONTE	UNIFY	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	NOVA SERRANA	UNIFY	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	PATOS DE MINAS	UNIFY	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	JANAUBA	UNIFY	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	GOV. VALADARES	UNIFY	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	GUAXUPE	UNIFY	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114294	ARAXÁ	UNIFY	40 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	ARAGUARI	UNIFY	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	GUANHAES	UNIFY	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	VIÇOSA	UNIFY	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	PONTE NOVA	UNIFY	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	ITAJUBA	UNIFY	60 RAMAIS	1	12
PCMG	114316	POUSO ALEGRE	UNIFY	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114260	Belo Horizonte	INTELBRAS Conecta	10 RAMAIS	1	12
PMMG	114260	Contagem	INTELBRAS Conecta	10 RAMAIS	1	12

PMMG	114260	Contagem	INTELBRAS Conecta	10 RAMAIS	1	12
PMMG	114260	Ibirité	SIEMENS 8i	10 RAMAIS	1	12
PMMG	114260	Pompéu	INTELBRAS Conecta	10 RAMAIS	1	12
PMMG	114260	São Gotardo	INTELBRAS Conecta	10 RAMAIS	1	12
PMMG	114260	Carmo do Paranaíba	INTELBRAS Conecta	10 RAMAIS	1	12
PMMG	114260	Inhapim	INTELBRAS Conecta	10 RAMAIS	1	12
PMMG	114260	Itambacuri	INTELBRAS Conecta	10 RAMAIS	1	12
PMMG	114260	Contagem	CONECTA	10 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Belo Horizonte	SIEMENS 1120	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Belo Horizonte	INTELBRAS Modulare	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Belo Horizonte	DIGISTAR XE16	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Belo Horizonte	SIEMENS 1120	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Belo Horizonte	DIGISTAR XE16	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Contagem	SIEMENS 1120	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Ribeirão das Neves	SIEMENS 1120	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Barão de Cocais	SIEMENS 1120	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Carangola	SIEMENS 1120	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Conceição das Alagoas	INTELBRAS Modulare	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Três Pontas	LEUCOTRON SoHO +	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Boa Esperança	INTELBRAS Modulare	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Varginha	INTELBRAS Modulare i	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Perdões	LEUCOTRON SoHO +	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Campo Belo	INTELBRAS Modulare i	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Nova Serrana	INTELBRAS Modulare	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Arcos	SIEMENS 1120	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Monte Carmelo	INTELBRAS Modulare i	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Coromandel	INTELBRAS Modulare i	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Porteirinha	JFL EASY	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Montes Claros	INTELBRAS Modulare	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Manhumirim	INTELBRAS Modulare	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Cassia	LEUCOTRON	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Araçuaí	LEUCOTRON Soho Express	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Guaxupé	LEUCOTRON	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Paraisópolis	LEUCOTRON SoHO +	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Cambuí	INTELBRAS Modulare	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Andradas	LEUCOTRON Soho Express	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Machado	LEUCOTRON Soho Express	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Vespasiano	SIEMENS 1120	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Betim	MODULARE	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Contagem	MODULARE +	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Belo Horizonte	MODULARE	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Abre Campo	INTELBRAS 4015	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Carandaí	INTELBRAS 416	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Santa Luzia	PANASONIC KX-NS500	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	São Sebastião do Paraíso	PANASONIC KX-NS500	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Janaúba	PANASONIC KX-NS500	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Ituiutaba	PANASONIC KX-NS500	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Belo Horizonte	PANASONIC KX-NS500	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Belo Horizonte	PANASONIC KX-NS500	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Luiz de Faria	PANASONIC KX-	20 RAMAIS	1	12

PMMG	114278	Juiz de Fora	NS500	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Ubá	PANASONIC KX-NS500	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Juiz de Fora	PANASONIC KX-NS500	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Juiz de Fora	PANASONIC KX-NS500	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Itaúna	PANASONIC KX-NS500	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Lagoa da Prata	PANASONIC KX-NS500	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Divinópolis	PANASONIC KX-NS500	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Divinópolis	PANASONIC KX-NS500	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Governador Valadares	PANASONIC KX-NS500	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Aimorés	PANASONIC KX-NS500	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Mantena	PANASONIC KX-NS500	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Uberlândia	PANASONIC KX-NS500	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Santos Dumont	PANASONIC KX-NS500	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Capelinha	PANASONIC KX-NS500	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Ouro Fino	PANASONIC KX-NS500	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Pedro Leopoldo	PANASONIC KX-NS500	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Araguari	PANASONIC KX-NS500	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Uberlândia	SIEMENS 1120	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114278	Belo Horizonte	INTELBRAS 6020	20 RAMAIS	1	12
PMMG	114286	Alfenas	SIEMENS HIPATH 3550	30 RAMAIS	1	12
PMMG	114286	Frutal	SIEMENS HIPATH 3550	30 RAMAIS	1	12
PMMG	114286	Belo Horizonte	SIEMENS HIPATH 3550	30 RAMAIS	1	12
PMMG	114286	Contagem	SIEMENS HIPATH 3550	30 RAMAIS	1	12
PMMG	114286	Santa Luzia	SIEMENS HIPATH 3550	30 RAMAIS	1	12
PMMG	114286	Ponte Nova	SIEMENS HIPATH 3550	30 RAMAIS	1	12
PMMG	114286	Nanuque	Unify X5	30 RAMAIS	1	12
PMMG	114286	Itaobim	SIEMENS HIPATH 3550	30 RAMAIS	1	12
PMMG	114286	Pouso Alegre	SIEMENS HIPATH 3550	30 RAMAIS	1	12
PMMG	114286	Divinópolis	AVAYA IP 500 V2	30 RAMAIS	1	12
PMMG	114294	Três Corações	SIEMENS HIPATH 3550	40 RAMAIS	1	12
PMMG	114294	Patrocínio	LEUCOTRON Ision IP 1600	40 RAMAIS	1	12
PMMG	114294	Contagem	ALCATEL OmniPCX Office	40 RAMAIS	1	12
PMMG	114294	Poços de Caldas	ALCATEL OmniPCX Office	40 RAMAIS	1	12
PMMG	114294	Araxá	SIEMENS HIPATH 3800	40 RAMAIS	1	12
PMMG	114294	Curvelo	ALCATEL OmniPCX Office	40 RAMAIS	1	12
PMMG	114294	São Lourenço	ALCATEL OmniPCX Office	40 RAMAIS	1	12
PMMG	114294	Formiga	ALCATEL OmniPCX Office	40 RAMAIS	1	12
PMMG	114294	Betim	INTELBRAS 10040	40 RAMAIS	1	12

PMMG	114294	Santa Luzia	IMPACTA 68i	40 RAMAIS	1	12
PMMG	114294	Viçosa	INTELBRAS IMPACTA	40 RAMAIS	1	12
PMMG	114294	Sacramento	INTELBRAS IMPACTA	40 RAMAIS	1	12
PMMG	114294	Abaeté	INTELBRAS IMPACTA 40	40 RAMAIS	1	12
PMMG	114294	Taiobeiras	SIEMENS HIPATH 3550	40 RAMAIS	1	12
PMMG	114308	Juiz de Fora	SIEMENS HIPATH 3550	50 RAMAIS	1	12
PMMG	114308	Vespasiano	SIEMENS HIPATH 3550	50 RAMAIS	1	12
PMMG	114308	Ribeirão das Neves	SIEMENS HIPATH 3550	50 RAMAIS	1	12
PMMG	114308	Almenara	SIEMENS HIPATH 3550	50 RAMAIS	1	12
PMMG	114308	Paracatu	SIEMENS HIPATH 3550	50 RAMAIS	1	12
PMMG	114308	Ibirité	SIEMENS HIPATH 3550	50 RAMAIS	1	12
PMMG	114308	Pirapora	SIEMENS HIPATH 3550	50 RAMAIS	1	12
PMMG	114308	Itajubá	SIEMENS HIPATH 3550	50 RAMAIS	1	12
PMMG	114308	Extrema	SIEMENS HIPATH 3550	50 RAMAIS	1	12
PMMG	114308	Caratinga	SIEMENS HIPATH 3550	50 RAMAIS	1	12
PMMG	114308	Guanhães	SIEMENS HIPATH 3550	50 RAMAIS	1	12
PMMG	114308	Santa Luzia	SIEMENS HIPATH 3550	50 RAMAIS	1	12
PMMG	114308	Uberlândia	SIEMENS HIPATH 3550	50 RAMAIS	1	12
PMMG	114308	Belo Horizonte	SIEMENS HIPATH 3550	50 RAMAIS	1	12
PMMG	114308	Belo Horizonte	SIEMENS HIPATH 3549	50 RAMAIS	1	12
PMMG	114308	Belo Horizonte	SIEMENS HIPATH 3550	50 RAMAIS	1	12
PMMG	114308	Belo Horizonte	SIEMENS HIPATH 3550	50 RAMAIS	1	12
PMMG	114308	São João del Rei	SIEMENS HIPATH 3800	50 RAMAIS	1	12
PMMG	114308	Belo Horizonte	SIEMENS HIPATH 3550	50 RAMAIS	1	12
PMMG	114308	Muriaé	SIEMENS HIPATH 3550	50 RAMAIS	1	12
PMMG	114308	Uberaba	SIEMENS HIPATH 3550	50 RAMAIS	1	12
PMMG	114308	Governador Valadares	SIEMENS HIPATH 3550	50 RAMAIS	1	12
PMMG	114308	Uberaba	SIEMENS HIPATH 3550	50 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Pouso Alegre	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Nova Serrana	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Contagem	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Belo Horizonte	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Belo Horizonte	SIEMENS 1150	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Montes Claros	SIEMENS 1150	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	São Francisco	SIEMENS 1150	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Governador Valadares	ALCATEL OmniPCX Office	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Curvelo	ALCATEL OmniPCX Office	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Unaí	ALCATEL OmniPCX Office	60 RAMAIS	1	12

PMMG	114316	Pouso Alegre	ALCATEL OmniPCX Office	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Manhuaçu	ALCATEL OmniPCX Office	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Passos	ALCATEL OmniPCX Office	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Belo Horizonte	ALCATEL OmniPCX Office	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Varginha	ALCATEL OmniPCX Office	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Uberlândia	ALCATEL OmniPCX Office	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Betim	ALCATEL OmniPCX Office	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Contagem	ALCATEL OmniPCX Office	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Igarapé	ALCATEL OmniPCX Office	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Belo Horizonte	ALCATEL OmniPCX Office	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Belo Horizonte	ALCATEL OmniPCX Office	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Betim	PANASONIC KX-NS500	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Divinópolis	ALCATEL OmniPCX Office	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Montes Claros	SIEMENS HIPATH 3800	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Barbacena	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Sete Lagoas	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Ipatinga	Unify X5	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Ubá	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Sete Lagoas	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Itabira	Unify X5	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Poços de Caldas	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Januária	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Conselheiro Lafaiete	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Belo Horizonte	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Contagem	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Belo Horizonte	Unify X5	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Ouro Preto	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Araguari	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Coronel Fabriciano	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Sabará	Unify X5	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Leopoldina	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Belo Horizonte	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Belo Horizonte	HIPATH 3800	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Belo Horizonte	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Belo Horizonte	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Esmeraldas	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Contagem	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12

PMMG	114316	Ibirité	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Nova Lima	Unify X5	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Lagoa Santa	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Vespasiano	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Ouro Preto	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Iturama	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Oliveira	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Pará de Minas	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	João Monlevade	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114316	Congonhas	SIEMENS HIPATH 3550	60 RAMAIS	1	12
PMMG	114324	Belo Horizonte	ALCATEL OmniPCX Office	70 RAMAIS	1	12
PMMG	114324	Ipatinga	ALCATEL OmniPCX Office	70 RAMAIS	1	12
PMMG	114324	Teófilo Otoni	ALCATEL OmniPCX Office	70 RAMAIS	1	12
PMMG	114324	Teófilo Otoni	ALCATEL OmniPCX Office	70 RAMAIS	1	12
PMMG	114324	Belo Horizonte	ALCATEL OmniPCX Office	70 RAMAIS	1	12
PMMG	114324	Juiz de Fora	Alcatel OmniPCX Office	70 RAMAIS	1	12
PMMG	114324	Uberaba	Alcatel OmniPCX Office	70 RAMAIS	1	12
PMMG	114324	Lavras	Alcatel OmniPCX Office	70 RAMAIS	1	12
PMMG	114324	GoV. Valadares	Alcatel OmniPCX Office	70 RAMAIS	1	12
PMMG	114324	Uberlândia	Alcatel OmniPCX Office	70 RAMAIS	1	12
PMMG	114324	Patos de Minas	Alcatel OmniPCX Office	70 RAMAIS	1	12
PMMG	114324	Montes Claros	Alcatel OmniPCX Office	70 RAMAIS	1	12
PMMG	114324	Ipatinga	Alcatel OmniPCX Office	70 RAMAIS	1	12
PMMG	114324	Barbacena	Alcatel OmniPCX Office	70 RAMAIS	1	12
PMMG	114324	Curvelo	Alcatel OmniPCX Office	70 RAMAIS	1	12
PMMG	114324	Teófilo Otoni	Alcatel OmniPCX Office	70 RAMAIS	1	12
PMMG	114324	Unaí	Alcatel OmniPCX Office	70 RAMAIS	1	12
PMMG	114324	Pouso Alegre	Alcatel OmniPCX Office	70 RAMAIS	1	12
PMMG	114324	Poços de Caldas	Alcatel OmniPCX Office	70 RAMAIS	1	12
PMMG	114324	Divinópolis	ALCATEL OmniPCX Office	70 RAMAIS	1	12
PMMG	114332	Uberaba	ALCATEL OmniPCX Enterprise	80 RAMAIS	1	12
PMMG	114332	Bom Despacho	ALCATEL OmniPCX Office	80 RAMAIS	1	12
PMMG	114332	Contagem	SIEMENS HIPATH 3550	80 RAMAIS	1	12
PMMG	114340	Diamantina	ALCATEL OmniPCX Office	90 RAMAIS	1	12
PMMG	114340	Lavras	ALCATEL OmniPCX Office	90 RAMAIS	1	12
PMMG	114340	Uberlândia	ALCATEL OmniPCX	90 RAMAIS	1	12

PMMG	114340	Uberlândia	Office	30 RAMAIS	1	12
PMMG	114359	Juiz de Fora	SIEMENS HIPATH 3550	100 RAMAIS	1	12
PMMG	114359	Belo Horizonte	ALCATEL OmniPCX Office	100 RAMAIS	1	12
PMMG	114359	Juiz de Fora	SIEMENS HIPATH 3800	100 RAMAIS	1	12
PMMG	114359	Montes Claros	ALCATEL OmniPCX Office	100 RAMAIS	1	12
PMMG	114367	Patos de Minas	ALCATEL OmniPCX Enterprise	120 RAMAIS	1	12
PMMG	114367	Governador Valadares	ALCATEL OmniPCX Office	120 RAMAIS	1	12
PMMG	114367	Belo Horizonte	SIEMENS HIPATH 3800	120 RAMAIS	1	12
PMMG	114413	Uberlândia	SIEMENS HIPATH 3800	230 RAMAIS	1	12
PMMG	114430	Belo Horizonte	Alcatel OmniPCX Enterprise	260 RAMAIS	1	12
SECULT	114375	Belo Horizonte	Astra/Ericsson MX-ONE V. 3.1	140 RAMAIS	1	12
SEDESE	114367	Belo Horizonte	Siemes hipath 3000,	120 RAMAIS	1	12
SEDESE	114278	Belo Horizonte	Siemes hipath 3000,	20 RAMAIS	1	12
SEDESE	114260	Belo Horizonte	Lg Nortel lpldk-60	10 RAMAIS	1	12
SEE	114278	Belo Horizonte	Hipath 3000	20 RAMAIS	1	12
SEE	114286	Campo Belo	Hipath 3000	30 RAMAIS	1	12
SEE	114286	Coronel Fabriciano	Hipath 3000	30 RAMAIS	1	12
SEE	114286	Diamantina	Hipath 3000	30 RAMAIS	1	12
SEE	114286	Januária	Hipath 3000	30 RAMAIS	1	12
SEE	114286	Ouro Preto	Hipath 3000	30 RAMAIS	1	12
SEE	114286	São João Del Rei	Hipath 3000	30 RAMAIS	1	12
SEE	114286	Belo Horizonte	Hipath 3000	30 RAMAIS	1	12
SEE	114286	Belo Horizonte	Hipath 3000	30 RAMAIS	1	12
SEE	114294	Almenara	Hipath 3000	40 RAMAIS	1	12
SEE	114294	Barbacena	Hipath 3000	40 RAMAIS	1	12
SEE	114294	Carangola	Hipath 3000	40 RAMAIS	1	12
SEE	114294	Conselheiro Lafaiete	Hipath 3000	40 RAMAIS	1	12
SEE	114294	Curvelo	Hipath 3000	40 RAMAIS	1	12
SEE	114294	Nova Era	Hipath 3000	40 RAMAIS	1	12
SEE	114294	Passos	Hipath 3000	40 RAMAIS	1	12
SEE	114294	Patrocínio	Hipath 3000	40 RAMAIS	1	12
SEE	114294	Poços de Caldas	Hipath 3000	40 RAMAIS	1	12
SEE	114308	Caratinga	Openscape Business X5	50 RAMAIS	1	12
SEE	114308	Caxambu	Hipath 3000	50 RAMAIS	1	12
SEE	114308	Governador Valadares	Hipath 3000	50 RAMAIS	1	12
SEE	114308	Guanhães	Hipath 3000	50 RAMAIS	1	12
SEE	114308	Itajubá	Hipath 3000	50 RAMAIS	1	12
SEE	114308	Janaúba	Hipath 3000	50 RAMAIS	1	12
SEE	114308	Manhuaçu	Hipath 3000	50 RAMAIS	1	12
SEE	114308	Belo Horizonte	Hipath 3000	50 RAMAIS	1	12
SEE	114308	Muriae	Hipath 3000	50 RAMAIS	1	12
SEE	114308	Patos de Minas	Hipath 3000	50 RAMAIS	1	12
SEE	114308	Juiz de Fora	Hipath 3000	50 RAMAIS	1	12
SEE	114308	Ponte Nova	Hipath 3000	50 RAMAIS	1	12
SEE	114308	Pouso Alegre	Hipath 3000	50 RAMAIS	1	12
SEE	114308	Ubá	Hipath 3000	50 RAMAIS	1	12
SEE	114324	Divinópolis	Hipath 3000	70 RAMAIS	1	12
SEE	114324	Uberlândia	Hipath 3000	70 RAMAIS	1	12
SEE	114324	Uberaba	Hipath 3000	70 RAMAIS	1	12
SEE	114324	São Sebastião do Paraíso	Hipath 3000	70 RAMAIS	1	12
SEE	114316	Araçuaí	Hipath 3000	60 RAMAIS	1	12
SEE	114316	Ituiutaba	Hipath 3000	60 RAMAIS	1	12
SEE	114316	Leopoldina	Hipath 3000	60 RAMAIS	1	12
SEE	114316	Montes Claros	Hipath 3000	60 RAMAIS	1	12
SEE	114316	Pará de Minas	Hipath 3000	60 RAMAIS	1	12
SEE	114316	Paracatu	Hipath 3000	60 RAMAIS	1	12
SEE	114316	Pirapora	Hipath 3000	60 RAMAIS	1	12
SEE	114316	Sete Lagoas	Hipath 3000	60 RAMAIS	1	12



SEE	114316	Teófilo Otoni	Hipath 3000	60 RAMAIS	1	12
SEE	114316	Unaí	Hipath 3000	60 RAMAIS	1	12
SEE	114316	Varginha	Hipath 3000	60 RAMAIS	1	12
SEE	114316	Monte Carmelo	Hipath 3000	60 RAMAIS	1	12
SEE	114421	Belo Horizonte	Hipath 4000	240 RAMAIS	1	12
SEE	114430	Belo Horizonte	Hipath 4000	260 RAMAIS	1	12
SEF	114430	Belo Horizonte	Philips Sopho IS 3050	260 RAMAIS	1	12
SEF	114430	Belo Horizonte	Philips Sopho IS 3050	260 RAMAIS	1	12
SEF	114251	Diamantina	OpenScape Business X5	05 RAMAIS	1	12
SEF	114260	Aimorés	OpenScape Business X5	10 RAMAIS	1	12
SEF	114260	Almenara	OpenScape Business X5	10 RAMAIS	1	12
SEF	114260	Bom Despacho	OpenScape Business X5	10 RAMAIS	1	12
SEF	114260	Brasília	OpenScape Business X5	10 RAMAIS	1	12
SEF	114260	Fronteira	OpenScape Business X5	10 RAMAIS	1	12
SEF	114260	Itabira	OpenScape Business X5	10 RAMAIS	1	12
SEF	114260	Itaúna	OpenScape Business X5	10 RAMAIS	1	12
SEF	114260	Nanuque	OpenScape Business X5	10 RAMAIS	1	12
SEF	114260	Ouro Preto	OpenScape Business X5	10 RAMAIS	1	12
SEF	114260	Patrocínio	OpenScape Business X5	10 RAMAIS	1	12
SEF	114260	Pedro Leopoldo	OpenScape Business X5	10 RAMAIS	1	12
SEF	114260	Santa Luzia	OpenScape Business X5	10 RAMAIS	1	12
SEF	114260	Viçosa	OpenScape Business X5	10 RAMAIS	1	12
SEF	114278	Além Paraíba	OpenScape Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	Araguari	OpenScape Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	Araxá	OpenScape Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	Carangola	OpenScape Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	Caratinga	OpenScape Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	Cataguases	OpenScape Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	Conselheiro Lafaiete	OpenScape Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	Curvelo	OpenScape Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	Formiga	OpenScape Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	Frutal	OpenScape Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	Guaxupé	OpenScape Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	Iturama	OpenScape Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	João Monlevade	OpenScape Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	Juiz de Fora	OpenScape Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	Lavras	OpenScape Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	Leopoldina	OpenScape Business X5	20 RAMAIS	1	12

SEF	114278	Monte Carmelo	OpenScope Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	Paracatu	OpenScope Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	Pedra Azul	OpenScope Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	Pirapora	OpenScope Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	Ponte Nova	OpenScope Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	São João Del Rei	OpenScope Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	São Lourenço	OpenScope Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	São Sebastião do Paraíso	OpenScope Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	Três Corações	OpenScope Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114278	Unaí	OpenScope Business X5	20 RAMAIS	1	12
SEF	114286	Barbacena	OpenScope Business X5	30 RAMAIS	1	12
SEF	114286	Extrema	OpenScope Business X5	30 RAMAIS	1	12
SEF	114286	Ituiutaba	OpenScope Business X5	30 RAMAIS	1	12
SEF	114286	Janaúba	OpenScope Business X5	30 RAMAIS	1	12
SEF	114286	Manhuaçu	OpenScope Business X5	30 RAMAIS	1	12
SEF	114286	Muriaé	OpenScope Business X5	30 RAMAIS	1	12
SEF	114286	Pará de Minas	OpenScope Business X5	30 RAMAIS	1	12
SEF	114286	Rio de Janeiro	OpenScope Business X5	30 RAMAIS	1	12
SEF	114286	São Paulo	OpenScope Business X5	30 RAMAIS	1	12
SEF	114286	Ubá	OpenScope Business X5	30 RAMAIS	1	12
SEF	114294	Belo Horizonte	OpenScope Business X5	40 RAMAIS	1	12
SEF	114294	Passos	OpenScope Business X5	40 RAMAIS	1	12
SEF	114294	Patos de Minas	OpenScope Business X5	40 RAMAIS	1	12
SEF	114294	Teófilo Otoni	OpenScope Business X5	40 RAMAIS	1	12
SEF	114316	Belo Horizonte	OpenScope Business X8	60 RAMAIS	1	12
SEF	114316	Betim	OpenScope Business X8	60 RAMAIS	1	12
SEF	114316	Contagem	OpenScope Business X5	60 RAMAIS	1	12
SEF	114316	Governador Valadares	OpenScope Business X8	60 RAMAIS	1	12
SEF	114316	Juiz de Fora	OpenScope Business X5	60 RAMAIS	1	12
SEF	114316	Poços de Caldas	OpenScope Business X5	60 RAMAIS	1	12
SEF	114316	Pouso Alegre	OpenScope Business X8	60 RAMAIS	1	12
SEF	114316	Sete Lagoas	OpenScope Business X5	60 RAMAIS	1	12
SEF	114332	Divinópolis	OpenScope Business X8	80 RAMAIS	1	12
SEF	114340	Ipatinga	OpenScope Business X8	90 RAMAIS	1	12
SEF	114359	Belo Horizonte	OpenScope Business X5	100 RAMAIS	1	12

SEF	114359	Contagem	Philips Sopho IS 3030	100 RAMAIS	1	12
SEF	114359	Varginha	Siemens Hicon 150 PRO	100 RAMAIS	1	12
SEF	114367	Montes claros	OpenScape Business X8	120 RAMAIS	1	12
SEF	114383	Belo Horizonte	Philips Sopho IS 3030	170 RAMAIS	1	12
SEF	114383	Uberaba	Siemens Hicon 150 PRO	170 RAMAIS	1	12
SEF	114405	Uberlândia	Siemens Hipath 3750 PRO	210 RAMAIS	1	12
SEGOV	114278	Brasília	OPENScape X5	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Vespasiano	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Coromandel	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Presidente Olegario	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Unaí	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	CONGONHAS	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	CONGONHAS	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Belo Horizonte	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Oliveira	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	IPATINGA	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	BELO HORIZONTE	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	ANDRADAS	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Ribeirao das Neves	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Sao Joaquim de Bicas	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Teofilo Otoni	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Ribeirao das Neves	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Juiz de Fora	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Muriae	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Patrocinio	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Guaranesia	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Montes Claros	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Ribeirao das Neves	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Caete	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Conselheiro Lafaiete	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Caratinga	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Belo Horizonte	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Belo Horizonte	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Governador Valadares	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Uberlândia	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
			PABX siemens hipath			

SEJUSP	114260	Montes Claros	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Sete Lagoas	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Belo Horizonte	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	PATOS DE MINAS	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Belo Horizonte	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Lagoa Santa	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Timoteo	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Vespasiano	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Vespasiano	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114260	Contagem	PABX siemens hipath 3550	10 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Ribeirao das Neves	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Montes Claros	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Caete	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Patrocinio	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Sao Joaquim de Bicas	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Teofilo Otoni	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Guaranesia	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Ribeirao das Neves	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Juiz de Fora	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Muriae	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Belo Horizonte	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Ribeirao das Neves	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Vespasiano	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Contagem	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Aracuai	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	ANDRADAS	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Araguari	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Santa Rita do Sapucaí	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Jequitinhonha	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Ibirite	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Itauna	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Pirapora	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Muriae	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Janaúba	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	TEOFILO OTONI	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12

SEJUSP	114278	DIVINOPOLIS	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	JUIZ DE FORA	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Unaí	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Ribeirao das Neves	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	UBERABA	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	SAO JERONIMO	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Belo Horizonte	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Belo Horizonte	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Belo Horizonte	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Belo Horizonte	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Belo Horizonte	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Belo Horizonte	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Francisco Sá	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	João Monlevade	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Curvelo	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Viçosa	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	TRÊS CORAÇÕES	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	LAVRAS	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	BOM DESPACHO	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Barao de Cocais	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Jequitinhonha	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	SÃO JOAQUIM DE BICAS	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	SÃO JOAQUIM DE BICAS	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Divinópolis	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Ipatinga	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Belo Horizonte	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Contagem	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Belo Horizonte	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Ribeirao das Neves	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Vespasiano	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114278	Vespasiano	PABX siemens hipath 3550	20 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Alfenas	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Uberlandia	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Sete Lagoas	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Belo Horizonte	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12

SEJUSP	114286	Para de Minas	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Sao Joao Del Rei	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Governador Valadares	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Uba	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Juiz de Fora	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Pouso Alegre	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Juiz de Fora	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Juiz de Fora	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Formiga	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Cataguases	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Itajuba	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Carmo do Paranaiba	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Passos	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Ponte Nova	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Patos de Minas	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Joao Pinheiro	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Uberaba	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Ituiutaba	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Unaí	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Ouro Preto	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Visconde do Rio Branco	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Diamantina	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Araxa	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Ponte Nova	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Varginha	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Ipaba	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Sao Joaquim de Bicas	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Pedro Leopoldo	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Santa Luzia	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Teofilo Otoni	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Sao Lourenco	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Belo Horizonte	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Barbacena	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Barbacena	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Coronel Fabriciano	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286		PABX siemens hipath 3550			

SEJUSP	114286	Betim	PABX Siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Uberlandia	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Leopoldina	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Sao Sebastiao do Paraíso	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Piumhi	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Nova Lima	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Pocos de Caldas	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Nova Serrana	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Juatuba	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Sete Lagoas	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Abaete	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Vespasiano	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Timoteo	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Sacramento	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Itaobim	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Almenara	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Lagoa da Prata	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Belo Horizonte	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Ribeirao das Neves	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Belo Horizonte	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Contagem	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Belo Horizonte	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Vespasiano	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114286	Vespasiano	PABX siemens hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
SEJUSP	114340	Vespasiano	PABX siemens hipath 3550	90 RAMAIS	1	12
SEMAP	114316	Divinópolis	Unify/Openscape Business	60 RAMAIS	1	12
SEMAP	114316	Belo Horizonte	Unify/Openscape Business	60 RAMAIS	1	12
SEMAP	114340	Varginha	Unify/Openscape Business	90 RAMAIS	1	12
SEMAP	114340	Montes Claros	Unify/Openscape Business	90 RAMAIS	1	12
SEMAP	114316	Unaí	Unify/Openscape Business	60 RAMAIS	1	12
SEMAP	114316	Governador Valadares	Unify/Openscape Business	60 RAMAIS	1	12
SEMAP	114316	Diamantina	Unify/Openscape Business	60 RAMAIS	1	12
SEMAP	114316	Uberlândia	Unify/Openscape Business	60 RAMAIS	1	12
SEMAP	114340	Ubá	Unify/Openscape Business	90 RAMAIS	1	12
SEPLAG	114251	Itabira	Siemens Hipath 3750	05 RAMAIS	1	12

SEPLAG	114251	Ubá	Siemens Hipath 3750	05 RAMAIS	1	12
SEPLAG	114260	Divinópolis	Siemens Hipath 3750	10 RAMAIS	1	12
SEPLAG	114260	Governador Valadares	Siemens Hipath 3750	10 RAMAIS	1	12
SEPLAG	114260	Juiz de Fora	Siemens Hipath 3750	10 RAMAIS	1	12
SEPLAG	114260	Uberaba	Siemens Hipath 3750	10 RAMAIS	1	12
SEPLAG	114260	Viçosa	Siemens Hipath 3750	10 RAMAIS	1	12
SEPLAG	114278	Montes Claros	Siemens Hipath 3750	20 RAMAIS	1	12
SEPLAG	114278	Uberlândia	Siemens Hipath 3750	20 RAMAIS	1	12
SEPLAG	114294	Belo Horizonte	Siemens Hipath 4016	40 RAMAIS	1	12
SEPLAG	114294	Muriaé	Modelo Siemens Hipath 3000	40 Ramais	1	12
SEPLAG	114294	Caratinga	Modelo Siemens Hipath 3000	40 Ramais	1	12
SEPLAG	114294	Patos de Minas	Modelo Siemens Hipath 3000	40 Ramais	1	12
SEPLAG	114294	Barbacena	Modelo Siemens Hipath 3000	40 Ramais	1	12
SEPLAG	114294	Divinópolis	Modelo Siemens Hipath 3000	40 Ramais	1	12
SEPLAG	114294	Paracatu	Modelo Siemens Hipath 3000	40 Ramais	1	12
SEPLAG	114294	Lavras	Modelo Siemens Hipath 3000	40 Ramais	1	12
SEPLAG	114294	Coronel Fabriciano	Modelo Siemens Hipath 3000	40 Ramais	1	12
SEPLAG	114294	Passos	Modelo Siemens Hipath 3000	40 Ramais	1	12
SEPLAG	114294	Araçuaí	Modelo Siemens Hipath 3000	40 Ramais	1	12
SEPLAG	114294	Ponte Nova	Modelo Siemens Hipath 3000	40 Ramais	1	12
SES	114324	ALFENAS	SIEMENS HIPATH 3000	70 RAMAIS	1	12
SES	114308	BARBACENA	SIEMENS HIPATH 3001	50 RAMAIS	1	12
SES	114260	BELO HORIZONTE	SIEMENS HIPATH 3002	10 RAMAIS	1	12
SES	114278	BELO HORIZONTE	SIEMENS HIPATH 3003	20 RAMAIS	1	12
SES	114367	BELO HORIZONTE	SIEMENS HIPATH 3004	120 RAMAIS	1	12
SES	114278	BELO HORIZONTE	SIEMENS HIPATH 3005	20 RAMAIS	1	12
SES	114308	CARATINGA	SIEMENS HIPATH 3006	50 RAMAIS	1	12
SES	114308	CONTAGEM	SIEMENS HIPATH 3007	50 RAMAIS	1	12
SES	114286	CORONEL FABRICIANO	SIEMENS HIPATH 3008	30 RAMAIS	1	12
SES	114324	CORONEL FABRICIANO	SIEMENS HIPATH 3009	70 RAMAIS	1	12
SES	114308	DIAMANTINA	SIEMENS HIPATH 3010	50 RAMAIS	1	12
SES	114340	DIVINÓPOLIS	SIEMENS HIPATH 3011	90 RAMAIS	1	12
SES	114340	G.VALADARES	SIEMENS HIPATH 3012	90 RAMAIS	1	12
SES	114294	IPATINGA	SIEMENS HIPATH 3013	40 RAMAIS	1	12
SES	114324	ITABIRA	SIEMENS HIPATH 3014	70 RAMAIS	1	12
			SIEMENS HIPATH			



SES	114316	ITUJUTABA	SIEMENS HIPATH 3015	60 RAMAIS	1	12
SES	114251	JANUARIA	SIEMENS HIPATH 3016	05 RAMAIS	1	12
SES	114316	JANUÁRIA	SIEMENS HIPATH 3017	60 RAMAIS	1	12
SES	114332	JUIZ DE FORA	SIEMENS HIPATH 3018	80 RAMAIS	1	12
SES	114294	LEOPOLDINA	SIEMENS HIPATH 3019	40 RAMAIS	1	12
SES	114316	MANHUMIRIM	SIEMENS HIPATH 3020	60 RAMAIS	1	12
SES	114294	MONTES CLAROS	SIEMENS HIPATH 3021	40 RAMAIS	1	12
SES	114324	MONTES CLAROS	SIEMENS HIPATH 3022	70 RAMAIS	1	12
SES	114294	MONTES CLAROS	SIEMENS HIPATH 3023	40 RAMAIS	1	12
SES	114324	PASSOS	SIEMENS HIPATH 3024	70 RAMAIS	1	12
SES	114316	PATOS DE MINAS	SIEMENS HIPATH 3025	60 RAMAIS	1	12
SES	114316	PEDRA AZUL	SIEMENS HIPATH 3026	60 RAMAIS	1	12
SES	114316	PIRAPORA	SIEMENS HIPATH 3027	60 RAMAIS	1	12
SES	114286	PONTE NOVA	SIEMENS HIPATH 3028	30 RAMAIS	1	12
SES	114316	PONTE NOVA	SIEMENS HIPATH 3029	60 RAMAIS	1	12
SES	114316	POUSO ALEGRE	SIEMENS HIPATH 3030	60 RAMAIS	1	12
SES	114294	SÃO JOÃO DEL REI	SIEMENS HIPATH 3031	40 RAMAIS	1	12
SES	114332	SETE LAGOAS	SIEMENS HIPATH 3032	80 RAMAIS	1	12
SES	114294	TEÓFILO OTONI	SIEMENS HIPATH 3033	40 RAMAIS	1	12
SES	114340	TEÓFILO OTONI	SIEMENS HIPATH 3034	90 RAMAIS	1	12
SES	114316	UBÁ	SIEMENS HIPATH 3035	60 RAMAIS	1	12
SES	114278	UBÁ	SIEMENS HIPATH 3036	20 RAMAIS	1	12
SES	114286	UBERABA	SIEMENS HIPATH 3037	30 RAMAIS	1	12
SES	114324	UBERABA	SIEMENS HIPATH 3038	70 RAMAIS	1	12
SES	114286	UBERLANDIA	SIEMENS HIPATH 3039	30 RAMAIS	1	12
SES	114316	UBERLÂNDIA	SIEMENS HIPATH 3040	60 RAMAIS	1	12
SES	114316	BELO HORIZONTE	SIEMENS HIPATH 3041	60 RAMAIS	1	12
SES	114316	UNAI	SIEMENS HIPATH 3042	60 RAMAIS	1	12
SES	114278	BELO HORIZONTE	SIEMENS HIPATH 3043	20 RAMAIS	1	12
SES	114286	BELO HORIZONTE	SIEMENS HIPATH 3044	30 RAMAIS	1	12
UEMG	114286	BELO HORIZONTE	Hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
UEMG	114286	BELO HORIZONTE	Hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
UEMG	114286	BELO HORIZONTE	Hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
UEMG	114286	BELO HORIZONTE	Hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
UEMG	114286	BELO HORIZONTE	Hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
UEMG	114286	BELO HORIZONTE	Hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
UEMG	114286	JOÃO MOLEVADE	Hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
UEMG	114286	JOÃO MOLEVADE	Hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
UEMG	114286	JOÃO MOLEVADE	Hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
UEMG	114286	RAPOSA	Siemens Hipath	30 RAMAIS	1	12

UEMG	114286	BARBACENA	3750	30 RAMAIS	1	12
UEMG	114286	BARBACENA	Siemens Hipath 3750	30 RAMAIS	1	12
UEMG	114278	DIAMANTINA	Hipath 3000	20 RAMAIS	1	12
UEMG	114324	PASSOS	HIPATH 3550	70 RAMAIS	1	12
UEMG	114324	PASSOS	HIPATH 3550	70 RAMAIS	1	12
UEMG	114375	PASSOS	HIPATH 1190	140 RAMAIS	1	12
UEMG	114286	FRUTAL	Siemens Hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
UEMG	114286	FRUTAL	Siemens Hipath 3550	30 RAMAIS	1	12
UEMG	114359	DIVINOPOLIS	ALCATEL 4200	100 RAMAIS	1	12
UEMG	114286	ITUIUTABA	DIGISTAR XT 200	30 RAMAIS	1	12
UNIMONTES	114430	Montes Claros - MG	Siemens Hipath 3000	260 RAMAIS	1	12
UNIMONTES	114430	Montes Claros - MG	A ASTRA ERICSON - MXONE	260 RAMAIS	1	12
UNIMONTES	114359	Montes Claros - MG	Siemens Hipath 3000	100 RAMAIS	1	12
UNIMONTES	114359	Montes Claros - MG	Siemens Hipath 3000	100 RAMAIS	1	12
UNIMONTES	114316	Janaúba - MG	Siemens Hipath 3001	60 RAMAIS	1	12
UTRAMIG	114324	BELO HORIZONTE	SIEMENS HIPTAH	70 RAMAIS	1	12

**Alber Vinicius Duque da Silveira**

Diretoria Central de Gestão de Serviços e Infra Estrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação - DCGSITIC



Documento assinado eletronicamente por **Alber Vinicius Duque da Silveira**, **Servidor(a) Público(a)**, em 02/08/2022, às 14:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50715509** e o código CRC **3351D43F**.

**Referência:** Processo nº 1500.01.0028955/2021-81

SEI nº 50715509



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Diretoria Central de Gestão de Serviços e Infraestrutura de TIC

Anexo nº B - do Termo de Referência/SEPLAG/DCGSITIC/2022

**PROCESSO Nº 1500.01.0028955/2021-81**

## **ANEXO B - AVALIAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Criar mecanismos de avaliação de desempenho dos serviços a serem prestados pela empresa contratada, por meio do estabelecimento de instrumento de ANS (Acordo de Nível de Serviço), no tocante à contratação de que trata o item 1 deste Termo de Referência, objeto desta licitação, em conformidade com o Edital de Licitação, como forma de se medir os níveis de atendimentos dos serviços prestados pela empresa Contratada.

Os níveis de atendimento dos serviços, a que se refere o item anterior, serão determinados pela Nota Mensal de Avaliação – NMA;

A NMA – será calculada a partir do registro de ocorrências que determinará a perda de pontos por parte da Contratada, considerando o impacto de criticidade de cada ocorrência, conforme estabelecido na tabela de ocorrências – avaliação da prestação de serviços, a seguir, e mediante aplicação da seguinte fórmula:

$NMA = 10 - \Sigma \text{ pontos perdidos.}$

Para efeito de cálculo dos pontos perdidos, serão atribuídos os seguintes valores aos Fatores e Magnitudes de Criticidade:

Fatores de Criticidade	BAIXA	MÉDIA	ALTA	ALTÍSSIMA
F <sup>1</sup>	1	--	--	--
F <sup>2</sup>	--	1,5	--	----
F <sup>3</sup>	--	--	3	--
F <sup>4</sup>	----	--	--	10

Serão considerados para aplicação de Redução de Pagamento à Contratada, os seguintes critérios:

Abatimento, correspondente a 2% do valor mensal faturado advindo do contrato deste processo licitatório:

a) Sempre que NMA for maior ou igual a 6,0 e menor ou igual a 8,0;

Abatimento, correspondente a 5% do valor mensal faturado advindo do contrato deste processo licitatório:

a) Sempre que NMA for menor do que 6,0 e maior ou igual a 4,0;

b) Sempre que a Contratada acumular duas Advertências consecutivas;

Abatimento correspondente a 10% do valor mensal faturado advindo do contrato deste processo licitatório:

a) Sempre que NMA for menor do 4,0

Sanções Administrativas:

a) Quando a Contratada receber três Reduções de Pagamentos consecutivas, será proposto pela Unidade Gestora do Contrato à aplicação de sanções administrativas cabíveis, respeitado o direito de defesa em conformidade com os preceitos legais

b) Quando a Contrata receber dois fatores de Criticidade igual a  $F^4$ , será proposto pela Unidade Gestora do Contrato à aplicação de sanções administrativas cabíveis, respeitado o direito de defesa em conformidade com os preceitos legais.

Os critérios estabelecidos no item anterior serão considerados e avaliados no modelo de ficha de avaliação e desempenho, conforme tabela abaixo.

TABELA DE OCORRÊNCIAS – AVALIAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Ocorrências	Magnitude	Fator de Criticidade
1. Não cumprimento dos serviços a serem cobertos pela manutenção de 1º, 2º e 3º nível, conforme regra de negócio estabelecida neste Termo de Referência, durante período de vigência contratual.	ALTA	F3
2. Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela Contratada superior à 48 (quarenta e oito) horas.	BAIXA	F1
3. Quebra do sigilo e inviolabilidade das informações disponíveis nos equipamentos da Contratada - Grampo.	ALTA	F3
4. Interrupção da prestação do serviço de forma parcial ou total provocada pela indisponibilidade de equipamentos e comunicação nas unidades dos órgãos e/ou entidades contratantes. O tempo será apurado a partir da abertura de chamado efetivada pelo contratante junto à contratada.	MÉDIA	F2
5. Interrupção por tempo superior a 10 minutos da prestação do serviço de Voz sobre IP parcial ou total provocada pela indisponibilidade de equipamento de integração da comunicação, instalada e em operação no Data Center da PRODEMGE. O tempo será apurado a partir da abertura de chamado feita pela PRODEMGE junto à Contratada. (*)	ALTÍSSIMA	F4
6. Indisponibilidade de telefone cujo número seja fornecido pela Contratada para registro das reclamações e solicitações de informações. Esta indisponibilidade será apurada a partir de abertura de chamado por parte de qualquer contratante, PRODEMGE ou gestor da ata junto à contratada.	MÉDIA	F2
7. Cobrança por serviços não prestados.	BAIXA	F1
8. Deixar de cumprir itens do contrato celebrado com o órgão contratante e/ou for considerado reincidente nas ocorrências registradas.	ALTA	F2

9. Deixar de cumprir qualquer norma e/ou regra de negócio estabelecida neste processo licitatório durante período de vigência contratual	ALTÍSSIMA	F4
10. Cobrar por serviços que já se encontram cobertos pela garantia prevista neste Edital	BAIXA	F1

(\*) Para o item 5 do quadro acima, a apuração da ocorrência para cálculo da NMA (Nota Mensal de Avaliação) deverá ser feita pela PRODEMG E e encaminhada aos órgãos do Governo.

O Acordo de Níveis de Serviços passa a vigorar a partir da publicação do contrato decorrente desta preposição;

A adequação do pagamento – abatimento nas faturas/boletos encaminhadas mensalmente pela CONTRATADA – está vinculado estritamente ao Acordo de Nível de Serviço definido com base na tabela de ocorrências e dar-se-á de acordo com a Nota Mensal de Avaliação (NMA) obtida pela Contratada, considerando os critérios definidos a seguir.

#	NMA	Limites	% Desempenho
8	0,0 = NMA	0	0%
7	NMA < 4,0	1	40%
6	4,0 ≤ NMA < 5,0	3	50%
5	5,0 ≤ NMA < 6,0	5	60%
4	6,0 ≤ NMA < 7,0	6	70%
3	7,0 ≤ NMA < 8,0	7	80%
2	8,0 ≤ NMA < 9,0	8	90%
1	NMA ≥ 9,0	9	100%

A cada Nota Mensal de Avaliação (NMA) será apurado o somatório da pontuação perdida decorrente das ocorrências do mês. Esta pontuação será subtraída da nota inicial da CONTRATADA dos serviços prestados (10 pontos) para fins de fechamento da NMA.

Esta pontuação será a base para que a CONTRATANTE aplique as seguintes Reduções de Pagamento, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma Redução de Pagamento, esta será imediatamente aplicada, conforme tabela abaixo advindo do item 5 deste

NMA	Descontos	Limites
0,0 = NMA	Sanções Administrativas	0
NMA < 4,0	Desconto correspondente a 10% do valor faturado do mês de aplicação dessa sanção	1
4,0 <= NMA < 5,0	Desconto correspondente a 5% do valor global do contrato advindo do processo licitatório	3
5,0 <= NMA < 6,0	Desconto correspondente a 5% do valor global do contrato advindo do processo licitatório	5
6,0 <= NMA < 7,0	Desconto correspondente a 2% do valor global do contrato advindo do processo licitatório	6
7,0 <= NMA < 8,0	Desconto correspondente a 2% do valor global do contrato advindo do processo licitatório	7
8,0 <= NMA < 9,0	NENHUMA	8
NMA >= 9,0	NENHUMA	9

As Reduções de Pagamentos devem ser aplicadas de acordo com a pontuação perdida pela Contratada na Nota Mensal de Avaliação (NMA)

O mecanismo de cálculo do Desconto, após mensuração da Nota Mensal de Avaliação (NMA) será a partir da fórmula:

**Valor do Desconto do Mês** = (% Redução de Pagamento da NMA) \* Valor Faturado do Respetivo Mês da NMA

A Nota Mensal de Avaliação deverá ser apurada e encaminhada à CONTRATADA, em até, 10 (dez) dias após o recebimento das faturas/boletos mensais, para promoção de possíveis apurações e descontos na fatura/boleto do mês subsequente.

A Nota Mensal de Avaliação (NMA) de cada mês será mensurada seguindo o mesmo período de tempo utilizado pela Prestadora de serviços para faturamento mensal.

O mecanismo de cálculo do Pagamento, após mensuração da Nota Mensal de Avaliação (NMA) será a partir da fórmula:

**Fatura do Mês Subsequente** = Valor Faturado do Mês – Valor do Desconto do Mês Anterior

As apurações serão descontadas das Faturas/boletos dos meses subsequentes às NMA, sendo necessário que o último mês dos contratos possua prazo estendido para vencimento, conforme prazos de apuração e efetivação das possíveis Reduções de Pagamentos cabíveis.

**Alber Vinicius Duque da Silveira**

Diretoria Central de Gestão de Serviços e Infra Estrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação - DCGSITIC



Documento assinado eletronicamente por **Alber Vinicius Duque da Silveira, Servidor(a) Público(a)**, em 23/08/2022, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **51855389** e o código CRC **C8872C7E**.

**Referência:** Processo nº 1500.01.0028955/2021-81

SEI nº 51855389



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Diretoria Central de Gestão de Serviços e Infraestrutura de TIC

Anexo nº C - do Termo de Referência/SEPLAG/DCGSITIC/2022

**PROCESSO Nº 1500.01.0028955/2021-81**

### **ANEXO C - DEMANDA LOCAÇÃO CENTRAIS TELEFÔNICAS**

A fim de subsidiar a elaboração da Proposta Comercial, estamos disponibilizando, **apenas como referência**, o Anexo C com as demandas dos órgãos participantes, os endereços completos serão informados pelos órgãos no momento da contratação.

Reiteramos que as informações disponibilizadas **não tem caráter vinculativo, característica que não obriga o Estado a contratar o serviço de locação**. Não obstante, as mesmas devem servir como referência para a elaboração da proposta.

ORGÃO	Nº	Código	Descrição do Item	Unidade de Aquisição	QTD.	QTD. MESES DE CONTRATO (24 MESES)
AGE	21	21156	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 10 RAMAIS	1 UNIDADE	8	192
AGE	22	21172	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 30 RAMAIS	1 UNIDADE	7	168
AGE	24	21199	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 50 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
AGE	25	21245	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 100 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
AGE	28	21342	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 260 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
AGE	29	114448	INSTALACAO E CONFIGURACAO DE RAMAIS VIRTUAIS	1 UNIDADE	255	6120
			INSTALACAO DE			



AGE	30	37141	APARELHO TELEFONICO IP - TERMINAIS IP	1 UNIDADE	255	6120
ARMVA	22	21172	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 30 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
ARMVA	29	114448	INSTALACAO E CONFIGURACAO DE RAMAIS VIRTUAIS	1 UNIDADE	30	720
DEER	21	21156	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 10 RAMAIS	1 UNIDADE	11	264
DEER	22	21172	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 30 RAMAIS	1 UNIDADE	28	672
DEER	23	21180	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 40 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
DEER	28	21342	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 260 RAMAIS	1 UNIDADE	3	72
DEER	29	114448	INSTALACAO E CONFIGURACAO DE RAMAIS VIRTUAIS	1 UNIDADE	1371	32904
DEER	30	37141	INSTALACAO DE APARELHO TELEFONICO IP - TERMINAIS IP	1 UNIDADE	1371	32904
FAOP	21	21156	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 10 RAMAIS	1 UNIDADE	2	48
FAOP	24	21199	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 50 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
FAPEMIG	29	114448	INSTALACAO E CONFIGURACAO DE RAMAIS VIRTUAIS	1 UNIDADE	200	4800
FAPEMIG	30	37141	INSTALACAO DE APARELHO TELEFONICO IP - TERMINAIS IP	1 UNIDADE	200	4800
FHEMIG	21	21156	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 10 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
FHEMIG	22	21172	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 30 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24

FHEMIG	24	21199	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 50 RAMAIS	1 UNIDADE	3	72
FHEMIG	25	21245	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 100 RAMAIS	1 UNIDADE	9	216
FHEMIG	26	21270	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 160 RAMAIS	1 UNIDADE	5	120
FHEMIG	27	21318	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 210 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
FHEMIG	28	21342	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 260 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
FJP	22	21172	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 30 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
FJP	23	21180	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 40 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
FJP	28	21342	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 260 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
FJP	29	114448	INSTALACAO E CONFIGURACAO DE RAMAIS VIRTUAIS	1 UNIDADE	250	6000
HEMOMINAS	21	21156	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 10 RAMAIS	1 UNIDADE	6	144
HEMOMINAS	22	21172	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 30 RAMAIS	1 UNIDADE	11	264
HEMOMINAS	24	21199	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 50 RAMAIS	1 UNIDADE	4	96
HEMOMINAS	25	21245	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 100 RAMAIS	1 UNIDADE	6	144
HEMOMINAS	26	21270	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 160 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
HEMOMINAS	28	21342	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM	1 UNIDADE	2	48

			260 RAMAIS			
HEMOMINAS	29	114448	INSTALACAO E CONFIGURACAO DE RAMAIS VIRTUAIS	1 UNIDADE	300	7200
HEMOMINAS	30	37141	INSTALACAO DE APARELHO TELEFONICO IP - TERMINAIS IP	1 UNIDADE	90	2160
IEF	21	21156	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 10 RAMAIS	1 UNIDADE	131	3144
IEF	24	21199	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 50 RAMAIS	1 UNIDADE	5	120
IEF	25	21245	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 100 RAMAIS	1 UNIDADE	8	192
IEF	29	114448	INSTALACAO E CONFIGURACAO DE RAMAIS VIRTUAIS	1 UNIDADE	222	5328
IEF	30	37141	INSTALACAO DE APARELHO TELEFONICO IP - TERMINAIS IP	1 UNIDADE	222	5328
IEPHA	26	21270	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 160 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
IEPHA	29	114448	INSTALACAO E CONFIGURACAO DE RAMAIS VIRTUAIS	1 UNIDADE	60	1440
IPEM	21	21156	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 10 RAMAIS	1 UNIDADE	2	48
IPEM	25	21245	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 100 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
IPSEMG	21	21156	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 10 RAMAIS	1 UNIDADE	23	552
IPSEMG	22	21172	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 30 RAMAIS	1 UNIDADE	7	168
IPSEMG	23	21180	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 40 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
IPSEMG	25	21245	LOCACAO DE CENTRAL DE	1 UNIDADE	1	24

IPSEMG	23	21245	TELEFONIA COM 100 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
IPSEMG	28	21342	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 260 RAMAIS	1 UNIDADE	4	96
IPSEMG	29	114448	INSTALACAO E CONFIGURACAO DE RAMAIS VIRTUAIS	1 UNIDADE	100	2400
IPSEMG	30	37141	INSTALACAO DE APARELHO TELEFONICO IP - TERMINAIS IP	1 UNIDADE	50	1200
JUCEMG	25	21245	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 100 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
JUCEMG	29	114448	INSTALACAO E CONFIGURACAO DE RAMAIS VIRTUAIS	1 UNIDADE	30	720
PCMG	22	21172	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 30 RAMAIS	1 UNIDADE	40	960
PCMG	24	21199	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 50 RAMAIS	1 UNIDADE	30	720
PCMG	25	21245	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 100 RAMAIS	1 UNIDADE	5	120
PCMG	29	114448	INSTALACAO E CONFIGURACAO DE RAMAIS VIRTUAIS	1 UNIDADE	250	6000
PCMG	30	37141	INSTALACAO DE APARELHO TELEFONICO IP - TERMINAIS IP	1 UNIDADE	500	12000
PMMG	21	21156	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 10 RAMAIS	1 UNIDADE	50	1200
PMMG	22	21172	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 30 RAMAIS	1 UNIDADE	30	720
PMMG	23	21180	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 40 RAMAIS	1 UNIDADE	30	720
PMMG	24	21199	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 50 RAMAIS	1 UNIDADE	80	1920
			LOCACAO DE			

PMMG	25	21245	CENTRAL DE TELEFONIA COM 100 RAMAIS	1 UNIDADE	30	720
PMMG	26	21270	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 160 RAMAIS	1 UNIDADE	10	240
PMMG	27	21318	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 210 RAMAIS	1 UNIDADE	5	120
SECULT	21	21156	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 10 RAMAIS	1 UNIDADE	8	192
SECULT	22	21172	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 30 RAMAIS	1 UNIDADE	3	72
SECULT	24	21199	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 50 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
SECULT	29	114448	INSTALACAO E CONFIGURACAO DE RAMAIS VIRTUAIS	1 UNIDADE	10	240
SECULT	30	37141	INSTALACAO DE APARELHO TELEFONICO IP - TERMINAIS IP	1 UNIDADE	10	240
SEDESE	21	21156	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 10 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
SEDESE	26	21270	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 160 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
SEDESE	29	114448	INSTALACAO E CONFIGURACAO DE RAMAIS VIRTUAIS	1 UNIDADE	170	4080
SEF	21	21156	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 10 RAMAIS	1 UNIDADE	14	336
SEF	22	21172	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 30 RAMAIS	1 UNIDADE	36	864
SEF	23	21180	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 40 RAMAIS	1 UNIDADE	4	96
SEF	25	21245	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 100 RAMAIS	1 UNIDADE	13	312

SEF	26	21270	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 160 RAMAIS	1 UNIDADE	3	72
SEF	27	21318	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 210 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
SEF	28	21342	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 260 RAMAIS	1 UNIDADE	2	48
SEGOV	22	21172	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 30 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
SEJUSP	22	21172	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 30 RAMAIS	1 UNIDADE	78	1872
SEMAD	21	21156	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 10 RAMAIS	1 UNIDADE	5	120
SEMAD	24	21199	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 50 RAMAIS	1 UNIDADE	5	120
SEMAD	25	21245	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 100 RAMAIS	1 UNIDADE	9	216
SEMAD	29	114448	INSTALACAO E CONFIGURACAO DE RAMAIS VIRTUAIS	1 UNIDADE	360	8640
SEMAD	30	37141	INSTALACAO DE APARELHO TELEFONICO IP - TERMINAIS IP	1 UNIDADE	360	8640
SEPLAG	21	21156	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 10 RAMAIS	1 UNIDADE	26	624
SEPLAG	22	21172	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 30 RAMAIS	1 UNIDADE	2	48
SEPLAG	23	21180	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 40 RAMAIS	1 UNIDADE	11	264
SEPLAG	25	21245	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 100 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
SEPLAG	29	114448	INSTALACAO E CONFIGURACAO DE RAMAIS	1 UNIDADE	80	1920

			VIRTUAIS			
SEPLAG	30	37141	INSTALACAO DE APARELHO TELEFONICO IP - TERMINAIS IP	1 UNIDADE	10	240
SES	21	21156	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 10 RAMAIS	1 UNIDADE	2	48
SES	22	21172	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 30 RAMAIS	1 UNIDADE	15	360
SES	23	21180	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 40 RAMAIS	1 UNIDADE	2	48
SES	24	21199	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 50 RAMAIS	1 UNIDADE	3	72
SES	25	21245	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 100 RAMAIS	1 UNIDADE	24	576
SES	26	21270	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 160 RAMAIS	1 UNIDADE	4	96
SES	29	114448	INSTALACAO E CONFIGURACAO DE RAMAIS VIRTUAIS	1 UNIDADE	2406	57744
UEMG	21	21156	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 10 RAMAIS	1 UNIDADE	7	168
UEMG	22	21172	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 30 RAMAIS	1 UNIDADE	12	288
UEMG	24	21199	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 50 RAMAIS	1 UNIDADE	16	384
UEMG	26	21270	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 160 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
UEMG	29	114448	INSTALACAO E CONFIGURACAO DE RAMAIS VIRTUAIS	1 UNIDADE	58	1392
UEMG	30	37141	INSTALACAO DE APARELHO TELEFONICO IP - TERMINAIS IP	1 UNIDADE	120	2880
UNIMONTES	21	21156	LOCACAO DE CENTRAL DE	1 UNIDADE	14	336

UNIMONTES	21	21130	TELEFONIA COM 10 RAMAIS	1 UNIDADE	14	350
UNIMONTES	24	21199	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 50 RAMAIS	1 UNIDADE	3	72
UNIMONTES	25	21245	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 100 RAMAIS	1 UNIDADE	1	24
UNIMONTES	28	21342	LOCACAO DE CENTRAL DE TELEFONIA COM 260 RAMAIS	1 UNIDADE	2	48
UNIMONTES	29	114448	INSTALACAO E CONFIGURACAO DE RAMAIS VIRTUAIS	1 UNIDADE	178	4272
UNIMONTES	30	37141	INSTALACAO DE APARELHO TELEFONICO IP - TERMINAIS IP	1 UNIDADE	910	21840

**Alber Vinicius Duque da Silveira**

Diretoria Central de Gestão de Serviços e Infra Estrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação - DCGSITIC



Documento assinado eletronicamente por **Alber Vinicius Duque da Silveira, Servidor(a) Público(a)**, em 02/08/2022, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **50715624** e o código CRC **505BC3BE**.

**Referência:** Processo nº 1500.01.0028955/2021-81

SEI nº 50715624